

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL - MDPT**

IVAN OLIVEIRA DE GRANDE

**SETOR CENTRAL DE GOIÂNIA: USOS E CONTRA-USOS NO
ESPAÇO PÚBLICO**

GOIÂNIA

2016

IVAN OLIVEIRA DE GRANDE

**SETOR CENTRAL DE GOIÂNIA: USOS E CONTRA-USOS NO
ESPAÇO PÚBLICO**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca de defesa do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial do Departamento de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás.

Professora Orientadora
Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura

Goiânia
Março de 2016



Ivan Oliveira de Grande

Setor Central de Goiânia: usos e contra – usos no espaço público

Dissertação defendida no curso de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, como parte das exigências para obtenção do título de mestre.

Aprovada em 09/03/2016 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura - Orientadora – PUC Goiás

Profa. Dra. Lúcia Maria Moraes – PUC Goiás

Profa. Dra. Adriana Mara Vaz de Oliveira – UFG

Goiânia,
Março, 2016

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

G751s	GRANDE, Ivan Oliveira de Setor Central de Goiânia [manuscrito]: uso e contra-usos no espaço público / Ivan Oliveira de Grande. – Goiânia, 2016. 157 f.: il.; 30 cm Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, Goiânia, 2016. “Orientadora: Prof. Dr ^a . Deusa Maria Rodrigues Boaventura”. 1. Espaço público – uso – Goiânia. 2. Planejamento urbano – Goiânia. I. Boaventura, Deusa Maria Rodrigues (orient.). II. Ponti- fícia Universidade Católica de Goiás. III. Título. CDU: 711.4 (043)
-------	--

À minha família,
que sempre apoiou minhas
escolhas pessoais e profissionais,
a quem devo muito
o pouco que sou.

*“E no meio da esperteza
Internacional
A cidade até que não está tão mal
E a situação, sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos*

*A cidade não para
A cidade só cresce
O de cima, sobe
E o de baixo, desce”*

(A Cidade – Chico Science)

AGRADECIMENTOS

Apesar da atividade como pesquisador muitas das vezes se apresentar enclausurante e solitária, nestas linhas aqui escritas por mim, agradeço a colaboração direta e indireta de situações da vida e pessoas que contribuíram no processo de elaboração desta dissertação.

Sobre os caminhos por mim trilhados na vida, inicialmente agradeço à sabedoria superior, que em auxílio à minha jornada, me possibilitou desde cedo descobrir outras cidades que não a minha cidade natal. Como aeronauta, agradeço aos tantos lugares vividos, cidades experienciadas, pessoas presentes ao longo do caminho. Como arquiteto urbanista, à possibilidade de poder (ou tentar) compreender quão infinitas são as formas de se viver no mundo e quantas são as histórias pertencentes aos lugares e ao homem.

À professora Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura, pela confiança depositada, pela rica orientação e por instruir-me no caminho da pesquisa científica.

Aos amigos acadêmicos, que dividiram experiências e aliviaram, com palavras de carinho, as dúvidas e incertezas do processo.

À minha irmã, Thallita Grande, exemplo de perseverança e parcimônia em seu caminho acadêmico rumo ao doutoramento, sempre à disposição para esclarecimentos técnicos, orientação e amor.

Aos meus pais que, ao escolherem a cidade de Goiânia como casa, possibilitaram em mim o surgimento de tantas e férteis inquietações.

À Goiânia, por sua singularidade e generosidade; por tudo que já me presenteou.

RESUMO

Esta dissertação contempla a discussão sobre mudanças de usos nos espaços públicos do centro pioneiro da cidade de Goiânia e como suas atuais apropriações (contra-usos) se apresentam em dissonância com os usos tradicionalmente propostos para tais locais, criando uma nova dinâmica socioespacial passível de análise. Revela, ainda, como tais contra-usos, na contemporaneidade, contribuem para o cenário de contínua degradação do patrimônio e do espaço urbano da capital. Destacam-se, como objetos do estudo, os espaços públicos como ruas e avenidas principais, as principais praças e os becos do Setor Central. A partir de revisão bibliográfica, do entendimento sobre a mudança na esfera pública das cidades e de levantamentos de campo, são apontados o aumento crescente da busca por parte dos cidadãos por espaços coletivos privados, fato que contribui significativamente tanto para o esvaziamento do espaço público de permanência na região central quanto para a crescente dificuldade de acessibilidade – seja ela física ou visual – de certas áreas de domínio público. Como conclusão, é percebido o crescente declínio dos espaços centrais da cidade como locais públicos, caracterizados atualmente como não-relacionais e de usos transitórios, no processo de popularização e transformação da cidade em ruínas.

Palavras-chave: usos, contra-usos, transformação urbana, popularização, Setor Central, Goiânia.

ABSTRACT

This work includes the discussion of changes of uses in public spaces of the pioneering center of the city of Goiania and how your current appropriations (counter-uses) present themselves at odds with the initially proposed uses. It also reveals how such counter uses, in contemporary times, contribute to the setting of rupture and discontinuity in the urban space of the capital. It stands out as the study objects, public spaces such as streets and main avenues, squares and Downtown's alleys. From literature review, the understanding of the change in the public sphere of cities and field surveys are pointed out the increasing quest for citizens by private collective spaces, a fact that contributes significantly to both the emptying of public space stay in the central region and to the increasing difficulty of accessibility - whether physical or visual - of certain areas in the public domain. In conclusion, it is noticed the increasing decline of the central areas of the city as public places, currently characterized as non-relational and transient uses, in the process of popularization and transformation of the city in ruins.

Keywords: uses, counter-uses, urban changes, popularization, Downtown City, Goiânia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. SOBRE AS CIDADES E A APROPRIAÇÃO DE SEUS ESPAÇOS: TEORIAS E CONCEITOS	19
1.1. Espaço público e espaço privado.....	20
1.2. A esfera pública burguesa.....	23
1.3. A cidade como lugar de encontro: o espaço público da Cidade Industrial à Cidade Moderna.....	28
1.4. A Pós-modernidade e a Cidade Contemporânea.....	46
1.4.1. Os espaços públicos e as apropriações	49
1.4.2. Contra-usos no espaço público.....	53
2. GOIÂNIA E O CENTRO TRADICIONAL: FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE SEUS ESPAÇOS	57
2.1. Goiânia ao longo do tempo.....	57
2.2. O centro tradicional de Goiânia e as transformações dos espaços públicos ao longo do tempo.....	63
2.2.1. As praças e as avenidas.....	65
2.2.2. Os becos e os pátios internos das quadras.....	78
2.2.3. A influência do carro e dos shoppings na transformação dos espaços públicos do centro de Goiânia.....	83
3. A APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO CENTRO TRADICIONAL DE GOIÂNIA	87
3.1. Entre estratégias e táticas.....	87
3.2. Os usos e os contra-usos.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	149

LISTA DE IMAGENS

1. Maquete de reconstrução da Ágora grega.....	20
2. Planta esquemática do Falanstério.....	29
3. Pátio interno do Falanstério.....	29
4. Vista aérea da Praça L'Étoile.....	32
5. O Plano Cerdá.....	33
6. Distrito e centro da Cidade-jardim.....	35
7. Corte da Cidade Linear.....	37
8. Planta da Cidade Linear.....	38
9. Área residencial da Cidade Industrial.....	39
10. Zoneamento da Ville Radieuse.....	41
11. A criação de barreiras físicas como forma de segregação.....	44
12. Jones Beach State Park.....	44
13. Versalhes.....	57
14. Karlsruhe.....	57
15. Centro cívico Whashington.....	57
16. Projeto do centro cívico de Goiânia.....	59
17. Cartaz para a propaganda de vendas de lotes.....	63
18. Festa de carnaval com a presença de Pedro Ludovico Teixeira.....	65
19. Ponto de encontro no Café Central na década de 1960.....	65
20. Planta de urbanização de novos bairros, 1947.....	66
21. Avenida Goiás, 1958.....	67
22. Avenida Goiás, 1971.....	67
23. Avenida Goiás, 1968.....	68
24. Avenida Goiás e Relógio, 1942.....	68
25. O artesanato como expressão artística no espaço público, 1972.....	69
26. A feira e o encontro de classes, 1972.....	70
27. A Avenida Goiás privatizada pela Feira Hippie, 1998.....	70
28. Marco Urbano pioneiro – Obelisco, 1952.....	71
29. Novo Marco Urbano – Monumento às Três Raças, 1968.....	71
30. Comício pelas <i>Diretas Já</i> , 1983.....	72
31. O bulevar público da Av. Paranaíba, 1967.....	75
32. O Mercado Aberto.....	75
33. Praça do Trabalhador, 1959.....	76
34. Fontes da Praça do Trabalhador, 1969.....	76
34. Condição atual da Praça do Trabalhador e a privatização do espaço.....	77
36. Pátios internos de quadras originalmente proposto por Attílio C. Lima.....	78
37. Os principais pátios internos propostos.....	79
38. Acesso ao Beco da Codorna, Setor Central.....	80
39. Caipira, de Wes Gama – 2014, Beco da Codorna.....	82
40. Setor Central e as áreas em estudo.....	89
41. Praça Cívica e o espaço público tomado por veículos.....	90
42. O espaço público da Praça Cívica e as atividades informais.....	91
43. A Praça Cívica como museu de um passado histórico.....	92
44. O espaço público como foco das estratégias do poder público.....	93
45. O espaço público como foco das estratégias do poder público.....	93
46. O Rock na Avenida Goiás.....	94
47. O Rock na Avenida Goiás.....	94

48. Banho nas fontes da Avenida Goiás.....	94
49. Churrasco ao ar livre na Praça Cívica.....	94
50. Ambulantes na Avenida Goiás.....	95
51. Ambulantes na Avenida Goiás.....	95
52. Ambulantes na Avenida Goiás.....	95
53. Ambulantes na Avenida Goiás.....	95
54. O espaço público reapropriado.....	96
55. Cartaz de divulgação do marketing cultural na cidade.....	97
56. Apresentação artística – Grande Hotel.....	98
57. A Avenida Goiás como espaço popular.....	98
58. Grupo Samba Gô.....	99
59. Apresentação no carnaval de 2015 – Grande Hotel.....	99
60. Sambistas – Grande Hotel.....	99
61. A passista – Grande Hotel.....	99
62. A Avenida Goiás e os ambulantes.....	100
63. Comércio popular.....	100
64. Descaracterização do patrimônio histórico público.....	101
65. Descaracterização do patrimônio histórico público.....	101
66. Proposta da mostra Casa Cor 2004.....	102
67. Condição atual do beco de acesso ao Grande Hotel.....	103
68. Estacionamento de veículos no beco de acesso ao Grande Hotel.....	104
69. Táticas populares de apropriação – Grande Hotel.....	105
70. Cartaz de divulgação “Ocupem as Ruas”.....	106
71. Becos – Setor Central.....	107
72. Camelódromo.....	108
73. Mercado Municipal.....	108
74. Acesso do beco privatizado.....	109
75. Acesso do beco privatizado.....	109
76. Galeria Póvoa.....	110
77. Comércio pioneiro.....	110
78. Beco utilizado para descanso dos garis.....	110
79. Palco aberto.....	111
80. Teatro Carlos Moreira.....	111
81. Entrada do Beco da Codorna.....	113
82. Entrada do Beco da Codorna.....	113
83. Grafite no Beco da Codorna.....	114
84. Grafite no Beco da Codorna.....	114
85. Grafite no Beco da Codorna.....	115
86. Grafite no Beco da Codorna.....	115
87. Cartaz do evento Rock In Rua.....	116
88. Cartaz do evento Batalha da Codorna.....	116
89. Cartaz do evento Sons do Beco.....	116
90. Jovens do movimento alternativa.....	117
91. Consumo de bebidas no beco.....	118
92. Apresentação de Rap no Beco da Codorna.....	118
93. Grafites pelo Setor Central.....	119
94. Grafites pelo Setor Central.....	119
95. Basta!, de Omar Souto, 1988.....	120
96. Tucanos, de Iza Costa, 1988.....	120
97. Grafite do projeto Galeria Noturna.....	121

98. Grafite do projeto Galeria Noturna.....	122
99. Grande Hotel, Avenida Goiás.....	122
100. Coreto, Avenida Goiás.....	122
101. Antiga Caixego, Avenida Goiás.....	123
102. Antigo Banco Meridional.....	123
103. Edifício do atual Banco Itaú.....	123
104. Edifício comercial, Avenida Goiás.....	123
105. Beco da Quadra 4.....	124
106. Quadra 59, Avenida Paranaíba.....	124
107. Quadra 105, Rua 58.....	124
108. Quadra 55, Rua 5.....	124
109. Quadra 123, Avenida Goiás.....	124
110. Quadra 55, Rua 4-A.....	124
111. Quadra 38.....	125
112. Galeria Central, Quadra 38.....	126
113. Comércio da Quadra 38.....	126
114. Apropriação noturna, Quadra 38.....	127
115. Apropriação noturna, Quadra 38.....	128
116. Apropriação noturna, Quadra 38.....	128
117. Apropriação noturna, Quadra 38.....	129
118. A fé como proteção para o trabalho, Quadra 38.....	129
119. Quadra 55 e o uso por moradores.....	130
120. Quadra 55 e o uso por moradores.....	130
121. Acesso da Quadra 11 privatizado.....	131
122. Acesso da Quadra 11 privatizado.....	131
123. Situação atual beco Quadra 4.....	132
124. Vestígio da ocupação Quadra 11.....	132
125. Situação atual beco Quadra 8.....	132
126. Situação atual beco Quadra 5.....	132
127. Situação atual beco Quadra 38.....	133
128. Situação atual beco Quadra 20.....	133
129. Situação atual beco Quadra 5.....	133
130. Situação atual beco Quadra	133
131. Transporte das bancas da feira.....	134
132. Espaço subutilizado.....	134
133. Morador de rua sob efeito de drogas.....	135
134. Morador de rua sob efeito de drogas.....	135
135. Assassinato no Mercado Aberto.....	135
136. Assassinato no Mercado Aberto.....	135
137. Ocupação, Avenida Paranaíba.....	136
138. Ocupação, Rua 5.....	136
139. Ocupação, Rua 4-A.....	136
140. Ocupação, Avenida Araguaia.....	136
141. Ocupação, Avenida Goiás.....	136
142. Ocupação, Rua 7.....	136
143. Ocupação, Avenida Paranaíba.....	137
144. Ocupação, Rua 6.....	137
145. Ocupação, Rua 20.....	137
146. Ocupação, Avenida Paranaíba.....	137
147. Praça dos Trabalhadores vazias aos meios de semana.....	138

148. Repressão policial na Praça do Trabalhadores.....	138
149. Vestígios da ocupação por moradores em situação de rua.....	139
150. Morador em situação de rua.....	139
151. Privatização do espaço público.....	140
152. Privatização do espaço público.....	140
153. Privatização do espaço público.....	140
154. Prática de comercio improvisado.....	140
155. Prática de comercio improvisado.....	140
156. Falta de estrutura local.....	140
157. Praça usada como banheiro.....	141
158. Praça usada como banheiro.....	141
159. Degradação externa do edifício tombado.....	141
160. Degradação interna do edifício tombado.....	141
161. Degradação interna do edifício tombado.....	142
162. Degradação interna do edifício tombado.....	142
163. Degradação interna do edifício tombado.....	142
164. Degradação interna do edifício tombado.....	142

INTRODUÇÃO

Atualmente existe quantidade significativa de estudos feitos sobre a cidade de Goiânia bem como sobre sua implantação como cidade planejada. Entretanto, o Setor Central, bairro pioneiro da capital, ainda é carente de estudos e existem poucas reflexões sobre as mudanças ocorridas, ao longo da história da cidade, nos espaços públicos destinados à interação social, ao encontro e ao desenvolvimento da cidadania. Apesar disso, e além de publicações importantes como a de Manso (2001) e Gonçalves (2002) que retratam o processo de urbanização da capital, temos grandes contribuições ao tema através de autores que discutem o papel e transformação do espaço público na contemporaneidade e em diversas cidades. Serpa (2011) traça um panorama atual da produção do espaço público em Salvador e Paris através da análise e comparativo de manifestações populares que ocorrem nestes espaços abordando conceitos de acessibilidade, representações sociais, participação popular, entre outros. Em seu capítulo "Visibilidade", o autor expõe de forma clara a relação direta entre o uso e a produção do espaço: a *apropriação social* é fator determinante. No que diz respeito à banalização e fragmentação do espaço aberto nas cidades, dito público, a expansão constante dos não-lugares nas cidades e o niilismo das relações pessoais contemporâneas, Barda (2009) imprime suas impressões na busca de novos modelos de espaço urbano.

Ao se pesquisar sobre espaço público na cidade contemporânea através de teses, dissertações, livros e artigos científicos percebe-se a atual discussão sobre as mudanças significativas que o período pós-moderno (traçado por alguns autores como o período da fragmentação, do vazio, do niilismo) imprime no ambiente urbano - espaço construído e espaço aberto - e, por conseguinte, na vida do morador da cidade. Neste período, as áreas mais centrais das cidades e seus espaços destinados ao convívio público se mostraram cada vez mais desconexos devido à dinâmica de popularização desses locais. Uma sobreposição de identidades e de novas ações contribuíram para a mudança das funções dos espaços públicos.

Sob a ótica da ciência do urbanismo, nota-se no centro de Goiânia as influências marcantes de tais aspectos da pós-modernidade: novos usos e degradação de espaços destinados ao convívio e lazer, perda da identidade

cívica no espaço urbano pioneiro bem como desfragmentação e desimportância dos signos e símbolos espaciais – marcos urbanos – na memória do cidadão (VARGAS e CASTILHO, 2006). Em Goiânia, isso ocorre provavelmente em decorrência da criação de novos subcentros e pela falta de investimento por parte do poder público na manutenção e conservação dos espaços abertos do Setor Central.

Sabe-se que o espaço urbano só se torna público quando é investido de significação. E é nesta busca de significação e de entendimento da atual forma de apropriação dos espaços públicos do Setor Central que surge a questão norteadora desta pesquisa: compreender, através da observação dos contra-usos, inversões ou subversões de usos, como se dá a apropriação do espaço público da região central e de que maneira estes novos usos constituem novos *lugares* da cidade – formados através de dinâmicas e identidades próprias – determinando importantes desconexões espaciais do tecido urbano.

Aliado a esta questão principal, sobretudo para que o tema seja melhor discutido, surgem outras inquietações. São elas: que tipo de vida pública existe nas ruas e avenidas principais, becos e praças do centro de Goiânia? A insegurança impede o uso destes espaços? Como e por quem estes espaços são apropriados atualmente?

A presente proposta, portanto, objetiva o estudo do espaço público do Setor Central de Goiânia relacionando a época de sua implantação como nova capital do Estado de Goiás (1935) com as mudanças de uso e apropriação ocorridas a partir da década de 1960 até a atualidade. Tem como estudo de caso os principais espaços originalmente propostos no plano original para uso público como as principais ruas e avenidas, praças principais, becos e pátios internos das quadras. Tal estudo visa a identificação e definição do papel desempenhado pelos espaços públicos do centro da cidade e suas transformações, bem como a importância ou não destes espaços para a cidade e para seus moradores ou usuários. Neste sentido, este trabalho pretende reavaliar o papel do espaço público central na história e no cotidiano da cidade.

Esta pesquisa justifica-se, ainda, por acrescentar relevantes estudos sistematizados sobre o uso e a apropriação do espaço do público do centro da cidade. Contribuirá, portanto, com reflexões sobre as intervenções urbanas ocorridas no Setor Central, bem como a tentativa de compreensão da condição

do espaço público desta importante área da cidade.

Tais reflexões visam, sobretudo, reafirmar a cidade como o lugar do encontro de pessoas. Assim, a identificação e análise dos espaços destinados ao convívio, lazer e permanência do centro de Goiânia, bem como o reconhecimento de que estes se articulam como parte da cidade como um todo, contribui para que se compreenda a cidade de forma global, favorecendo o resgate da grande cidade pública.

Para a verificação proposta nesta dissertação sobre os contra-usos do centro de Goiânia e análise de seus espaços como fragmentos urbanos passíveis de novos usos, a metodologia a ser aplicada será simultaneamente a de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Compreender através de bibliografia específica como a mudança na esfera pública e social ao longo da história da humanidade contribuiu para a atual condição dos espaços públicos das cidades é de vital importância.

No capítulo 1 serão apresentados elementos históricos que possibilitaram a compreensão da forma como o espaço urbano está ligado às ações de apropriações por parte da população. Da antiguidade clássica ao estado moderno, mudanças significativas contribuíram para a mudança da esfera pública. A ascensão da classe burguesa e o estabelecimento do capitalismo industrial como forma de produção imprimiram na malha urbana novas formas de ocupação, produção e reprodução do capital humano, circulação de mercadorias e vida pública nas cidades. Exemplos importantes, como as reformas urbanas de Paris (França), promovidas por Hausmann, o plano de expansão para Barcelona (Espanha), proposto por Cerdà e os teorias de Howard para as Cidades-jardim, remontam a sempre existente necessidade de reestruturação do espaço urbano e ressoam, contemporaneamente, na dinâmica de cidades como Goiânia. Aproximando-se do período histórico atual das cidades, através de autores como Harvey (2013) e Leite (2007), será também analisado como se apresentam os espaços públicos atuais e como seus novos usos ou contra-usos contribuem para a formação de áreas urbanas inacessíveis e fragmentadas na malha urbana.

No capítulo 2 se pretende analisar as transformações sofridas em Goiânia no seu centro tradicional. Neste capítulo, será revisada a história da cidade bem como as origens ideológicas do plano urbano proposto e dos espaços públicos

originalmente planejados na implantação da nova capital do estado de Goiás. Elementos da composição estruturante da malha urbana como praças, principais ruas e avenidas, becos ou espaços residuais do desenho urbano original farão parte da avaliação histórica em busca de respostas para o processo atual de transformação urbana observado na cidade através de diversos usos considerados não regulares, ou contra-usos.

Com o capítulo 3 pretende-se compreender de que modo os usos e contra-usos cotidianos na Praça Cívica e nos Trabalhadores, na Avenida Goiás, nos becos e pátios internos das quadras, no Setor Central, se articulam atualmente no processo de reconfiguração espacial bem como de que maneira os contra-usos nos espaços públicos surgem como resposta ao uso tradicional e reconfiguram o espaço da cidade através de uma contranarrativa pautada em novas significações para o território e para seus agentes. Através desta compreensão, sincronizada com os resultados da pesquisa documental (que consiste no levantamento de leis, decretos, planos de governo, jornais, catálogos, *folder's*, fotografias, etc.) poderá ser verificado o comportamento e as apropriações contemporâneas no objeto de estudo. Este capítulo, portanto, se propõe analisar em paralelo ao levantamento histórico dos elementos urbanos propostos do capítulo 2, como se dá a apropriação dos espaços públicos no centro tradicional. Ademais, revelará como os usos propostos inicialmente se subvertem em contra-usos pela apropriação dinâmica da população e ou/usuários específicos e como estes contra-usos contribuem para o processo de popularização da área em estudo, atualmente composta por espaços urbanos de desconexão física, social, histórica e simbólica. Na pesquisa de campo serão observados dois pontos principais: os usos e contra-usos existentes no espaço físico atual *versus* usos esperados, onde o levantamento, o cadastramento, o diagnóstico e a avaliação se baseiam fundamentalmente na experiência de apropriação dos usuários destes espaços. Questionários serão utilizados como ferramentas de avaliação possibilitando uma visão mais ampla do cotidiano dos frequentadores e visitantes. Neste processo de análise pretende-se revelar, por fim, quais são os lugares da cidade resinificados através dos contra-usos e da apropriação de novos agentes sociais e como essa dinâmica contribui para a transformação do espaço público do Setor Central.

1. SOBRE AS CIDADES E A APROPRIAÇÃO DE SEUS ESPAÇOS: TEORIAS E CONCEITOS

Recorrentes às discussões contemporâneas, as cidades do mundo se apresentam como fonte de pesquisa para diversas áreas multidisciplinares como a geografia, sociologia, economia, arquitetura, história, entre outras. A dinâmica intrínseca a elas revela perguntas e respostas contínuas e crescentes que recontam fatos históricos, memórias, dinâmicas sociais e econômicas, conexões entre espaços construídos e ruínas, processos de degradações espaciais e modificações de diversas ordens, percepção e memória, entre outros. Portanto, e nas cidades, consideradas *lócus* da produção e/ ou reprodução do capital humano que podemos observar como a interação entre pessoas/ cidadãos exteriorizam conflitos e dissonâncias.

Faz-se de extrema importância compreender como se dá a relação entre o cidadão e suas atividades diárias no espaço urbano contemporâneo, especificamente no Setor Central de Goiânia, e como essas relações se apresentam como reflexo da produção social do homem na cidade. Também de grande importância é compreender como os usos públicos dos espaços urbanos ocorrem na contemporaneidade, em que medida o espaço público pode ser considerado como resultante do uso e apropriação pública e como, nesse processo, a figura do homem público se apresenta.

A partir de Arendt (1981), Habermas (1984) e Sennett (1988), pode-se sugerir que o espaço público somente se constitui como espaço relevante sociologicamente quando o mesmo apresenta um conjunto de ações por parte de quem os ocupa. Augé (2012) contribui com tal percepção quando apresenta três características importantes que relacionam o espaço ou *lugar* com a ação ou uso de quem os frequenta: identidade, relação e história pois, estes elementos “estão no cerne de todos os dispositivos espaciais estudados classicamente pela antropologia” (AUGÉ, 2012, p. 56). Tais elementos contribuem para a compreensão de que o espaço urbano é a síntese da relação espaço-temporal entre ambiente construído e o homem.

Para tanto, pode-se utilizar os termos *apropriação* e *usos* como palavras-chaves norteadoras na busca pelo entendimento das relações que acontecem no espaço urbano da cidade. Esta interface de relações, ou cenário social, se

constrói a partir dos conceitos de esfera pública *versus* espaço urbano, já que nesse processo a relação entre sociedade e malha urbana indica uma estreita relação de causa e efeito. Quando existe alteração em uma, a outra reflete suas mudanças.

Partindo da antiguidade clássica, a investigação proposta busca no período histórico do século XVIII, pela criação do Estado moderno, as origens das transformações sociais que atuaram como forças determinantes na configuração urbana e, por conseguinte, como estas contribuíram para as mudanças na forma de apropriação dos espaços públicos nas cidades. Com tais fatos expostos pretende-se, por fim, compreender como estas determinações espaço-temporais ressoam, contemporaneamente, nas relações de usos ocorridas no espaço público do Setor Central.

1.1. Espaço público e espaço privado

O termo público, derivado do latim *publicus*, surgiu no século XIV e diz respeito “ao que pertence a todos”. Faz referência a “tornar público”, do latim *publicare* e pressupõe, portanto, a atribuição de valores normativos acessíveis a todos. O espaço público, ligado à discussão, permitiu o nascimento do espaço político, ligado à decisão, e tem origem na palavra grega *politikos* que sugere essencialmente a arte de gerir os assuntos da cidade (BARDA, 2009, p. 37).

Diferentes conceitos de espaços públicos urbanos podem ser vistos ao longo da história. Na Europa, dois modelos históricos se mostraram relevantes para a compreensão das transformações atuais: um clássico de origem greco-romana e outro moderno, ligado à cidade multifuncional e miscigenada socialmente, decorrente do surgimento do Estado Moderno.

Na concepção clássica, o termo espaço público faz alusão ao espírito de cidadania, na participação coletiva e na tomada de decisões relacionadas aos assuntos da cidade. Na Grécia antiga, a Ágora (figura 1) era o local onde a vida pública se estabelecia. Lugar destinado ao encontro, nela se articulava a democracia, apoiada no encontro e confronto e na livre expressão e discussão política dos cidadãos socialmente incluídos; a Ágora representava o berço da vida social e civil. Sua tipologia arquitetônica explicita seu uso pois “[...] tem um

centro, comum a todos os cidadãos, e para ele os olhares convergem, pois é a ordem criada pelos iguais, pois todos são igualmente legisladores” (MATOS, 2008, p. 139).

Figura 1. Maquete de reconstrução da Ágora grega baseada em vestígios arqueológicos.



Fonte: Página da internet. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra26/agora.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

Este espaço público ou “praça” pública se caracterizava como um espaço construído de sentido político pois era o lugar onde se deliberavam assuntos importantes para a vida dos cidadãos e da sociedade como um todo muito embora houvesse uma contraposição entre os povos que tinham a *ágora* e os que não a tinham. Estes últimos eram considerados bárbaros pois, na maioria das vezes, tinham como forma de governo a monarquia e como tal, não deliberavam, já que entendiam não ser necessária a discussão uma vez que apenas uma pessoa decidia por todas as outras (CASTELLAN, 2005).

A palavra *ágora* se originou do verbo *agorien*, que no século VIII a.C significava *discutir, deliberar, tomar decisões*. Com o passar dos séculos, seu sentido foi mudando e no século IV a.C, *agorien* significava *comprar*. Dessa forma o comércio pôde ser definido, etimologicamente, no seu significado mais simples: como circulação ou como transferência de bens. Entretanto, para que essa movimentação pudesse ocorrer, era necessário que houvesse pelo menos dois indivíduos envolvidos. Assim, cada pessoa disponibilizava seus produtos e havendo o interesse e a possibilidade, trocavam as suas mercadorias (essas trocas podiam envolver ou não dinheiro).

Para tal, a existência de um espaço físico para que essa transferência de bens pudesse acontecer se fazia imprescindível. Dois locais eram preferencialmente utilizados pelos antigos gregos para tal transferência: as *ágoras* e os portos, onde se materializavam ou se concretizavam as relações entre os homens. Na *Ágora*, eram realizados diversos tipos de trocas e no porto muitos tipos de materiais e objetos eram levados para serem transportados através da via marítima.

A *Ágora* era circundada por longas *stoaí*, que nada mais eram do que largos pórticos abertos que protegiam o visitante do frio e do calor ao mesmo tempo em que traziam luz e ar. Além disso, as *stoaí* preenchiam importante função social na vida da cidade, pois eram nesses locais que os cidadãos se encontravam para discutir negócios, política ou filosofia (CASTELLAN, 2005, s/p. – grifo do autor).

De maneira geral, uma *Ágora* típica era o ponto focal da vida pública de uma cidade-estado grega sendo o principal centro do comércio interno que se alimentava através das vias terrestres.

Entretanto, com o surgimento do Estado Moderno e o estabelecimento de uma nova ordem econômica, o conceito clássico de espaço público sofreu alterações. As novas dinâmicas impulsionadas pelo posicionamento da classe burguesa na sociedade do capital industrial, contrapunham a intimidade da vida familiar com a vida pública que acontecia nas cidades industriais, centro do contato entre grupos sociais complexos e díspares (SENNETT, 1988). Com isso, os conceitos do que seria público e do que seria privado passam a ser articulados de maneira antagônica, fortemente vinculados aos conceitos de “coletivo” e “individual”, já que é possível afirmar que

[...] público é a área acessível a qualquer cidadão e sua manutenção é de competência da coletividade. O privado consiste em uma área cuja posse e manutenção responde aos interesses de um ou mais indivíduos específicos (BARDA, 2009, p. 38).

Diferentemente da antiga Roma, onde mesmo o plebeu “tinha, na cidade, acesso à animação das palestras, o calor dos banhos, a alegria dos banquetes

públicos, a esmola dos ricos e a magnificência dos espetáculos públicos” (FERREIRA, 2012, p. 15), as sociedades modernas formadas pelo capital industrial refletiam em seu cerne a busca cada vez maior pela reclusão e intimidade, contribuindo para a transformação do espaço público.

Nas cidades atuais tais transformações podem ser observadas na crescente presença de espaços com fronteiras dissolvidas e com funções públicas sobrepostas à dinâmica de um novo tempo (ARENDRT, 1981) indicando o contínuo processo de desmanche da esfera pública e a crescente privatização nos espaços urbanos.

1.2. A esfera pública burguesa

Segundo Habermas (1984), e a partir de sua análise histórico-sociológica, percebe-se que o termo *público* se refere às ações, espaços ou atividades acessíveis a qualquer um, em contraposição às sociedades fechadas, e que a *esfera pública* se apresentou originalmente onde o "setor público contrapõe-se ao privado" (HABERMAS, 1984, p. 15).

Estas categorias são de origem grega e nos foram transmitidas em sua versão romana, ao longo do desenvolvimento social, político e econômico das cidades. Nas cidades-estados gregas desenvolvidas, a esfera da *polis* era comum aos cidadãos livres (*koiné*) e separada rigorosamente da esfera do *oikos*, que é particular de cada indivíduo (*idia*). Naquele período, a vida pública (*bios politikos*) não se apresentava restrita a um só local já que o caráter público se baseava no ato da conversação (*lexis*) e na prática comunitária (*praxis*). O homem público e sua articulação na vida pública, naquele momento, dependia de sua posição de autonomia na vida privada; possuir bens, escravos e família era requisito essencial para pertencer à esfera pública helênica. Na *polis* era permitido que os cidadãos transitassem como iguais, entretanto nela, buscava-se o reconhecimento e destaque pelas virtudes adquiridas na vida pessoal familiar. A vida pública na cidade era palco para aclamação, discussão política e reconhecimento pessoal.

Corroborando com Habermas, Arendt (1981) afirma que na *polis*, o ser político se posicionava socialmente através das palavras e da persuasão, e não

através da força ou violência. Para os gregos, não usar a persuasão, fazendo-se uso da violência para conquista de algo, era considerado característica pré-política de lidar com pessoas, modo típico da vida fora da *polis* e que remetia às ações no lar.

Contra-pondo-se à esfera pública clássica, a esfera pública burguesa que Habermas (1984) defende é uma categoria que está relacionada exclusivamente com a classe burguesa e seu surgimento advindo do novo sistema de comércio pré-capitalista do século XIII baseado na troca de mercadorias e de informações. Ressalta, ainda, que as viagens comerciais de longos cursos, os novos produtos luxuosos e, principalmente, as trocas de informação caracterizavam esta sociedade e as suas novas relações.

A partir do séc. XIV, a troca antiga de cartas comerciais foi transformada numa espécie de sistema corporativo de correspondência. As associações comerciais organizaram, a serviço de seus interesses, os primeiros correios partindo em determinados dias, os assim chamados correios ordinários. As grandes cidades comerciais são, ao mesmo tempo, centros de trocas de informações (HABERMAS, 1984, p. 29).

Evoluindo do sistema de trocas pré-capitalista, o intercâmbio de mercadorias e informações mostrou sua força revolucionária na fase do mercantilismo e na criação do Estado Moderno. As companhias comerciais passaram a se organizar e exigir garantias políticas para sua crescente expansão. As corporações locais passaram a ter forças nacionais e o Estado Moderno se organizou financeiramente para controlar a expansão burguesa. Pelo desenvolvimento da fase mercantilista do capitalismo percebe-se uma configuração entre autoridade e subordinado, entre o Estado e nova sociedade civil burguesa, imprimindo assim, na passagem da economia transmitida pela Antiguidade para a nova economia política, novas relações sociais. Desta maneira, “a economia moderna não mais se orientava pelo *oikos*, pois no lugar da casa colocou-se o mercado: transforma-se em economia *comercial*” (HABERMAS, 1984, p. 34 – grifo do autor).

Outro elemento importante nessa mudança de ordem política e social foi o surgimento da imprensa, que através das figuras dos intelectuais, deveria

transmitir “ao público descobertas que pudessem ser aplicadas” (HABERMAS, 1984, p. 40). As correspondências privadas e jornais – vendidos anonimamente – contendo notícias sobre guerras, resultados de colheitas, impostos e notícias sobre o comércio internacional passaram a fazer parte da nova sociedade. A imprensa surge como necessidade de informação e de intercâmbio entre novos espaços colonizados tornando-se, por fim, também mercadoria. O público-leitor passou a ser o público que julgava (intelectualizado) e o que era “submetido ao julgamento do público ganha [ganhava] *publicidade*” (HABERMAS, 1984, p. 41 – grifo do autor).

Com o surgimento da classe burguesa, que era um novo elemento na nova divisão social de classes, a imprensa se mantinha em entremeio ao setor privado (espaço íntimo da pequena família e do trabalho social) e ao da esfera do poder público (sociedade aristocrática e o Estado). A esfera pública literária detinha em si a raiz da nova articulação política e era composta pelos intelectuais burgueses que em clubes privados, cafés e nas comunidades comensais usavam-se da literatura e do domínio do mercado de bens culturais para apresentação de abertas críticas à uma sociedade decadente, à corte aristocrática. Portanto, e diferentemente do ocorrido na *polis* clássica, a esfera pública defendida por Habermas (1984) tinha ligação direta com a classe burguesa detentora do controle da informação e que em constantes exercícios do poder político articulava o setor privado e a esfera do poder aristocrático a seu favor. Naquele momento, a burguesia estava formada pela junção de um conjunto de pessoas privadas – detentoras de terras e da formação educacional – reunidas para discutir questões privadas que eram publicamente relevantes. O princípio estruturante desta esfera estava ancorado na capacidade de racionalização pública, a qual qualquer indivíduo possui. Assim sendo, os membros da esfera pública estavam ligados por duas características fundamentais de igualdade: eram proprietários e seres humanos. Nesse momento da história, a propriedade civil assumiu papel relacionado aos ideais libertadores da classe burguesa.

O interesse comum emergente da esfera privada existia entre os burgueses para que se pudesse garantir a estabilidade da propriedade e a manutenção de suas posses. Naquele contexto,

[...] a ficção de uma esfera pública é [era] facilitada por assumir funções efetivas no contexto da emancipação política da sociedade civil burguesa em relação à regulamentação mercantilista sobretudo em relação ao regime absolutista: por volver o princípio do conhecimento público contra as autoridades constituídas, a função objetiva da esfera pública política pode [poderia], no começo, com sua naturalidade evidente conquistada a partir de categorias da esfera pública literária, convergir especificamente os interesses dos proprietários privados com o das liberdades individuais (HABERMAS, 1984, p. 74).

A expansão empresarial, as novas relações sociais e a propriedade privada marcaram, no século XVIII, o início de uma nova ordem pública nas cidades europeias e uma nova ordenação da própria cidade, relacionada aos novos comportamentos de seus cidadãos. Segundo Sennett (1988), data desta época a construção de enormes parques urbanos e das primeiras tentativas de se abrir ruas adequadas ao passeio de pedestres, como forma de encontro e lazer. Cafés (*bars*) e Cafeterias (*coffeehouses*) se tornaram verdadeiros centros sociais, de discussão política e intelectual da classe burguesa emergente, e eram crescentes em número. O teatro e a ópera se abriram para um grande público com a venda liberal de entradas, contrariamente ao costume anterior onde apenas a classe aristocrática patrocinadora dos eventos distribuía lugares de acordo com seus interesses. Naquele momento, “a difusão das comodidades urbanas ultrapassou o pequeno círculo da elite e alcançou um espectro muito mais abrangente da sociedade” (SENNETT, 1988, p. 32) onde até mesmo as classes laboriosas puderam experimentar e adotar alguns hábitos da nova sociabilidade urbana. Paris e Londres, no século XVIII, passaram a ser sinônimos de cidades cosmopolitas¹ devido ao seu público urbano diverso. Pela nova efervescência da cidade, tentava-se naquele momento definir o que era vida pública e o que não era. O termo *público* já se apresentava em sua fase inicial com sua complexidade moderna e a vida pública se aproximava da necessidade civilizatória de comportamentos sociais, enquanto a vida privada se mantinha ligada às relações familiares permeadas pela intimidade, crenças e

¹ De acordo com o emprego francês registrado em 1738, cosmopolita é um homem que se movimenta despreocupadamente em meio à diversidade, que está à vontade em situações sem nenhum vínculo nem paralelo com aquilo que lhe é familiar (SENNETT, 1988, p. 31).

pela moral. Era somente através da vida pública, onde se exercitava o contato com estranhos de modo emocionalmente satisfatório, que o homem poderia expiar da condição de “animal humano” a “ser social” (SENNETT, 1988, p. 33).

Entretanto, em tempos mais modernos, a ascensão do capitalismo industrial no século XIX contribuiu para mudanças significativas na esfera pública das cidades europeias. As sequentes pressões de privatização sobre a sociedade burguesa levaram àqueles que detinham tais meios de produção a se protegerem de todas as maneiras contra um possível choque de ordem econômica.

Assim, a longo prazo, ao intervencionismo estatal na esfera social corresponde também a transferências de competências públicas para entidades privadas. E à ampliação da autoridade pública a setores privados também está ligado o processo correlato de uma substituição de poder público por poder social. Somente esta dialética de uma socialização do Estado que se impõe, simultaneamente com a estatização progressiva da sociedade, é que pouco a pouco destrói a base da esfera pública burguesa: a separação entre Estado e sociedade. Ela também dissolve [...] a esfera pública em sua configuração liberal (HABERMAS, 1984, p. 170).

Gradualmente, o desejo de domínio e de controle da ordem pública passaram a ser substituídos pelo refúgio das relações familiares, idealizadas como escudo contra as mazelas morais e econômicas de domínio público. Usando as relações familiares como novo padrão de proteção, a classe burguesa percebia “o domínio público não como um conjunto ilimitado de relações sociais, como no Iluminismo, mas consideravam antes a vida pública como moralmente inferior” (SENNETT, 1988, p. 35).

1.3. A cidade como lugar de encontro: o espaço público da Cidade Industrial à Cidade Moderna

Depois da metade do século XVIII, sem que a continuidade das experiências formais seja [fossem] de forma algum interrompida, pelo contrário, enquanto a linguagem arquitetônica parece [parecia] adquirir uma especial densidade, as relações entre arquitetura e sociedade começam [começavam] a se transformar radicalmente (BENEVOLO, 2001, p. 11).

O período histórico que incluiu as modificações sociais sofridas após introdução e desenvolvimento do capitalismo industrial modificou significativamente as relações entre o homem e as cidades já que neste período as reformas urbanas efetuadas tinham como objetivo a nova ordenação da cidade, com setorização de usos e controle de acessos e fluxos. Espaços públicos típicos como largos, becos, caminhos espontâneos e praças sofreram alterações a favor de uma nova estrutura urbana de usos bem definidos. Nesse contexto, a arquitetura moderna como área de conhecimento específico pode elucidar o passado e revelar respostas para questões urbanas atuais, pois ela

[...] abrange o exame de todo o ambiente físico que circunda a vida humana; não podemos subtrair-nos a ela, até que façamos parte da sociedade urbana, porque a arquitetura é o conjunto das modificações e das alterações introduzidas sobre a superfície terrestre, em vista das necessidades humanas, excetuando somente o puro deserto (MORRIS *apud* BENEVOLO, 2001, p. 12).

Portanto, a história das cidades e de seus espaços construídos se interliga com a evolução social, com o modo de produção e, por conseguinte, com a maneira como a população se apropria dos espaços nas cidades. Através da arquitetura, a cidade pode ser considerada como reprodução do modo de vida de sua população. No final do século XIX, com a implementação de reformas e ações de requalificação urbana de caráter estruturador, que o urbanismo surge como ciência e área especializada da arquitetura, ainda que em seus pensamentos e teorias primeiras, com o propósito de solucionar os problemas intrínsecos às cidades; existe, portanto, um relacionamento profundo entre a

arquitetura moderna e a civilização industrial.

O crescimento da cidade industrial e o processo de modificação de usos e funções de seus espaços está diretamente ligado ao novo sistema de produção da época. Naquele momento, uma nova ordem orgânica pôde ser observada com as transformações das áreas circundantes às zonas centrais de cidades como Paris e Londres. Segundo Benevolo (2001) uma nova faixa construída, a periferia, acolhia o excesso do contingente populacional que não mais cabia nos antigos centros urbanos, economicamente desinteressantes ao convívio e permanência.

Era uma faixa livre para o novo desenvolvimento e especulação de novas áreas imobiliárias e acolhia grande número de iniciativas independentes como o surgimento de bairros de luxos, indústrias e depósitos. Essa nova área tinha crescimento centrífugo e, juntamente com as mudanças na escala econômica, contribuiu para a perda da homogeneidade social e urbana da cidade, antes conhecida como antiga, pois “não há cidade em processo de crescimento agressivo que não sofra destas manifestações patológicas” (GOITIA, 1982, p. 172).

A cidade industrial de economia liberal era o resultado da superposição de muitas iniciativas públicas e particulares, não reguladas e não coordenadas, onde a liberdade individual exigida como condição para o desenvolvimento deste modelo econômico revelava-se insuficiente para regular as mudanças e transformações da construção e do urbanismo (BENEVOLO, 2001). Grupos de especuladores, responsáveis pela construção de novos conjuntos habitacionais afastados do centro urbano, se encarregavam de edificar visando o lucro máximo através das áreas mínimas oferecidas. Na periferia industrial da nova cidade liberal os indivíduos e as classes

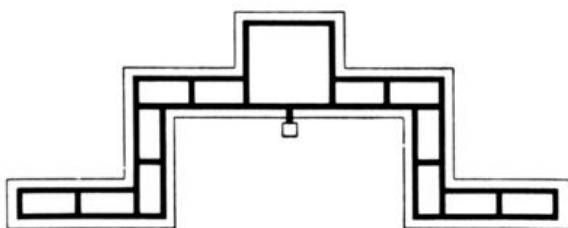
[...] não desejam [desejavam] integrar-se na cidade como num ambiente comum, mas as várias classes sociais tendem a se estabelecer em bairros diversos [...] e as famílias tendem a viver o mais possível isoladas (BENEVOLO, 2001, p. 565).

Segundo Goitia (1982), é nesse período que no processo de expansão e crescimento das cidades ocorreu a substituição do organismo biótico –intrínseco à cidade de crescimento espontâneo – pelo mecanismo inorgânico pois

[...] à liberdade individual, que operava indistintamente em cooperação progressiva com outros indivíduos, sobrepunha-se a vontade de uma *companhia* que, apoiando-se na força do dinheiro, podia atuar em grande escala. Os postulados do utilitarismo e da livre concorrência, utilizados como instrumentos da voracidade dos especuladores, produziam os aspectos negativos do urbanismo do décimo nono século, destruidor da evolução biológica da cidade através dos séculos (GOITIA, 1982, p. 158 – grifo do autor).

As habitações insalubres compunham o cenário de um ambiente desordenado, inabitável, sem estrutura sanitária e sem áreas para desenvolvimento de atividades ao ar livre. A nova faixa urbana periférica com seus aspectos de degradação contribuiu para o surgimento das primeiras propostas urbanísticas, consideradas por alguns autores como utópicas e de esquerda, e tinham o caráter de tentar solucionar os problemas enfrentados pela nova configuração urbana liberal. Entretanto, propostas como o Falanstério de Charles Fourier (figura 2) e o Familistério de Jean Baptista Godin (figura 3), se reduziam ao isolamento de pessoas em pequenas comunidades alegóricas autossuficientes, que eram uma alternativa à cidade real. Recriavam em sua tipologia arquitetônica, um pátio central de convívio, rodeado por habitações individuais, e ruas internas particulares para circulação de 1.620 pessoas. Em ambos modelos, suas bases teóricas se mostravam contrárias à nova cidade liberal e deslocavam “o acento da liberdade individual para a organização coletiva, tendo em vista resolver de forma pública todos ou quase todos os aspectos da vida familiar e social” (BENEVOLO, 2001, p. 568).

Figura 2. Planta esquemática do Falanstério.



Fonte: BENEVOLO, 2001.

Figura 3. Pátio interno do Familistério.



Fonte: BENEVOLO, 2001.

Após a revolução de 1848, com o enfraquecimento da classe esquerdista e vitória do regime de Napoleão III – na França – e de Bismark – na Alemanha – os métodos elaborados anteriormente pelos reformadores socialistas utópicos foram abandonados e a burguesia vitoriosa estabeleceu, portanto, um novo modelo de cidade na qual a liberdade dos grupos dominantes – empresários e proprietários – era limitada pela intervenção da administração. Esse modelo considerado pós-liberal teve sucesso imediato e duradouro e influência de maneira determinante a organização das cidades atuais.

As reformas pós-liberais pretendidas naquele momento se apresentavam como crítica à cidade industrial e tinham como meta a reordenação territorial que criava na cidade locais específicos de usos e fluxos setorizados pretendendo se reestabelecer a ordem urbana perdida com as consequências e mazelas deixadas nas cidades pelo período de industrialização.

Os espaços públicos e a ordenação urbana vernacular sem especialização ou estruturas físicas definidoras de uso, sofreram severas modificações e as antigas ruas sinuosas, os generosos largos e as praças tiveram, significativamente, suas características originais alteradas. Os espaços públicos, becos e travessas que delimitavam o trajeto cotidiano foram substituídos por largas vias que, em favor da crescente velocidade de circulação de veículos, restringiram a livre circulação de pedestres e apropriação do espaço público nas cidades. A Revolução Industrial permitiu uma nova produção arquitetônica que alterou a dinâmica e o desenho urbano: novos materiais como ferro gusa, o vidro, e mais tarde o concreto, juntamente com a crescente implantação de vias de transporte por terra e por água, aceleraram o desenvolvimento da cidade industrial que passou a abrigar ondas de migração relevantes. Em nunca visto antes na história das cidades, o número de construção de casas requereu implementos no espaço urbano cada vez maiores e mais capazes, tal qual o aumento das funções públicas que

[...] requer [requereram] edifícios públicos mais amplos, enquanto a multiplicação de tarefas e os impulsos dados pelas especificações requerem [requereram] tipos de edificações sempre novos. A economia industrial não seria concebível sem um novo aparelhamento de edifícios e de instalações novas [...] (BENEVOLO, 2001, p. 35).

Essa nova conjuntura urbana e a reordenação espacial alteraram, portanto, a relação da população com a cidade. Nela, “as pessoas se sentiam diminuídas pelo espaço, impotente frente aos veículos a que elas foram entregues. Também perdiam a noção de relacionamento com os edifícios e monumentos” (SCHORSKE, 1988, p. 81) já que a escala proposta pelos novos e imponentes prédios públicos, pelos gigantescos monumentos e largas avenidas não se relacionava mais à escala do pedestre. A rua, anteriormente de excelência pública, se transformou cada dia mais em um espaço destinado à circulação, relacionando-se com as esferas do consumo e do trabalho enquanto a casa se relacionava diretamente com a vida privada. Sennett (1988) conceitua estas mudanças sociais como fazendo parte de um processo que denomina *tirantias da intimidade*. Nele, a reclusão do *indivíduo público* contribuiu para o esvaziamento da esfera pública e, por conseguinte, para a gradativa transformação do espaço público em um cenário de contradições. Com a redução da flexibilidade e diversidade dos espaços típicos da cidade espontânea bem como com a crescente privatização dos locais de lazer, encontro, confraternização e cultura, o espaço público na cidade passa a ser utilizado apenas como “continuidade do espaço privado de cada um” (REGATTI, 1995, p.193).

Da ágora grega às reestruturações urbanas da era industrial, um importante processo de metamorfose da vida cotidiana nos espaços públicos se consolidou como transformador do modo de apropriação das cidades e da maneira como estas se montam como símbolo para seus agentes sociais.

Resultante da clássica reforma urbana promovida pelo prefeito Haussmann, fundamentadas na lei de expropriação de 1840 e na lei sanitária de 1850, Paris demonstra o sucesso da gestão pós-liberal. A reforma parisiense apresentou soluções urbanas às mazelas da cidade industrial com a implementação de largas avenidas de caráter monumental – principal elemento na nova hierarquia viária proposta – que interconectava praças e monumentos (figura 4), se opondo ao traçado tradicional de ruas irregulares e becos típicos da cidade espontânea.

Figura 4. Vista aérea da Praça L'Étoile, confluência de 12 vias radiais.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2015. Disponível em: <
[https://www.google.com.br/maps/@48.8707297,2.3066375,2786m/d](https://www.google.com.br/maps/@48.8707297,2.3066375,2786m/data=!3)
[ata=!3](https://www.google.com.br/maps/@48.8707297,2.3066375,2786m/data=!3)>. Acesso em: 16 set. 2015.

Nessas vias, o caráter paisagístico conferia ao passeio público denominado bulevares, um novo espaço de domínio público que paralelamente às novas vias contribuía para o declínio da permanência do indivíduo e para o aumento da velocidade de fluxo ou de passagem na cidade, onde cada um se misturava inegavelmente com o outro, mas não era mais reconhecido.

Enquanto a cidade se transformava no frontispício do instantâneo, diversidades e excentricidades individuais aconteciam reclusas na crescente privatização dos espaços de encontro e de serviços especializados. Importantes parques públicos como o Bois de Boulogne e Bois de Vincennes foram criados como espaços especializados de lazer e contemplação. O parque urbano surgiu, portanto, como lugar de sociabilidade e urbanidade necessários ao novo modelo de vida na cidade pós-liberal e, como “espaço da natureza, estruturador de vínculos e relações sociais, é [era] encarado como antídoto para todos os males” (SERPA, 2011, p. 84); males estes observados anteriormente na antiga cidade liberal.

Desta maneira, uma nova temporalidade foi criada com as novas intervenções urbanas. Nela, as monumentais extensões dos novos espaços urbanos abertos, juntamente com o trânsito estimulado pela nova malha viária, impediam o indivíduo de perceber a cidade como sequência de ambientes em perspectiva. A incursão da velocidade de fluxo na cidade gerou a perda das características individuais de cada espaço, com a dissolução de suas fronteiras

já que pela nova configuração viária “o fluxo dos pedestres e dos veículos, que muda [mudava] continuamente, transforma [transformava] a cidade num espetáculo sempre mutável” (BENEVOLO, 2001, p. 595).

A técnica moderna produziu uma nova cidade como resposta aos problemas urbanos advindos da Revolução Industrial e, naquele momento, a sociedade europeia se espantava com suas criações ao mesmo tempo que se perturbava com as contradições do novo ambiente construído. A partir de então, e cada vez mais, tenta-se buscar a recuperação do diálogo entre espaço público e indivíduo.

Outro exemplo de intervenção urbana emblemática que alterou o espaço urbano, contribuindo para mudanças de usos do espaço público nas cidades, foi o plano elaborado na segunda metade do século XIX para Barcelona, por Idelfonso Cerdá, que previa a continuidade da cidade além dos limites da cidade tradicional através da repetição modular ortogonal das quadras (figura 5). Estas últimas, nos cruzamentos viários, apresentavam esquinas e edificações chanfradas a quarenta e cinco graus compondo uma espécie de praça octogonal que, como um espaço vazio e aberto, representava a ausência do construído com potencial de atração de usos públicos ou encontros (MAAS, 2011).

Figura 5. O Plano Cerdá com seus miolos de quadra e a cidade medieval.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2015. Disponível em: <
<https://www.google.com.br/maps/@56.8409997,2.3400375,4566m/data=!34>>. Acesso em: 16 set.
2015.

No caso de Barcelona, esta tipologia contribuiu para melhor visibilidade do conjunto arquitetônico dos cruzamentos criando aberturas no ambiente construído

[...] capazes de introduzir pausas no tecido urbano que começava a sentir os efeitos da pós-industrialização. Seja por motivos higienistas, seja de circulação, *abriram* o espaço denso, oferecendo, por consequência, aberturas suficientes para a contemplação (MAAS, 2011, p. 92 – grifo do autor).

O interior dos quarteirões apresentava espaços residuais de uso público e, originalmente no plano, deveriam ter seus pátios interiores formados por jardins. Ao longo da trama, Cerdà também previu a existência de áreas verdes maiores, como parques, a cada oito quadras.

Embora com a proposta de implantação de áreas verdes de lazer, tal qual em Paris com Haussmann, percebe-se em Barcelona com Cerdà, o uso da técnica urbana transformadora dos espaços da cidade, característica do século XIX. Nela, a *circulação contínua* e o escoamento dos fluxos não favorecem a permanência nos espaços coletivos de uso público e a apropriação dos espaços da cidade passa a ocorrer cada vez mais em locais privados especializados ou em setores urbanos previamente planejados como parques urbanos, bulevares e *parkways*.

O modelo de cidade industrial do século XIX e as contradições sociais de seus espaços contribuíram para a elaboração de novas propostas urbanas que, por fim, alterariam a forma da cidade e a apropriação de seus espaços públicos. Ebenezer Howard idealizou o modelo da Cidade-Jardim que previa a clara segmentação e setorização de funções no espaço onde estas seriam implantadas, devendo ser entremeadas com um cinturão verde já que seu plano propunha para a cidade “um agrupamento humano equilibrado, usufruindo das vantagens do campo e da cidade e evitando a deficiência de ambos” (HOWARD, 2002, p. 39). Howard defendia que a sociedade humana e as belezas naturais foram feitas para ser usufruídas em conjunto e que cidade e campo deviam se complementar em sua proposta. Acreditava que esta união formaria um imã denominado Cidade-Campo capaz de atrair novas perspectivas de vida e

oportunidades de emprego, gerando riqueza a ser compartilhada socialmente por um povo feliz. Este novo modo de vida e apropriação da cidade estava fortemente ligado à sua nova tipologia. Nela, Howard propõe um modelo de espaços públicos composto por seis bulevares arborizados de 36 metros de largura, axiais a uma grande praça circular de aproximadamente 2,2 hectares (figura 6).

Figura 6. Distrito e centro da Cidade-Jardim.



Fonte: Howard, 2002.

No núcleo central da cidade estariam localizados os edifícios públicos administrativos cercados por “um belo e irrigado jardim” (HOWARD, 2002, p.115), bem como equipamentos de usos públicos como galeria de artes, hospital, teatro, museu, sala de concertos e biblioteca. Circundando este núcleo, haveria um grande parque público central de 56 hectares com grande área de recreação e acesso facilitado e o Palácio de Cristal, que abrigaria um jardim de inverno e exposições de bens manufaturados. Do núcleo central aos arredores da cidade, através de vias concêntricas chamadas de radiais, tem-se destaque para a Grande Avenida que formava um cinturão verde de 128 metros de largura e podia ser considerada como um parque adicional à cidade, com 46,5 hectares. No anel mais externo se localizavam as indústrias e armazéns, juntamente com

a linha férrea.

Ao mesclar as funções urbanas administrativas e econômicas a um espaço público que remetesse ao campo, Howard acreditava que a nova tipologia proposta contribuiria para o surgimento de uma sociedade plena já que considerava “antinatural a separação entre sociedade e natureza. Cidade e campo devem estar casados, e dessa feliz união nascerá uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização” (HOWARD, 2002, p. 110).

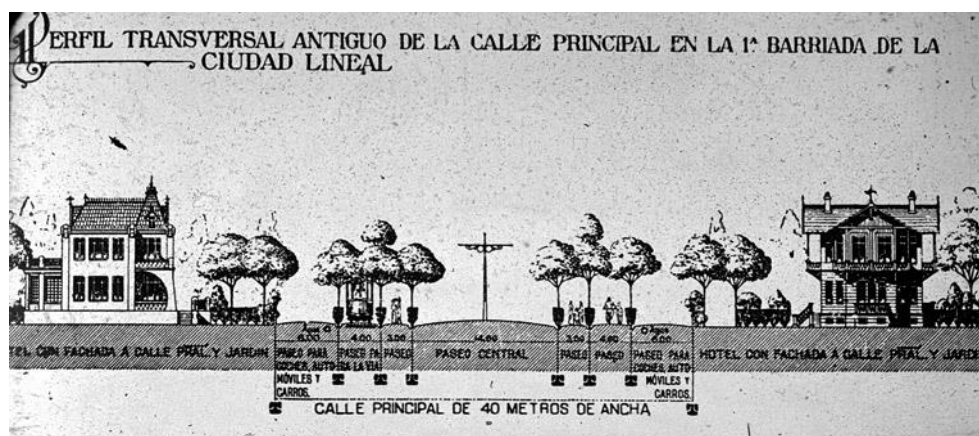
Com traçado simples, claro e informal, o primeiro exemplo construído de Cidade-Jardim foi Letchworth (1902), a 35 milhas de Londres, com plano de implantação urbana executado pelos arquitetos Barry Parker e Raymond Unwin. Entretanto, observa-se que os espaços públicos produzidos resultaram da tentativa de recuperação do sistema de planejamento orgânico medieval e as ruas apresentavam um desenho informal acentuando o ideal de convívio com a natureza já que as casas formavam “blocos isolados entre si, recuadas do alinhamento do terreno, com jardins fronteiros, [...] passeios com grama, arbustos e árvores” (HOWARD, 2012, p. 50). Percebe-se que o desenho aberto e orgânico das vias proporcionava a continuidade do espaço verde livre pela cidade, que de forma acolhedora, respeitava a escala humana. Nos Estados Unidos da América, exemplos como as cidades Sunnyside Gardens (1928) e Greenbelt (1935) reforçavam a relação entre a natureza e os indivíduos em quadras que previam jardins, *playgrounds* e campos esportivos. Nelas, pela separação entre tráfego de pedestres e veículos, era possível ter acesso a equipamentos públicos como escolas e centros comunitários, de maneira segura. Este modelo se tornou marca registrada do país e teve influência significativa no planejamento de novas cidades americanas que, estimuladas pela facilidade de transportes como metrô, automóveis e trens, se multiplicaram nos chamados subúrbios-jardins, de qualidade variável.

No Brasil, reflexo do pensamento urbano howardiano, cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Goiânia receberam influências importantes. Nas duas primeiras cidades, os conceitos da Cidade-Jardim se restringiram aos planos de criação de bairros e de loteamentos, muito próximo ao modelo americano dos subúrbios-jardins. Novos bairros como o Jardim América (1913), em São Paulo, e a Cidade Jardim Laranjeiras (1936), no Rio de Janeiro, com os jardins contínuos aos passeios públicos e o alto nível da arquitetura produzida, eram

destinados apenas à construção de residências de alto padrão. Estes empreendimentos, com projetos baseados no modelo internacional, tiveram grande êxito comercial ao produzir o enobrecimento de áreas da cidade. Estes bairros já consolidados no processo de reprodução socioespacial, atualmente se reafirmam como locais de segregação e de exclusão social. Goiânia e suas especificidades, com o Plano de Atílio Corrêa Lima (1933) para a nova capital do Estado de Goiás, será abordada no capítulo 2.

Ainda sobre a crítica à qualidade de espaços públicos e de circulação da cidade industrial, o modelo de Cidade Linear foi concebido por Arturo Soria y Malta, urbanista espanhol, nos meados do século XIX e construída de forma experimental na periferia de Madrid, em 1894 (CRISTINA, 2011). Nela, um grande passeio central arborizado (figura 7) se mostrava como estrutura principal da cidade de onde serviços e atividades especializadas derivavam como espaços urbanos secundários.

Figura 7. Corte da Cidade Linear.

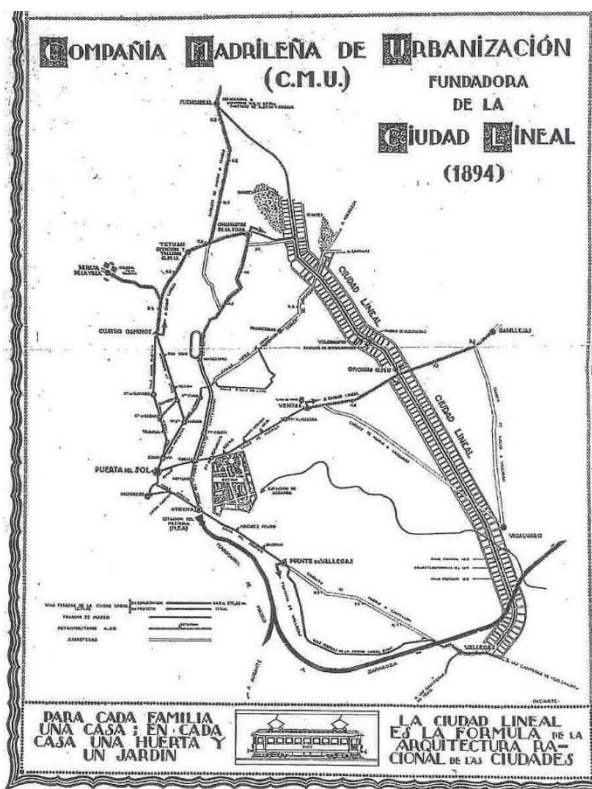


Fonte: CRISTINA, 2011.

Este modelo serviu como exemplo para urbanistas no período modernista, do final do século XX, tal qual Lúcio Costa e Kenzo Tange, que desenvolveram o Plano Piloto de Brasília (1956) e na baía de Tóquio (1960), respectivamente. Embora ligada às causas higienistas, Soria y Malta acreditava que sua cidade (figura 8) “poderia se estender pelo território se ligando a outras e até a diferentes países, em uma grande rede urbana” (CRISTINA, 2011, p. 9). Assim, o conceito da Cidade Linear antevê a realidade da cidade contemporânea com a priorização do sistema de transporte e de fluxos: seu planejamento estava mais fortemente ligado à importância do desenho do sistema viário que à livre circulação de

indivíduos e à criação de espaços públicos de excelência.

Figura 8. Planta da Cidade Linear.



Fonte: CRISTINA, 2011.

É notável como as respostas aos problemas anteriormente observados na cidade estiveram ligadas às novas propostas de planejamento urbano. Os novos desenhos criavam espaços que se propunham, de forma cada vez mais rígida, setorizar usos, fixar regras de circulação nas cidades e hierarquizar sistemas de vias, contribuindo para a criação de cidades as quais, utopicamente, teriam suas problemáticas resolvidas. Cristina (2011) afirma que o Plano da Cidade Industrial proposto por Tony Garnier (1904) antevia os conceitos planejados para a cidade moderna, observados na Carta de Atenas, desenvolvida para o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (1933). A setorização e controle na cidade se dava através da criação racionalizada de zonas específicas para moradia, indústria e administração, permeadas por áreas verdes que eram uma espécie de parque urbano global na cidade. Pela primeira vez, os setores naturais foram criados especificamente para a livre circulação de indivíduos na cidade e funcionavam como espaços de fluxos da escala humana em vias internas

residenciais arborizadas de acesso público, já que as edificações não apresentavam muros (figura 9). Tal disposição permitia que se atravessasse a cidade “em qualquer sentido, sem ser preciso passar pelas ruas; o solo da cidade, visto que em conjunto, é como um grande parque, sem nenhum muro divisório limitando os terrenos” (CHOAY, 1979, p. 165).

Figura 9: Área residencial da Cidade Industrial.



Fonte: Página da internet. Disponível em: <
<http://imgarcade.com/1/tony-garnier-industrial-city/>>.
Acesso em: 11 set. 2015.

Contraditoriamente, por mais que houvessem áreas verdes e públicas destinadas à circulação de pedestres na cidade, este processo de hierarquização de vias e de fluxo se mostrou segregador e rígido para o uso e apropriação destes espaços já que as vias de circulação destinadas ao transporte viário recortavam o tecido urbano segregando o solo urbano e zoneando os locais onde a população deveria circular. A rua, espaço de circulação e *domínio* do transeunte, passa a anunciar seu declínio como espaço público por excelência já que as vias são destinadas prioritariamente ao automóvel.

Essa nova dinâmica urbana pode ser observada em sua força total na concepção da Ville Radieuse (1933), proposta por Le Corbusier. Em uma cidade suspensa, a separação da área de circulação de automóvel e de circulação de pedestre é clara. Com solo liberado ao transeunte e o tráfego viário flutuante, as

ruas foram

[...] substituídas pelo que o arquiteto chama de *máquinas de circulação*, dispostas em diferentes níveis e abrigando cada uma um diferente tipo de transporte. Le Corbusier valorizava o automóvel e afirmava ainda que *arquitetura é circulação*. [...] O sistema de circulação da Ville Radieuse é uma complexa e trabalhada malha, com todas as suas interseções e cruzamentos (CAÚLA e SILVA, 2008, p. 32 – grifo do autor).

Entretanto, esta nova estrutura já começava a apresentar questões relativas ao problema gerado pela estimulação do sistema de transporte na era moderna. Na proposta de Le Corbusier para a Cidade Radiosa “em parte alguma se faz [fez] menção ao problema de onde guardar tantos carros, ou aos problemas ambientais decorrentes do barulho e das emissões dos seus motores” (ANTHONY *apud* HALL, 1988, p. 246).

A segregação e a exclusão pareciam estar disfarçadas sobre o véu do discurso técnico do planejamento urbano moderno. Anunciava-se a cristalização do espaço público setorizado e sua submissão às diretrizes do desenho urbano moderno como plano estruturante baseado em um zoneamento de funções específicas para uma estrutura social também específica e segregada. Nesta nova estrutura urbana

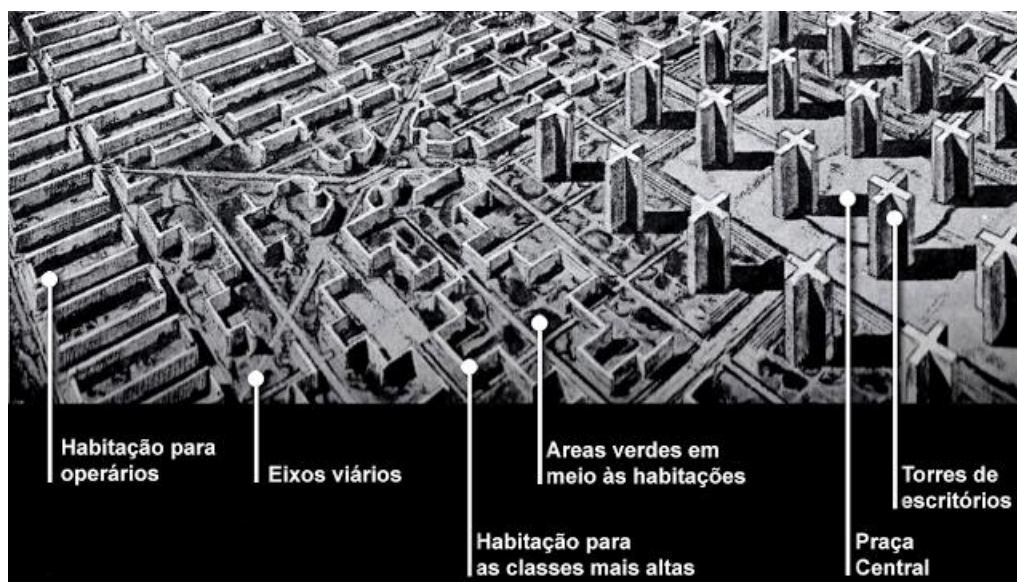
[...] a moradia de uma pessoa dependia da atividade por ela exercida. No centro ficavam os arranha-céus [...] que, enfatizava Le Corbusier, destinavam-se aos escritórios dos *cadres*² de elites [...]. Fora dessa zona, as áreas residenciais seriam de dois tipos: prédios de seis andares com apartamentos luxuosos [...], com 85% do terreno como espaço livre, e uma acomodação modesta para os trabalhadores, construída em volta de pátios, sobre um quadriculado uniforme de ruas, com 48% de espaço livre. (LE CORBUSIER *apud* HALL, 1988, p. 246).

Os espaços urbanos e suas dimensões estavam, portanto, relacionados com a classe que se ocupava no extrato social. A cidade moderna proposta por

² Equipes de gestão que segundo Hall (2008) eram compostas por industriais, cientistas, artistas e planejadores urbanos.

Le Corbusier, contrariamente à Paris dos anos vinte, “onde ricos e pobres tendiam a morar em estreita justaposição, [...] iria ser uma cidade totalmente classista” (HALL, 1988, p. 247). Nela, todos estariam igualmente coletivizados pelo tecnicismo e controle, na moderna máquina de morar e trabalhar (figura 10).

Figura 10: Zoneamento da Ville Radieuse.



Fonte: Página da internet. Disponível em: < <http://galleryhip.com/plan-voisin.html>>. Acesso em: 18 set. 2015.

Frampton (2008) afirma que muito embora este modelo proposto por Corbusier não tenha sido concretizado, suas teorias tiveram forte influência sobre o desenvolvimento e o modo de apropriação dos espaços urbanos nas cidades do período pós-guerra. Exemplo disto é a construção de diversos modelos habitacionais, como a unidade de Marselha, e a construção de duas novas capitais que continham claramente em seus planos os ideais da cidade radiosa: Chandigarh, na Índia, projeto de Le Corbusier (1950) e Brasília, no Brasil, projeto de Lúcio Costa (1957).

Esses ideais modernos anunciavam as rígidas propostas para o novo planejamento urbano e para a contínua mudança na apropriação dos espaços públicos das cidades da Europa, nos anos 20, e foram formalmente instituídos no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) de Atenas, em 1933. Pretendia-se a unificação de normas para o desenho moderno da arquitetura e urbanismo, confirmando a intenção de tornar o movimento moderno em uma vanguarda de alcance internacional.

Na Carta de Atenas (1933), observa-se a discussão de temas sobre a habitação social e, principalmente, sobre a cidade funcional como solução urbana a ser aplicada. Nela, o arranjo dos blocos de moradia e a ordenação de funções especializadas como a de trabalho, de lazer e de circulação, compunham uma nova relação entre espaço livre da cidade e espaço construído, caracterizando o urbanismo nomeado de “funcionalista”. Na nova cidade moderna, o automóvel adquiriu papel importante já que os espaços setorizados de moradia deveriam ser ligados aos de trabalho através de vias expressas lineares e contínuas, denominadas *vias de comunicação*. Tal tipologia contribuiu para o crescente aumento da velocidade de circulação no plano urbano e, por conseguinte, para a diminuição da percepção da cidade pelo indivíduo.

Esse novo arranjo proposto impedia que o indivíduo penetrasse na intimidade da vida cotidiana dos arredores dos espaços destinados à moradia onde ocorre, essencialmente, a função principal dos direitos civis, o morar. As vias de interesse local estariam restritas aos espaços destinados à moradia e compunham um conjunto interno de acessos nos bolsões verdes de uso coletivo e duplo: moradia e lazer. Quase que “medicinalmente” os antigos parques dos planos anteriores deveriam ser substituídos por *espaços verdes* pois, segundo as diretrizes da Carta de Atenas

[...] o indivíduo que perde contato com a natureza é diminuído e paga caro, com a doença e a decadência, uma ruptura que enfraquece seu corpo e arruína sua sensibilidade corrompida pelas alegrias ilusórias da cidade (LE CORBUSIER, 1993, p.50).

Naquele momento e como uma contradição, a grande maioria das cidades europeias ainda mantinham as mazelas decorrentes do período de industrialização e a reordenação do espaço, juntamente com o novo padrão estético moderno da arquitetura, seria a solução. Entretanto, não se pode dissociar a tipologia urbana moderna das novas problemáticas sociais que surgiram a partir de então, no espaço de domínio público. A rigidez e inflexibilidade do plano urbano moderno mostrou-se forçoso e pretensioso à dinâmica natural e orgânica das cidades, palco de expressão das relações sociais. De certa maneira, o urbanismo funcionalista acreditava que através da

setorização e ordenação das funções na cidade se resolveriam as contradições geradas pela vida em comunidade. Contraditoriamente, a cidade moderna se tornou a imagem pela qual, teoricamente, lutou contra: a máquina da era industrial. Nela, a articulação entre a figura pública individual e o espaço público da cidade deveria ocorrer em setores previamente planejados. Esta teoria contribuiu para o declínio da espontaneidade da vida cotidiana na cidade moderna e da expressão livre do homem que, como figura pública, tem direitos à cidade como local de convívio e de encontro (LEFEBVRE, 2006).

O controle da vida moderna havia saído das mãos dos indivíduos, subjugado às crescentes normas do mercado imobiliário e à expansão da malha viária. Acima dos ideais modernistas, os arranjos urbanos deveriam contribuir para a crescente circulação rumo ao subúrbio, em prol do desenvolvimento capital e da motorização em massa.

Segundo Hall (1988), nos Estados Unidos da década de 20, o crescimento dos subúrbios era 39% maior que o das cidades-bases, comprovando a importância do desenvolvimento tecnológico e influência da revolução efetuada por Ford. Naquele momento, alguns planejadores “abraçavam a ideia de novas estradas como base para uma nova forma urbana” (HALL, 1988, p. 331) onde a “autoestrada sem cidade encorajaria a construção de autênticas comunidades, em pontos definidos e propícios, afastados da estrada principal” (MACKAYE *apud* HALL, 1988, p. 333).

Nos subúrbios americanos, além da criação de novos espaços de moradia e consumo como os shoppings centers – os primeiros de Montgomery Ward –, outro exemplo da influência e importância do processo de motorização da população no planejamento urbano pode ser observado com a criação de gigantescas obras públicas pelo engenheiro Robert Moses.

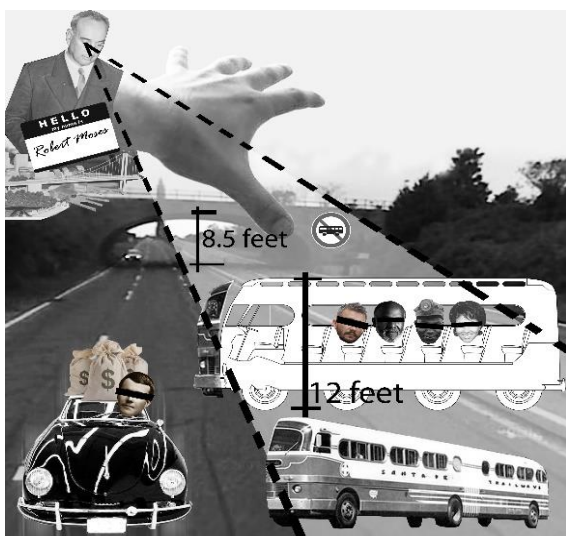
Em 1924, através de um Ato Estatal, Robert Moses instituiu um decreto denominado *Public Authority* que permitia a desapropriação de grandes parcelas de terras privadas para que suas *parkways* atravessassem de Nova York às praias oceânicas, onde balneários públicos foram erguidos para a classe média motorizada.

Quando Moses redigiu o texto criando as '*Public Authority*', nem o esperto prefeito Fiorello La Guardia sabia o que estava assinando. Na prática, ele transferiu para Moses o direito de recolher e

investir as arrecadações dos pedágios e outras verbas provenientes das 'Authorities'. O estado e a cidade estavam falidos nas décadas de 30 e 40, mas Moses não parava de construir. (MENDES, 2007, s/p.).

Reafirmando a segregação social planejada, contraditoriamente os túneis de acesso dessas novas rodovias não tinham altura suficientes para passagem de ônibus de transporte coletivo (figura 11). No *Jones Beach State Park* (1929), um gigantesco estacionamento público para 75.000 carros (figura 12) se destacava no espaço de recreação para as massas e reafirmava a mudança na configuração de espaços públicos de lazer da cidade através da nova malha de acessos viários e das vastas áreas de estacionamentos, destinados aos que possuíam carros particulares (SIMPICH, 1939).

Figura 11: A criação de barreira física como forma de segregação social do espaço público.



Fonte: Página da internet. Disponível em: <https://politecture.files.wordpress.com/2011/11/robertmoses_overpass.jpg>. Acesso em: 22 set. 2015.

Figura 12: Jones Beach State Park e área para estacionamento de 75.000 veículos.



Fonte: SIMPICH, 1939.

Numa apropriação quase privada do espaço urbano, as práticas de Moses contribuíram para a segmentação e fragmentação do espaço de visibilidade pública já que suas intervenções aconteciam sempre de acordo com seus critérios baseados no lucro e “quase sempre em benefício dos automóveis” (MENDES, 2007, s/p.).

Assim, o espaço público das cidades americanas sofreu modificações

através da força imposta pelo mercado capital que passou a apresentar novas possibilidades privadas de lazer em áreas que iam além dos limites do centro tradicional. Disseminado como referência econômica internacional, este movimento contribuiu para o que Jacobs (2011) afirma ser uma força poderosa capaz de alterar constantemente os centros urbanos, fazendo com que estes mudem de lugar, contribuindo para o esvaziamento e mudança na esfera pública nas cidades. Esta dinâmica de descentralização observada por Jacobs, tanto naquele momento quanto nos dias atuais, “gera distritos ultrapassados e é responsável por boa parte da estagnação e da decadência das áreas centrais” (JACOBS, 2011, p. 268).

O *Jones Beach State Park* inaugurou o que, na pós-modernidade e contemporaneidade, se tornaria recorrente na história dos espaços públicos urbanos: mercantilização de áreas de domínio público em projetos alegóricos de alta visibilidade e “a serviço de determinadas ideologias e interesses específicos, de cunho político e econômico” (SERPA, 2011, p. 85), reafirmando as contradições dos espaços que se disfarçam em espaços de uso comum mas que no fundo mascaram a segregação através dos usos destinados a grupos sociais específicos.

Dentro desta realidade das cidades, Serpa (2011) identifica uma possível hipótese que justifica a desmaterialização do espaço urbano e contribui na difícil tarefa do planejamento ideal das esferas públicas de metrópoles contemporâneas como São Paulo, Salvador e Paris: nelas, a sociedade de massa perde, literalmente, a força de juntar a imensa quantidade de indivíduos, dialeticamente relacionando-os e separando-os, na dinâmica diária da vida urbana (SERPA, 2011, p. 36).

1.4. A Pós-modernidade e a Cidade Contemporânea

Estimuladas pelas modificações socioeconômicas introduzidas pela era industrial, são inúmeras as tentativas, no século XX, de criação ou implementação de modelos espaciais urbanos e de novas maneiras de ocupação das cidades face às crescentes contradições sociais da cidade moderna.

Além dos modelos apresentados anteriormente, visões dessas tentativas estão em exemplos como o das Megaestruturas, células que se sobrepunham através de encaixes, propostas por arquitetos do movimento metabolista, no fim da década de 1950, na tentativa de resolver a falta de espaço urbano no Japão; e no planejamento e na estética neofuturista proposta pelo grupo Archigram, em 1960 (PIAZZALUNGA, 2005).

Entretanto, a partir da década de 1960, percebem-se novas dinâmicas que reafirmam o declínio dos pressupostos modernos instituídos em prol da boa qualidade do planejamento, da construção e do uso dos espaços da cidade face a realidade “de fragmentação, efemeridade e mudança caótica” (HARVEY, 2013, p. 21) do novo período.

O surgimento de novas complexidades urbanas que se sobrepuseram às inovações e ambiguidades da era moderna marca o que alguns autores determinam como período pós-moderno. Nele, a cidade reflete uma certa instabilidade socioeconômica que impede sua leitura e discussão através de uma condição histórico-geográfica pré-determinada. A universalização de problemas urbanos, a sobreposição de novos agentes sociais na cidade e o avanço tecnológico concorrem para a aproximação da realidade da cidade contemporânea, considerada *polifônica* (OLIVEIRA, 2005).

A eclosão do pós-modernismo retrata uma nova era nos espaços públicos das grandes cidades. Neste período repleto de contradições nunca antes observadas, os grandes centros passam a ser lócus comum à reprodução e exposição pública tanto da vida marginal quanto da vida dita “regular”. Concomitantemente, as imagens das ruas com suas cenas de empobrecimento e exclusão ocorrem paralelamente às imagens dos valores supostamente tradicionais, reflexos da autoconfiança do cidadão urbano que, inserido na esfera de trabalho regular, reflete sua capacidade individual de empreender. Harvey afirma que o período surgiu em meio a este clima “de economia vodu, de construção e exibição de imagens políticas e de uma nova formação de classe social” (HARVEY, 2013, p. 301) e considera, ainda, o pós-modernismo como “o espelho dos espelhos”, metáfora que relaciona a imagem da cidade às imagens infinitamente fragmentadas e sobrepostas dos reflexos internos de um caleidoscópio.

Essa cidade, por assim dizer caleidoscópica, com sua sobreposição de

recortes e desdobramentos de si mesma, também é analisada pela ótica de Caetano Veloso que, ao relatar na letra da canção *Sampa* (1978) suas primeiras impressões da cidade, considerou a São Paulo pós-moderna como “o avesso do avesso, do avesso, do avesso, do avesso” e reflexo “do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas/ da força da grana que ergue e destrói coisas belas”. Tal imagem se aproxima do reflexo da nova ordem socioespacial proposta por Harvey. Nela, se considera primeiramente as possibilidades financeiras como fator relevante para o acesso aos espaços de consumo, permanência e lazer, constantemente privatizados na cidade. “Erguidos” pelo capital – e de força superior à rigidez dos planos urbanos anteriores – suas condições de uso e regras explicitam de maneira clara suas intenções de domínio e controle já que

[...] o domínio do espaço e do tempo é fundamental na busca do lucro. O dinheiro pode ser usado para dominar o tempo [dos trabalhadores] e o espaço, assim como o domínio do espaço e do tempo podem se converter em dinheiro (ARAÚJO, 2012, p. 679).

De algum modo, a força do lucro passa a criar “ilhas de poder” que agem como instrumentos de exclusão socioespacial na malha urbana, já que determinam seus acessos pela ótica consumo. Segundo Sennett (1988) a sociedade rendida pelo fetichismo da mercadoria e pela busca da individualidade, reafirma esta condição de exclusão não percebendo a crescente desconstrução do sentido público dos espaços da cidade. Ao que se parece, os locais públicos da cidade, com sua perda de significado, passam a ser encarados como locais secundários e a crescente desimportância é refletida nas atuais condições de degradação, falta de investimento estatal e deturpação de usos.

A mudança da experiência espaciotemporal nas cidades atuais tem muito a ver com as transformações ocorridas no período moderno e, portanto, pode-se compreender que o pós-modernismo é uma resposta a um novo conjunto de experiências que anunciam o modo como as cidades se estruturariam até os dias atuais (HARVEY, 2013). Nesse sentido, observar a transformação dos espaços públicos através da (re) produção do capital social é compreender a cidade ao mesmo tempo como reflexo e sede de mudanças contínuas cada vez mais rápidas.

Segundo Barda (2009), a cidade contemporânea se apresenta como continuidade da cidade pós-moderna já que as características de fragmentação atuais se expandem em velocidade crescente, compondo um “amálgama de fragmentos heterogêneos no qual não é possível reconhecer nenhuma ordem, nenhum princípio de racionalidade que a faça inteligível” (BARDA, 2009, p. 48).

Assim, essa dificuldade de leitura e compreensão das múltiplas ações que determinam as características dos espaços públicos das cidades atuais é adotada como rica fonte fenomenológica para estudos em diversas áreas de conhecimento e aponta para uma condição futura cada vez mais segregadora e contraditória onde a mudança da relação espaciotemporal pode levar à perda do “domínio da realidade” (HARVEY, 2013, p. 316) contribuindo para uma preocupante esquizofrenia e neurose urbana.

1.4.1. Os espaços públicos e as apropriações

Neste cenário de transição, a constatação contundente de Jacobs (2011) sobre a qualidade dos usos dos espaços públicos de cidades como Nova York e Chicago, contribuiu para uma análise crítica das propostas anteriormente estabelecidas para produção do espaço público sobre a ótica do planejamento urbano moderno. Jacobs nega o modelo das Cidades-Jardim de Ebenezer Howard, transplantado para os subúrbios americanos no pós-guerra, e responsável pelo processo de descentralização e desimportância das áreas centrais das cidades americanas. Nega também o modelo proposto por Le Corbusier, com sua Ville Radieuse que, embora implantada em um grande e fictício parque urbano público, antevia a rigidez da setorização e funcionalismo asfixiante do urbanismo dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM's).

Jacobs (2011) descreve as ações cotidianas da população como indícios importantes para os princípios de um novo planejamento urbano. Com foco no indivíduo, ela acredita que a apropriação da cidade pública através da diversidade espontânea é uma ação capaz de criar condições favoráveis ao crescimento e expansão urbana através de uma complexa forma de organização altamente desenvolvida – contra o tédio funcionalista dos espaços públicos

tipicamente modernos – pois

[...] a diversidade urbana emergente, do tipo que é catalisada pela associação de usos principais combinados, ruas frequentes, mistura de prédios de várias épocas e custos e *forte concentração de usuários*, não acarreta as desvantagens da diversidade comumente presumida pela pseudociência do urbanismo. (JACOBS, 2011, p. 246 – grifo nosso).

Em suas críticas, Jacobs identifica que a morte das grandes cidades se dá pela continuidade de um planejamento que nomeia de *antichidade*, cuja idéia central prioriza o sistema de organização caracterizado por Mumford como “caos petrificado” (MUMFORD *apud* JACOBS, 2011, p. 20), largamente discutido pelos administradores e planejadores em detrimento ao incentivo à ocupação urbana pelos indivíduos.

O declínio da rua e calçadas como espaços públicos por excelência e a importância dada à tecnologia de transporte individual no processo de planejamento acabaram por impor uma nova realidade onde “o espaço público se tornou derivação do movimento” (SENNETT, 1988, p. 28). Estimulado no planejamento da cidade moderna e dominante na cidade contemporânea, o automóvel particular transformou a rua em um espaço sem sentido, destinado somente ao deslocamento, já que as vias, separadas do passeio público, incitam mais e mais o aumento da velocidade do fluxo de escoamento do centro ao subúrbio, e vice-versa. Neste sentido, Jacobs observa, especialmente no espaço da rua urbana, a possibilidade de respostas positivas nos índices de qualidade mediante sua apropriação contínua pela população pois

[...] a calçada por si só não é nada. É uma abstração. Ela só significa alguma coisa junto com os edifícios e os outros usos limítrofes a ela ou a calçadas próximas. Pode-se dizer o mesmo das ruas, no sentido de servirem a outros fins, além de suportar o trânsito sobre rodas em seu leito. As ruas e suas calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais. Ao pensar numa cidade, o que lhe vem à cabeça? Suas ruas. Se as ruas de uma cidade parecem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona (JACOBS, 2011, p. 29).

Contemporaneamente, os espaços de encontro das cidades, considerados públicos por excelência como parques, bulevares, passeios públicos e as próprias ruas são (re) interpretados frente às consequências do modelo internacional de planejamento urbano e suas condições sociais atuais.

Dessa forma, iniciativas de reestruturação e novas políticas urbanas são determinantes para a requalificação do espaço público das cidades já que ao longo do tempo percebe-se a perda de sua função principal, a de socialização, posto que

[...] o espaço público urbano é o lugar privilegiado do exercício da cidadania e da expressão dos direitos civis: uma cidade que funciona exclusivamente com automóveis, organizada em centros especializados e fechados, não facilita o progresso da cidadania, tendendo à segmentação, individualismo e exclusão (BARDA, 2009, p. 49).

Nota-se, nas cidades contemporâneas, e inclusive em Goiânia que teve seu plano urbano baseado nos princípios modernos de planejamento, uma crescente privatização dos espaços de permanência e especialização de funções que, setorizadas nos melhores locais de interesse imobiliário e interligadas por estradas de rodagem, compõe uma nova espacialidade na cidade denominada por Augé (2012) como *não-lugares*.

O espaço público tradicional, em detrimento aos espaços de consumo, deixa de ser interessante ao indivíduo que, vencido pela insegurança da cidade, escolhe a pseudosegurança e conforto das pseudoruas das galerias confortavelmente climatizadas ou corredores com gôndolas repletas de possibilidades de consumo instantâneo. Esta condição associa-se aos novos aspectos da vida pública na contemporaneidade e reafirma a valorização do capital e do individualismo, no processo de negação do coletivo (SENNETT, 1988).

Como que sobreposta à realidade tradicional da cidade, uma nova malha de fluxos é desenhada ao automóvel particular, contribuindo para o declínio da permanência em espaços urbanos como ruas e calçadas. Os shoppings centers, grandes estádios, grandes atacadistas, hipermercados e aeroportos se conectam através de rodovias imprimindo agilidade de acesso ao consumo

destes espaços. Neles o capital, por excelência, determina a postura e o modo de uso e apropriação, com regras particulares. Segundo Carlos (2007) estamos diante de uma nova noção de tempo, no qual os lugares de passagem e de circulação de veículos mudam de significado e passam a ter mais relevância na cidade que os pontos *do estar, do morar, do encontro, da festa*.

Na contemporaneidade, a paisagem da metrópole é construída e modificada para ser vista em movimento, como alusão à velocidade do mundo contemporâneo, isolando e segregando os espaços antes destinados ao uso público pois

A rua tornou-se um resíduo, engrenagem organizativa e mero segmento do plano metropolitano contínuo, no qual os vestígios do passado enfrentam as infraestruturas do novo em uma inquieta situação de impasse (KOOLHAAS *apud* BARDA, 2009, p. 97).

E como resíduo, tanto como outros espaços públicos na cidade contemporânea, a rua passa a não conter as relações de pertencimento ou história e se transforma em espaço socialmente não praticado, obscuro na memória coletiva dos cidadãos, sendo (re) apropriados por novos agentes sociais; geralmente os que se encontram excluídos do sistema capitalista dominante. O relativo abandono desses lugares contribui para o declínio da identidade da cidade, para a desmaterialização e desimportância de seus signos e, conseqüentemente, de seus significados podendo levar ao comprometimento da memória histórica coletiva. Barda reconhece que quando antecedentes e origens “[...] não estão presentes, foram destruídos ou não fazem parte de suas reminiscências (anamnese), o indivíduo perde parte de si mesmo” (BARDA, 2009, p. 24).

No espaço urbano contemporâneo, percebe-se uma dupla relação de fragmentação, a da cidade e do indivíduo. A lógica capital do mercado prioriza a privatização de espaços e standardização do consumo como forma de retroalimentação de seus ideais. O indivíduo, com sua vida cotidiana alterada por esta força financeira, se transforma em consumidor de locais privados ou semi-públicos. O espaço da cidade sofre uma metamorfose através dos processos de privatização, rumo ao consumo individual.

Carlos (2007) exemplifica, inclusive, esta dinâmica de consumo na constituição da cidade através dos núcleos familiares que deixam de ser constituídos por *habitantes* do espaço urbano passando a ser compostos por moradores ou *usuários* com direito individual de morar – e de consumir a cidade. A privatização global, como modelo de reprodução espacial e o do modo de vida do “morador consumidor” da cidade, elevam a análise do meio urbano a uma dinâmica de alto grau de complexidade, expressa em contradições entre o privado e o público. A figura pública do indivíduo, que no espaço público da cidade deveria politicamente estimular a construção de relações sociais, articular novos modelos de crescimento e desenvolvimento através de novos usos e ocupações da cidade, de certa maneira, se mostra cada vez mais corrompida. Subjugada pelo modelo de consumo contemporâneo e pelo fetichismo da mercadoria industrial que lhe cega as vistas, a figura do homem público contemporâneo se mantém aprisionada ao sistema econômico dominante (SENNETT, 1988).

Os espaços públicos das cidades, notoriamente observados como espaços de reprodução social, se mostram numa crescente perda de significados. Cercados pela cidade privatizada e ocupada por indivíduos tão igualmente privatizados, é comum que representem ruínas de uma intenção sociológica distante à contraditória realidade atual. A cidade, que politicamente deveria se expandir a partir dos encontros e decisões realizadas nestes locais públicos, acontece paralela à sua própria existência, sob a lógica da troca. O espaço real, da escala humana na cidade, foi substituído pelo fluxo capital, que materializa uma nova cidade de acordo com seus interesses e para uma determinada classe social.

1.4.2 Contra-usos no espaço público

A vida nas cidades contemporâneas, pautada nas articulações dos avanços tecnológicos e no processo global da troca e do fluxo de informações e capital, reafirma cotidianamente uma nova ordem espacial na qual o lugar público está em constante transformação. Essa dinâmica pautada nas alterações da rotina da metrópole e a crescente busca pela permanência em espaços

privados contribui para a alteração da percepção do indivíduo em relação à uma cidade repleta de novos significados, narrativas e interpretações. Essas características são pontos centrais no debate e na compreensão do esvaziamento (ou não) do sentido e do uso dos espaços públicos contemporâneos.

Nota-se que a percepção da cidade e de seus espaços está fortemente relacionada com as ações antropológicas que se desenvolvem no meio urbano já que, em relação à esta vivência social, Arendt (1981) e Habermas (1984) afirmam que um determinado espaço urbano se torna público quando nele se articulam determinadas configurações espaciais e ações sociais que lhe atribuem sentido como local de pertencimento ao indivíduo.

Corrêa (1995) corrobora com Arendt e Habermas quando defende que um espaço genérico em uma cidade apenas se torna um *lugar* quando este se transforma em espaço vivenciado que assume significados e valores na memória de quem o experienciou. Este conceito se mostra complementar ao defendido por Augé (2012) que apresenta a supermodernidade e suas características como determinantes para o surgimento de *não-lugares*; locais de passagem onde a falta de relação histórica, memória e vivência, desmancham as significâncias sócioespaciais. Portanto, para se compreender as transmutações ocorridas no espaço público e o *surgimento de novas significações* nas cidades atuais faz-se necessário a articulação de conceitos de identidade, percepção e vivência urbana.

Na atualidade, pontualmente nos núcleos pioneiros das cidades, percebe-se uma constante transmutação de espaços que anteriormente se mostravam como *lugares* em *não-lugares*, e vice-versa. Segundo Leite (2007) esta alteração ocorre pela perda de significados ou falta de uso de determinadas áreas ou por influência de ações capitais como as de mercantilização da memória histórica ou enobrecimento de certas áreas através de processos de reabilitações urbanas as quais gradativamente contribuem para a perda de “sua potencialidade como espaço público de dissensão política e equidade de participação” (LEITE, 2007, p. 214). Assim, pode-se compreender que Leite (2007) extrapola o sentido público *par excellence* dos locais tradicionalmente observados na cidade como o das ruas, das praças e dos locais de encontro por entendê-los como uma “categoria sociológica [...] constituída pelas práticas que atribuem sentidos e

estruturam lugares” (LEITE, 2007, p. 200).

Na cidade contemporânea, para cada ação imposta, efeitos diversos ressoam como consequência das intervenções já que a cidade é analisada por alguns autores como sendo um elemento biótico, um organismo vivo (GOITIA, 1982). Nessa relação de causa e efeito, surgem como resultados as transformações de significados e mudança da compreensão da cidade, mudanças de usos em seus espaços e diversas novas formas de apropriação por parte de seus agentes principais. Nem mesmo as teorias de planejamento urbano, que ao longo da história das cidades pretendiam conferir uma ordenação lógica de uso através de planos urbanos predefinidos, foram capazes de impedir que a apropriação de seus agentes conferisse às cidades, caracterizadas por Carlos (2007) como lócus da reprodução social, características importantes resultantes das interações sociais. Desta maneira a cidade, seus espaços e seus agentes sociais estão intrinsecamente inter-relacionados, reagindo aos estímulos globais através de reações de adaptação, rejeição, reinvenção e transformação que criam novas fronteiras ou pontos de contato e inflexão social dentro da própria cidade.

Nesse sentido, Leite (2007) identifica, como resultado das “estratégias” da gestão pública para a requalificação do centro da cidade de Recife, o surgimento de *contranarrativas* urbanas como sinônimos de uma tentativa de ressignificação de lugares por parte do cidadão excluído socioeconomicamente. Estabelece uma relação de causa e efeito entre os novos usos que o espaço enobrecido daquela centralidade urbana propõe e o surgimento de ações populares ou “táticas” que ele caracteriza como *contra-usos*, observadas nas áreas de menor visibilidade e acesso, da mesma região central.

Corroborando com Certeau (1994) que expõe sobre os resultados da dialética entre táticas e estratégias, Leite (2007) afirma, ainda, que o processo compreendido entre as estratégias de requalificação ou modificação urbana e as táticas de apropriação da população se apresenta como uma ação que reafirma a construção socioespacial da diferença pois

[...] as *táticas*, quando associadas à dimensão espacial do lugar, que as torna vernaculares, se constituem em um *contra-uso* capaz não apenas de subverter os usos esperados de um espaço

regulado como de possibilitar que o espaço que resulta das *estratégias* se cinda, para dar origem a diferentes lugares a partir da demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que esses contra-usos realizam (LEITE, 2007, p. 215 – grifo do autor).

Como resultado da força empreendida pelo capital da iniciativa privada, dos processos de gentrificação ou da contínua privatização dos espaços públicos por excelência, nota-se que na lógica das transformações dos espaços públicos da cidade, novas formas de apropriação são estabelecidas pelos usuários, na tentativa de que estas materializem a construção social de novas identidades no espaço público, representando, portanto, a construção de novos *lugares* na cidade, com significados e importâncias específicos ao grupo que as mobilizou.

É nesse sentido que este trabalho se propõe a identificar, através dos contra-usos urbanos, o surgimento de contranarrativas urbanas como forma de apropriação dos espaços públicos do Setor Central de Goiânia. Busca-se compreender as novas identidades espaciais sobrepostas às pioneiras e como seus significados e dinâmicas contribuem para a edificação de barreiras e para o surgimento de novos lugares sociais – ora com alto grau de visibilidade, ora não.

2. GOIÂNIA E O CENTRO TRADICIONAL: FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE SEUS ESPAÇOS

Inaugurada em 1935, Goiânia encontrava-se em um cenário brasileiro marcado por grandes transformações e novas definições político-econômicas e socioculturais. Foi à época em que Getúlio Vargas, após se deparar com a economia brasileira debilitada, buscou investir na produção nacional reestruturando todo o antigo sistema colonial de comunicação para a distribuição e consumo da produção tais como a rede de transportes e a distribuição da população concentrada na região sudeste do país.

Goiânia seria o marco dessa nova época. E sob o comando do então médico e governador Pedro Ludovico Teixeira ela foi construída segundo estratégias respaldadas na problemática da saúde pública da velha capital e no discurso do progresso. Nesta perspectiva, ela seria o oposto da cidade de Goiás; seria a expressão de uma nova vida e tempo que ideologicamente foram disseminados pela Revolução de 1930 (CHAUL, 2001).

Assim sendo, a cidade além de desempenhar a função de centro político e administrativo de Goiás, nasceria com o intuito de simbolizar a modernidade, ultrapassando o isolamento social, político, cultural e econômico do estado em relação ao restante do Brasil.

2.1. Goiânia ao longo do tempo

Para a implantação da nova capital do estado e a realização desse importante intento, o interventor Pedro Ludovico Teixeira contratou o arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima que elaborou um plano inicial de cidade a partir de duas correntes urbanísticas distintas, a francesa e a saxônica. Junto ao plano proposto por Atílio Corrêa Lima, com claras inspirações em Versalhes, Karlsruhe e Washington (figuras 13, 14 e 15), encontravam-se ressonâncias das cidades jardins inglesas e das experiências do planejamento urbano americano, sintetizadas por Armando Augusto de Godoy, engenheiro e também urbanista que assumiu o controle dos trabalhos de implantação da cidade após o afastamento de Atílio, e que com suas ações, contribuiu para a implementação

de vários planos urbanísticos inconclusos. Ao assumir tais atividades ele não só alterou o traçado do plano inicial como propôs também um novo desenho para a parte sul da cidade interferindo, através dessas rupturas ideológicas e políticas, na futura dinâmica de expansão urbana da cidade.

Figura 13: Versalhes.



Fonte: Página da internet. Disponível em: < http://www.versailles-tourisme.com/uploads/tx_birecard/vueAerienne_01.jpg>. Acesso em: 20 out. 2015.

Figura 14: Karlsruhe.



Fonte: Página da internet. Disponível em: < https://stattmarketing.files.wordpress.com/2013/08/id_31575_schloc39f-innenstadt-img_4656-2_klein.jpg>. Acesso em: 20 out. 2015

Figura 15: Centro cívico Whashington.



Fonte: Página da internet. Disponível em: < <http://cdn.loc.gov/service/pnp/highsm/04800/04879v.jpg>>. Acesso em: 20 out. 2015

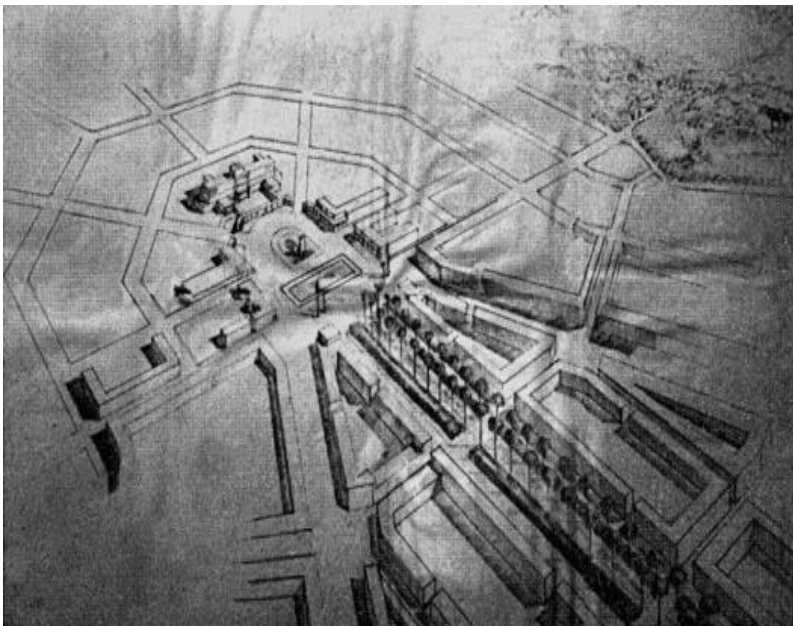
Goiânia, tendo sido concebida com um desenho e lógica espacial que expressava a marca da modernidade e do novo, inicialmente se distinguiu claramente dos tradicionais traçados das cidades coloniais brasileiras que se apresentam com sistemas de organização baseados nas sinuosidades naturais dos terrenos e no destaque à implantação dos edifícios religiosos. Diferentemente deste tradicional sistema, Atílio Corrêa Lima apresentou um partido que buscava a monumentalidade, condicionando o desenho do espaço público à localização dos edifícios administrativos, à altura dos edifícios e ao desenho das ruas, “considerados partes fundamentais da cidade, assumindo pleno significado na valorização de seu desenho” (MANSO, 2001, p. 251).

Tudo isto segundo uma concepção que se referenciava nos princípios da tradição clássica francesa que valorizava a monumentalidade das praças a partir das fachadas uniformes e das amplas perspectivas acentuadas por grandes avenidas, concomitantemente às influências do urbanismo *city beautiful* norte-americano explícito na Feira Mundial de Chicago, de 1893, onde

Os principais edifícios da exposição eram imensas e brancas composições *beaux arts*. Mas, mais que os prédios em si, chamava a atenção a longa *cour d'honneur* – um centro cívico grandioso, um arranjo monumental de edificações desenhado para sensibilizar pela beleza, pela grandeza, pela ordem e pela harmonia (REGO, 2015, s/p.).

No que diz respeito ao contributo de Atílio Corrêa Lima, o desenho da região central de Goiânia se caracterizava pela valorização das ruas, dos quarteirões, das praças e dos monumentos, que geravam uma dinâmica de apropriação pública baseada nos princípios da modernidade. Ele também se organiza a partir de um traçado radiocêntrico e ortogonal (figura 16), que privilegiava o tráfego de veículos, as áreas de estacionamento e o tratamento especial das praças. Na divisão do espaço público do plano, o ponto de maior destaque da composição era o centro cívico, núcleo central de todo o sistema, tal qual em Versalhes, Karlsruhe e Washington. Nele se encontravam os principais edifícios públicos administrativos tais como o Palácio das Esmeraldas e a Secretaria Geral. Desta mesma praça convergiam as três importantes avenidas de Goiânia: a Goiás, a Araguaia e a Tocantins.

Figura 16: Projeto do centro cívico de Goiânia, 1936.



Fonte: PIRES, 2009.

Goiânia, embora vanguardista com a implantação de um planejamento urbano baseado nos princípios de Howard, mostra-se contraditória desde sua concepção em diversos aspectos, provavelmente devido às claras intenções políticas e econômicas fundamentadoras de sua implantação. Ademais, este modelo de planejamento buscava um equilíbrio excessivo ante a inquietação típica das cidades tradicionais, caracterizando as rígidas políticas urbanas do início do século XX. E sobretudo porque o planejamento proposto, erroneamente, se fundamentava nos pressupostos de que

[...] à cidade jardim estaria garantido sucesso mercantil, de que o Estado facilmente seria colocado a serviço de objetivos socialmente racionais, e de que o bom exemplo, apelando à razão e às emoções, converteria a busca do lucro em busca da justiça social (SZMRECSÁNYI *apud* HOWARD, 2002, p. 217).

Embora coerente com a produção urbanística do início do século XX, que tinha o predomínio de espaços reservados às vias públicas, aos jardins e aos parques, o processo de reprodução e apropriação espacial do núcleo pioneiro da cidade se mostrou pautado no embate de uma sociedade hierarquizada e excludente, que ao longo do tempo transformou o espaço público em um “lugar de consumo, e um consumo do lugar” (CARLOS, 1997, p. 19). Entretanto, percebe-se que a dinâmica das transformações do espaço central da cidade não

está desconectada de seu passado histórico global, nem mesmo das influências externas ao núcleo pioneiro. Assim, cabe observar que desde a década de 1930, importantes transformações de ordem econômica possibilitaram um crescimento global que determinaram mudanças físicas na paisagem da área central da cidade, no modo de apropriação e uso por parte da população e na representação deste espaço na memória do cidadão.

Moysés (2004) separa estes períodos de transformações de ordem econômica por data, sendo que o primeiro, que se estende de 1933 a 1950, é denominado pelo autor como período de afirmação do plano original através da construção da cidade e do espaço social através da materialização do “sonho urbano” de seus idealizadores, centrados nas figuras de Atílio Corrêa Lima, Pedro Ludovico Teixeira e Armando Augusto de Godói. O segundo período, entre os anos de 1951 e 1979 é denominado como o período “do sonho ao pesadelo” onde o processo de urbanização da cidade, segundo o autor, se direcionava ao caos. Dentro deste período, até o fim dos anos 1950, percebeu-se uma perda de controle estatal sobre o crescimento da cidade com o abandono das diretrizes propostas inicialmente no plano urbano original e com a implantação de diversos loteamentos fora do padrão ideológico de planejamento urbano moderno. Até o final dos anos 1970, mesmo sob legislações rígidas de uso e de ocupação do solo, a cidade passou a ser palco crescente das contradições geradas pela falta de planejamento estatal sobre a expansão urbana ilegal, comandada pelas classes sociais mais baixas e pressionada pelo crescimento populacional, que elevou as taxas populacionais nesses 20 anos, de 53.389 para 389.784 moradores (SOUZA, 1995, p. 38). Ainda segundo Moysés, o terceiro e último período de importantes alterações socioeconômicas está compreendido entre 1980 e 1992, sendo denominado como o período da “urbanização às avessas”, caracterizado pela continuidade da falta de controle no planejamento da cidade e pela expansão das áreas de assentamento de moradias subnormais nas regiões periféricas da cidade, fatos que se estendem até os dias atuais.

Nota-se que as transformações do núcleo pioneiro não devem ser analisadas de forma isolada ou de forma desconectada da história socioeconômica da cidade. A partir de um crescimento além dos limites territoriais impostos pelo planejamento inicial, percebe-se que a história da cidade e de seus lugares centrais refletem em si as ondas de crescimento além

núcleo pioneiro através da ocupação espacial desordenada. Esta dinâmica pode ser comparada como a do movimento gerado na água pelas ondas que se formam em torno ao local onde uma pedra é atirada. Expandem de forma concêntrica numa determinada direção e sentido até atingir a margem; por fim, retornam “refrequenciando” o caminho até atingir novamente o centro do lançamento. Essa analogia pode ser comparada à cidade que, com força superior à rigidez dos planos urbanos – como os surgidos após a era industrial e inclusive o de Goiânia – tem o poder de ressoar no território e no espaço físico o espírito de sua população, o modelo de desenvolvimento econômico, os costumes e a cultura reproduzindo, assim, o que Gonçalves (2002) caracteriza como processos da “natureza humana”.

Se a planta da cidade, necessariamente, estabelece normas, limites e confrontações, determinando o traçado das ruas e o agenciamento urbano, os processos da *natureza humana* impõe a estas regiões, por sua vez, características difíceis de controlar e prever. Contradição entre planejamento e a apropriação do espaço urbano. (GONÇALVES, 2002, p. 77 – grifo do autor).

Desde sua implantação aos dias atuais, estas contradições de natureza socioeconômica podem ser vistas como importantes fenômenos urbanos que marcam a história de seu desenvolvimento já que

[...] a cidade já surgiu com seu espaço tomado pela lógica do valor de troca, uma vez que o significado do movimento que a estimulou engendrava esse elemento em sua essência. Não obstante, esta cidade logo assumiria a forma da desigualdade na sua ocupação socioespacial, reflexo da desigualdade característica da divisão do trabalho. Por isso, [...] o planejamento de uma cidade que visa erguer num determinado território fundamentalmente as dinâmicas do mercado consiste mesmo num *planejamento excludente*, elemento que condiciona o fenômeno urbano. (OLIVEIRA, 2005, p. 1 – grifo do autor)

As contradições explícitas na cidade atualmente refletem, portanto, as contradições históricas resultantes do processo de crescimento da cidade e determinam o modo contemporâneo de apropriação e uso de seus espaços. O

espaço urbano age, portanto, como lócus da interferência histórica e o espaço público como palco de atuação de seus agentes, com formas próprias vinculadas a um determinado tempo.

2.2. O centro tradicional de Goiânia e as transformações dos espaços públicos ao longo do tempo

Os espaços públicos são partes integrantes e de fundamental importância no desenvolvimento das cidades. Historicamente eles foram tidos, sobretudo, como lugares das manifestações individuais e coletivas de grande alcance sociocultural. Para tanto, o objeto de estudo ao qual se detém esta dissertação, esta compreendido dentro dos limites propostos inicialmente pelo plano urbanístico determinado por Atílio Corrêa Lima. Nele, locais de uso e permanência pública como a Avenida Goiás, a Praça Cívica, a Praça dos Trabalhadores e os becos entre quadras são observados como importantes locais de transformação e reflexo do surgimento de contradições na cidade, podendo elucidar como se dá o “encolhimento”, a fragmentação do espaço público e o surgimento de novas narrativas no centro da capital do estado de Goiás.

A Avenida Goiás, como é atualmente conhecida, teve primeiramente o nome de Avenida Pedro Ludovico e segundo o plano proposto por Atílio Corrêa Lima tinha como uma das suas funções abrigar o centro de negócios e as atividades relacionadas à coordenação da cidade. Além de originar-se na parte administrativa da cidade, ela cortava o centro comercial, fazendo a ligação com a importante praça da estação ferroviária, a Praça dos Trabalhadores. Nela localizava-se ainda o antigo Grande Hotel, onde se reunia a então elite goiana para a realização das grandes festas da cidade (SANTANA *et al apud* LIMA FILHO, 2007).

Em Goiânia, sua principal praça – a Praça Cívica – e suas amplas avenidas como a Avenida Goiás, funcionariam como palco de atividades públicas e marcos referenciais das manifestações cívicas desse novo tempo e, portanto, do eminente progresso desejado para Goiás. Entretanto, ao que parece, nestes espaços de domínio público, a religiosidade, a tradição local e os antigos usos e

costumes da população, entram em embate com a nova tipologia urbana da cidade, já que ela deveria se ocupar mais especificamente em atender à almejada modernidade. E, diferentemente das históricas praças e locais públicos ocidentais entendidos como local de múltiplos usos, disputas e conflitos, festas e celebrações, repletas de sentido e significados para a população (CASTRO, 2013), em Goiânia a praça principal destinou-se mais especificamente a ser o centro cívico e administrativo. Seus idealizadores, ao negarem o passado sociocultural da população, definiram funções mais restritas a ela não considerando as diversas movimentações sociais, sobretudo àquelas relacionadas aos tradicionais usos e costumes de uma população oriunda da velha capital.

Assim sendo, o desenho urbano proposto para a cidade, com os seus novos arranjos espaciais, se mostrava estranho para uma população que acabava de chegar à nova capital, vinda de um passado de raízes coloniais. A “nova” Praça Cívica – bem como outros espaços destinados ao convívio público – assemelhava-se à reprodução de um cenário pensado segundo princípios estético-culturais europeus. Por outro lado, a nova cidade e suas contradições iniciais anunciavam uma nova vida de sonho, promessas e oportunidades que o cidadão local ainda não conhecia.

Cartazes de propaganda (figura 17) e alguns jornais de época reafirmam claramente através de seus títulos e chamadas as características de uma cidade que surgira a partir de uma demanda de ordem econômica e política.

Figura 17: Cartaz utilizado para a propaganda de vendas de lotes na nova capital de Goiás, em 1934.



Fonte: MUSEU ZOROASTRO ARTIAGA, 2015.

O depoimento de Paulo Augusto de Figueiredo, colaborador de um Jornal mineiro que circulava por toda a região do Estado, o Lavoura e Comércio, nos mostra como tais ideias circulavam pela cidade e reafirmavam a estruturação de um meio urbano baseado no planejamento excludente e na hierarquização socioespacial advinda do novo ritmo de produção capitalista. Segundo ele,

[...] publicava [publicava-se] muita matéria sobre o Estado, inclusive matéria oficial, paga do governo. Principalmente sobre Goiânia. E o que tinha na metrópole, remetido por Câmara Filho, era simplesmente fantástico. Falava-se em verdadeiro Eldorado. Era um Brasil desconhecido que estava nascendo no Planalto. Havia ouro e diamantes pelas ruas, a terra dava tudo, os animais eram fabulosos (MARTINS *apud* LIMA FILHO, 2007, p. 143).

Pensada dessa forma, a capital de Goiás não seria a guardiã das tradições, mas a vanguardeira da marcha para o Oeste e apresentando-se em total antagonismo à antiga capital, expressava a vontade de um futuro e de uma esperança (SILVA, 2012).

2.2.1. As praças e as avenidas

Em Goiânia, os usos de seus espaços públicos foram adequados segundo os valores da modernidade, sendo a Praça Cívica destinada mais diretamente aos grandes eventos cívicos e a Avenida Goiás à realização dos encontros da população.

A dinâmica social da cidade se realizava nestes lugares, como também na Praça do Trabalhador, no Grande Hotel, no Jockey Clube (figura 18), no Teatro Goiânia e ainda no Café Central (figura 19). Todos estes espaços eram bastante emblemáticos da nova realidade moderna, legítimos representantes da história da cidade, onde aconteciam os encontros de negócios, as discussões políticas e o encontro da elite goiana da época.

Figura 18. Festa de carnaval com a presença de Pedro Ludovico Teixeira.



Fonte: BOAVENTURA, 2014.

Figura 19. Ponto de encontro no Café Central na década de 1960.



Fonte: BOAVENTURA, 2014.

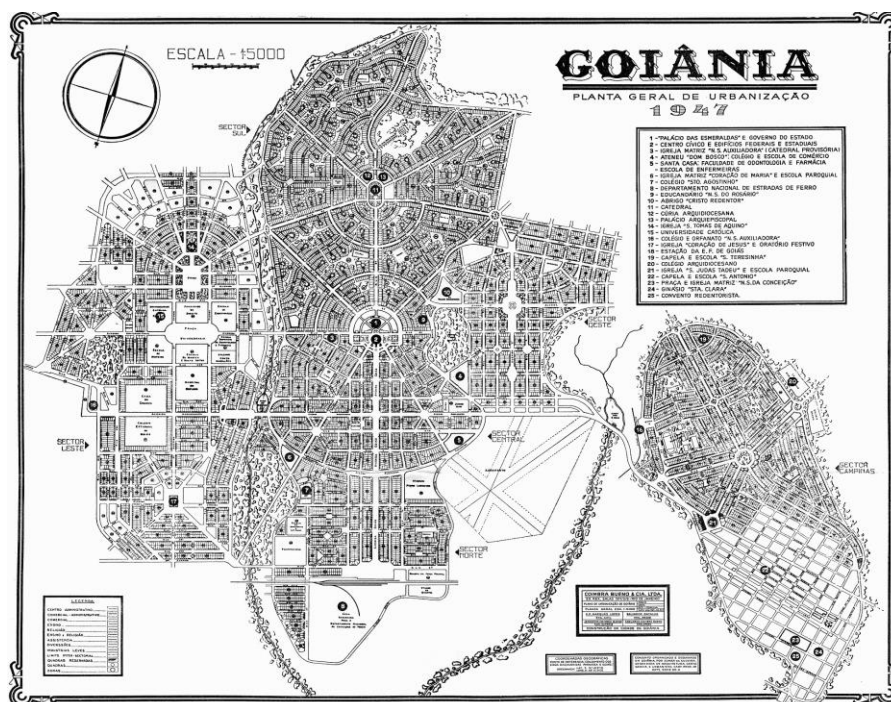
Entretanto, ao longo do tempo, tanto o traçado da Avenida Goiás quanto o da Praça Cívica sofreram alterações, como também mudanças em seus usos por parte da população, sejam elas em função dos valores da contemporaneidade como também pelas diversas intervenções que estes espaços sofreram ao longo da história, na região central. Percebe-se que muitas destas ações estiveram ligadas à sempre busca pela inovação. Tal como acontece em grandes metrópoles como São Paulo, em Goiânia

[...] os habitantes da cidade se defrontam com a situação de a metrópole parece estar destinada a ser sempre nova [...], apagando, com isso, os poucos vestígios do passado, para ser sempre o emblema da modernidade (GLESSER *apud* CARLOS, 2007, p.38).

Esse processo de transformação dos usos dos espaços públicos da parte central de Goiânia, bem como a descaracterização de seu plano inicial remonta à década de 1950, quando houve um primeiro momento de expansão da cidade em decorrência das pressões dos especuladores imobiliários, onde o governo se rendeu à iniciativa privada e à especulação imobiliária (RIBEIRO, 2004). Naquela época, a ocupação do Setor Sul previa um novo plano urbano que prezava espaços pensados para o verde e para a intensificação do convívio social, colaborando com uma vida urbana mais equilibrada, já que naquele momento a região central se mostrava com forte vocação comercial e novas áreas

residenciais eram almeçadas pela população que morava no centro da cidade. Entretanto, esse processo de crescimento da cidade já era previsto desde 1947 através do plano de expansão da cidade proposto por Armando Augusto de Godoy (figura 20) que contribuiu para a descentralização das atividades propostas no traçado pioneiro proposto por Atílio, principalmente a residencial das classes mais ricas e de serviços especializados.

Figura 20. Planta de urbanização de novos bairros, 1947.



Fonte: Página da internet. Disponível em:

<<http://vm136.lib.berkeley.edu/EART/maps/goianix.gif>>. Acesso em: 11

Junto à ocupação do Setor Sul, a criação de bairros tais como o Setor Oeste, o Setor Norte e o Setor Leste, com suas novas dinâmicas, também contribuíram com a alteração dos usos iniciais dos espaços do Setor Central, pois concomitantemente às formações de tais bairros ocorreu o deslocamento de diversas atividades do centro para estes.

A Avenida Goiás, com seu bulevar arborizado e planejada para ser o local de encontro, contemplação e permanência da população, e a Praça Cívica, planejada para ser o espaço de manifestações e exercício cívico, passam a esvaziar-se pela transferência de parte da população residencial moradora do centro da cidade. A busca pelo “novo” impulsionava a população pela procura de novas possibilidades de ocupação e por novos estilos de vida, nos novos bairros

propostos.

A partir dos anos de 1960 Goiânia apresentou o marco do seu primeiro grande crescimento, influenciado principalmente pela imigração dos operários da construção de Brasília. Esse ciclo de crescimento demográfico pós-Brasília e a ausência de loteamentos com infraestrutura urbana para população de baixa renda fez com a cidade se expandisse e ganhasse 125 bairros³ a mais. À medida que a população crescia vertiginosamente o trânsito goianiense também ganhava o acréscimo de milhares de carros, fato este contributo para as transformações espaciais do centro e comprometimento da acessibilidade nas áreas públicas.

Nesse novo contexto, a Praça Cívica e a Avenida Goiás se transformaram ainda mais. Novos usos passaram a ser observados tais como a crescente ocupação do espaço público aberto da praça por automóveis e inserção de paradas de ônibus do transporte público ao longo avenida, impedindo o pleno acesso e apropriação pela população (figuras 21 e 22).

Figura 21. Avenida Goiás, 1958.



Fonte: OLIVEIRA, 2012.

Figura 22. Avenida Goiás, 1971.



Fonte: Página da internet. Disponível em: <<http://onibusrmtca.blogspot.com.br/2012/10/especial-goiania-79-anos-os-desafios-de.html>>. Acesso em: 10 out. 2015.

Originalmente, na década de 1940, a praça era prioritariamente local de encontros cívicos e de *footing* – passeio informal, caminhada – e era ligada diretamente com a principal avenida da cidade que deveria ser utilizada tal qual

³ No início de 1980, com a significativa expansão dos loteamentos urbanos, a cidade já tinha em torno de 700 mil habitantes, dos quais 98% vivia em área urbana (IBGE, 2011).

uma avenida-parque⁴, como um grande passeio público (figura 23). Na conexão entre Praça Cívica e Avenida Goiás, marcos urbanos como o Relógio (figura 24) e o Coreto, ambos em estilo Art Déco, se faziam presentes como símbolos importante para a representação da cidade e para a memória urbana.

Figura 23. Avenida Goiás, 1968.



Fonte: Página da internet. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1657128>>. Acesso em: 27 set. 2015

Figura 24. Avenida Goiás e Relógio, 1942.



Fonte: OLIVEIRA, 2012.

O Coreto, edificado acima da cota de nível geral da avenida, era o espaço de encontro e contemplação do conjunto monumental proposto por Atílio. Mas, a partir dessa época e aos poucos, estes símbolos passaram a ser menos importantes pelas mudanças de usos no espaço público causadas pela nova dinâmica da capital.

Na década de 1970, as transformações dos usos e dos espaços do centro se mostraram ainda mais expressivas, pois além das diversas atividades comerciais regulares da avenida, as mudanças no uso do seu canteiro central podiam ser vistas como fator contribuinte para a descaracterização e transformação do espaço pioneiro. Fato que ajuda a compreender tal condição foi o estabelecimento nessa avenida de uma feira de comércio informal e popular – a Feira Hippie – como pode ser observado a seguir.

[...] a partir dos anos 70, o processo especulativo de ocupação urbana tomou conta de Goiânia, convertendo-a em mais uma cidade brasileira de

⁴ O conjunto apresentava aspecto monumental e pitoresco, com 45% de sua área ajardinada e convenientemente arborizada.

exclusão social e econômica. O resultado direto desse quadro foi a degradação do espaço urbano, com o comprometimento da qualidade de vida de seus moradores. Essa ocupação irregular dá-se, via de regra, nos vazios urbanos – principalmente no que se refere ao desenvolvimento de atividades econômicas informais – em áreas centrais [...]. Assim, o centro vai gradativamente sendo abandonado pelos moradores e ocupado por prestadores de serviços e comércio (RIBEIRO, 2007, p. 150).

A feira se localizava inicialmente na área onde hoje se encontra o Parque Mutirama, na época espaço vazio residual do centro da cidade, em frente à área de reserva natural às margens do córrego Botafogo, e tinha como principal atrativo produtos artesanais desenvolvidos por *hippies* e artesãos. Com a implantação do parque infantil, os feirantes foram transferidos pela administração municipal para a Praça Universitária e, insatisfeitos com o local, decidiram protestar se instalando ao lado Prefeitura e Palácio das Esmeraldas, na Praça Cívica, local onde permaneceu até o fim da década de 1970. De certo modo a Feira Hippie como feira de artesanato, se apresentava como uma opção cultural da área central da cidade já que nela era possível observar a expressão artística de artesãos através de seus produtos manufaturados (RIBEIRO, 2007).

Apesar de se apresentar prematuramente como o evento origem da privatização do espaço da avenida através do comércio informal, naquele momento a feira convergia para o espaço público o encontro de várias classes sociais (figuras 25 e 26) sob a ótica da diversidade cultural e social, e não sob a ótica do comércio especializado, que se cristalizaria como forma dominante no futuro próximo.

Figura 25. O artesanato como expressão artística no espaço público, 1972.



Fonte: Página da internet. Disponível em:
<http://www.ceramika.com.br/?pagina=artesanato_em_couro&titulo=Artesanato+em+couro>. Acesso em : 01 out. 2015.

Figuras 26. A feira e o encontro de clases, 1972.



Fonte: Página da internet. Disponível em:
<http://www.ceramika.com.br/?pagina=artesanato_em_couro&titulo=Artesanato+em+couro>. Acesso em : 01 out. 2015.

Com o aumento do número de vendedores, o comércio que anteriormente acontecia através da venda de produtos expostos no passeio público passou a ser organizado em inúmeras bancas montadas pela extensão da Avenida Goiás (figura 27) no canteiro público central, antes apenas destinado ao passeio e contemplação e, a partir dos anos 1980, a feira se estabeleceu como força econômica dominante nesse espaço, atingindo a marca de 1.000 bancas (CARVALHO, 2007). Ao meio de tantas barracas, a avenida que originalmente havia sido planejada para o encontro e livre circulação passou a ser lócus do comércio especializado.⁵



Figura 27. A Avenida Goiás privatizada pela Feira Hippie, 1998.

Fonte: PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2015.

⁵ Da antiga feira de artesanato *hippie*, somente o nome sobrou. A essa altura a feira já apresentava uma grande diversificação que não remetia mais aos produtos artesanais oferecidos anteriormente; a confecção, calçados, produtos importados e alimentos passaram a predominar.

Quanto à Praça Cívica especificamente, observa-se que suas transformações espaciais e de uso remontam aos anos iniciais da implantação da cidade. Nos anos de 1940 ela se apresentava como um grande espaço aberto e de fácil acessibilidade aos veículos e pedestres. De caráter monumental, destacava o Palácio das Esmeraldas como principal edifício público frente ao obelisco localizado no centro da praça (figura 28), substituído em 1968 pelo Monumento às Três Raças (figura 29), da artista plástica Neusa Moraes, que simbolizaria a miscigenação das raças negra, branca e indígena na formação cultural goiana (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2015).

Figuras 28. Marco Urbano pioneiro - Obelisco, 1952.



Fonte: OLIVEIRA, 2012.

Figuras 29. Novo Marco Urbano – Monumento às Três Raças, 1968.



Fonte: OLIVEIRA, 2012.

Fernandes (2010) afirma que a primeira alteração que a praça sofreu ocorreu em seu traçado original, sendo executada pelo engenheiro Armando Augusto de Godoy. A favor da expansão da cidade ao implantar o Setor Sul, Godoy criou também avenidas que convergiam para a parte central do centro administrativo, configurando um sistema em asterisco, no qual uma nova praça, a Praça do Cruzeiro, seria o seu ponto central. Esta nova organização veio a comprometer a monumentalidade do conjunto cívico. Posteriormente, com o crescente aumento da demanda de serviços relacionados à administração pública decorrente do crescimento vertiginoso da cidade, houve a necessidade da construção “[...] de um anexo, por detrás do Palácio das Esmeraldas, com 12 pavimentos, que funciona como um pano de fundo da praça impedindo perspectivas e estando completamente fora de escala” (FERNANDES, 2010, p. 12). Ao longo do tempo, outras intervenções semelhantes a estas reafirmam como os espaços públicos da cidade foram se descaracterizando e como estas ações contribuíram para a perda da memória dos espaços da cidade.

No que diz respeito mais diretamente aos usos da Praça Cívica destaca-se que a partir de 1970, o crescente aumento do número de carros na cidade contribuiu para que ela se transformasse em um grande estacionamento. O pátio interno que anteriormente era destinado a livre circulação de pessoas e eventos cívicos, passou a ficar relativamente comprometido. Foi nessa época também que a praça recebeu a feira livre dos finais de semana. Mas mesmo com esses novos usos a Praça Cívica ainda se manteve resistente às suas funções iniciais, como exemplo das manifestações públicas ocorridas em junho de 1983, com grande participação popular, a favor do movimento *Diretas Já* (figura 30).

Figura 30. Comício pelas *Diretas Já*, 1983.



Fonte: OLIVEIRA, 2012.

Nos anos 1980, com a continuidade da expansão comercial iniciada anteriormente, houve o crescente número de contradições no espaço público central. Nessa época e externamente à dinâmica dos espaços públicos centrais, novos bairros da cidade como Setor Oeste e Sul já se encontravam consolidados e o Setor Central deixou de ser o principal local de escolha da elite residencial da cidade, fato que contribuiu para o esvaziamento e para a transformação dos seus espaços públicos. Naquele momento, era o Setor Oeste que se apresentava como a nova opção em espaços comerciais e de lazer noturno. A Praça Almirante Tamandaré, desse bairro, passou a concentrar um grande número de comércios especializados como instituições financeiras, bares e restaurantes, frequentados por um grande público que transitava entre estes espaços privados e o espaço público de sua praça principal.

Esse era o novo local de ver e de ser visto. Assim sendo recriava-se, de certo modo, a mesma prática do *footing* que ocorria anteriormente na Praça Cívica, Avenida Goiás e Avenida Anhanguera. Além disto, na região Sul da cidade, outra importante opção de lazer privado contribuiu para o esvaziamento das áreas centrais. Em 1981, o Shopping Flamboyant apresentava todas as comodidades dos grandes centros de compra, nunca antes vistas na cidade. Facilidade de acesso de seus estacionamentos, grande concentração de lojas, de salas de cinema e de novas opções de alimentação competiam desigualmente na luta entre o espaço privado comercial e os espaços públicos do centro urbano.

Na década de 1990, a Praça Cívica e a Avenida Goiás já se apresentavam com os problemas urbanos da maioria das áreas centrais urbanas das demais cidades brasileiras. Com sua rotina diária vinculada ao horário comercial, ao cair da noite, os períodos noturnos refletiam a insegurança e o medo nos lugares antes ocupados pelos moradores locais. Parte dos interesses de apropriação por parte da população se deslocou para outras regiões que apresentavam novas opções de entretenimento e lazer liberando a área para a ocupação e usos marginais, como o tráfico de drogas e a prostituição.

Decorrente desta nova realidade urbana, em 2001, ações para requalificação da área central começaram a ser tomadas, entre elas a reconfiguração paisagística da Avenida Goiás (2003). Naquele momento, a Feira Hippie acontecia diariamente no canteiro central da avenida, entre a velocidade

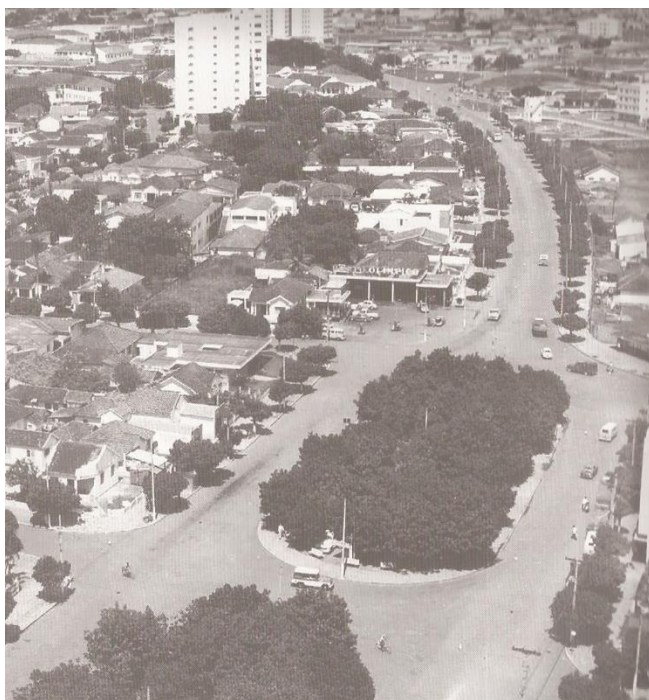
dos carros, dos ônibus e dos pedestres, reproduzindo um cenário de disputa e conflitos urbanos em área pública de uso deturpado. A ação previa a retirada de todos os ambulantes do bulevar central da avenida e a devolução deste espaço, requalificado, como local de uso público à cidade. Esta proposta ocorreu através de concurso público onde o projeto do arquiteto urbanista Jesus Henrique Cheregatti foi vencedor. Seu projeto teve como diretriz norteadora o resgate das características do traçado pioneiro da cidade, valorizando as formas Art Déco, “presentes em diversos edifícios ao longo da avenida, ao preservar e ressaltar os monumentos existentes no canteiro central como instrumentos de reabilitação da identidade goiana” (RIBEIRO, 2007, p. 153).

Para a mudança do comércio estabilizado no passeio público da Avenida Goiás, o bulevar existente no cruzamento da Avenida Goiás com a Avenida Paranaíba, e que até então mantinha uma tipologia e uso como espaço de uso público muito próximo ao plano inicial, sofreu severa intervenção onde

[...] numa decisão sem prévia discussão com representantes da sociedade, a Prefeitura decidiu construir uma espécie de camelódromo na Avenida Paranaíba. [...]. As instalações que seriam provisórias para abrigar os camelôs que há anos ocupavam a Avenida Goiás viraram permanentes. A mudança devolveu a Goiás para a comunidade, mas custou a degradação da Paranaíba (ALVES, 2015, editorial).

O antigo espaço pioneiro (figura 31) cedeu lugar ao Mercado Aberto (figura 32) que se apresentava, supostamente, como espaço de uso múltiplo onde almejava-se tanto o funcionamento da feira como o de diversas outras atividades de lazer e descanso. Entretanto, devido ao tamanho restrito da área de sua implantação, o Mercado Aberto não solucionou o impasse da locação de tantos comerciantes e em pressão ao poder público, a associação dos comerciantes da Feira *Hippie* de Goiânia, solicitou nova área para a instalação dos ambulantes não contemplados com a locação inicial. O espaço disponibilizado pela administração pública foi a Praça dos Trabalhadores, praça em frente à antiga estação ferroviária e cartão postal de Goiânia.

Figura 31. O boulevard público da Av. Paranaíba, 1967.



Fonte: OLIVEIRA, 2012.

Figura 32. O Mercado Aberto.



Fonte: PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2015.

Curiosamente e há mais de 40 anos, este conflito se estende no eixo monumental pioneiro proposto por Atílio. Se iniciou com a ocupação da Praça Cívica como resposta dos ambulantes ao despejo da área anterior à implantação do Parque Mutirama, se estendeu pela Avenida Goiás e se mantém, atualmente, na maior feira livre da América Latina, também ocupando uma praça pública e reafirmando as contradições dos espaços públicos privatizados pela atividade comercial na região central da cidade. Ademais, ao que se parece, a prática de feiras livres populares e a desestruturação ou desmanche do espaço público causados por tais atividades fazem parte da memória da população como bem imaterial intrínseco à dinâmica econômica da cidade, sobrepondo-se à real necessidade de espaços públicos efetivos que deveriam ser estabelecidos segundo o princípio da alta qualidade, voltados à população. A Prefeitura de Goiânia, em sua apresentação sobre as qualidades de Goiânia informa que, dentre suas características “culturais”, a cidade é nacionalmente reconhecida pelas feiras livres que são

[...] realizadas de segunda a segunda-feira. São mais de 150 delas, divididas por diversos bairros da capital. O destaque fica para a Feira Híppie, criada

há mais de 40 anos e que é realizada sempre aos domingos. É a maior feira aberta da América Latina, que recebe centenas de ônibus com milhares de compradores vindos de todo o país (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2015, s/p.).

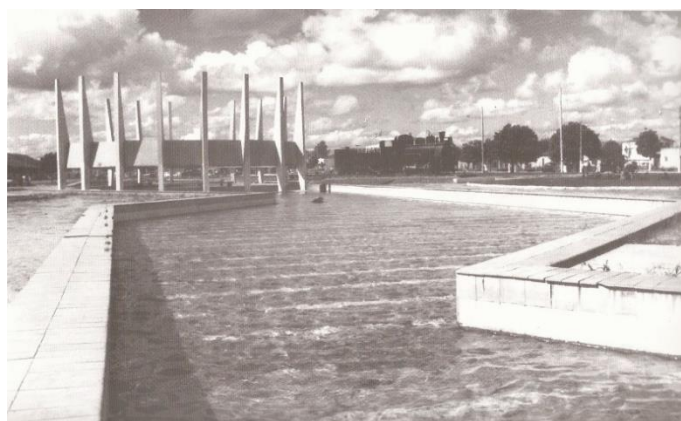
Nota-se que a força econômica das feiras contribuiu para o esquecimento da real memória histórica da cidade e para a modificação dos espaços urbanos. Na Praça dos Trabalhadores, local atual da Feira Hippie, nem mesmo a homenagem aos trabalhadores restou como lembrança dos tempos pioneiros. Esta homenagem foi edificada em 1959 sob a gestão do governador José Feliciano Ferreira em forma de um monumento cercado por espelhos d'água (figuras 33 e 34). Como uma contradição dos tempos atuais, somente restou aos trabalhadores o espaço insalubre e sem infraestrutura para suas atividades comerciais informais que ocorrem no espaço público disputado por 6.000 comerciantes (figura 35), em média (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2015).

Figura 33. Praça do Trabalhador, 1959.



Fonte: OLIVEIRA, 2012.

Figura 34. Fontes da Praça do Trabalhador, 1969.



Fonte: OLIVEIRA, 2012.

Figura 35. Condição atual da Praça do Trabalhador e a privatização do espaço público (em vermelho).



Fonte: GOOGLE EARTH, 2015. Disponível em: <
<https://www.google.com.br/maps/@22.8097447,2.0003375,2233m/data=!10>>.
 Acesso em: 2 out 2015 - editado.

A Avenida Goiás, a Praça Cívica, a Praça dos Trabalhadores e o Mercado Aberto são importantes áreas públicas da cidade e apresentam elementos comuns das contradições urbanas dos tempos atuais. Além dos embates sociais presentes decorrentes da relação entre o uso do espaço público e as atividades comerciais diurnas, a realidade noturna revela o conflito social de pessoas socialmente excluídas. À noite, estes espaços se tornam o avesso do socialmente esperado se transformando em local de encontro dos usuários de drogas e o Mercado Aberto, dormitório. Neste último, entre as estruturas de ferro das barracas que permanecem montadas e debaixo da cobertura têxtil que remete às instalações circenses, o horror da noite entorpece estes usuários que circulam sem dormir como presidiários na própria cidade e reféns de sua condição urbana, até o retorno da atividade comercial diurna rotineira.

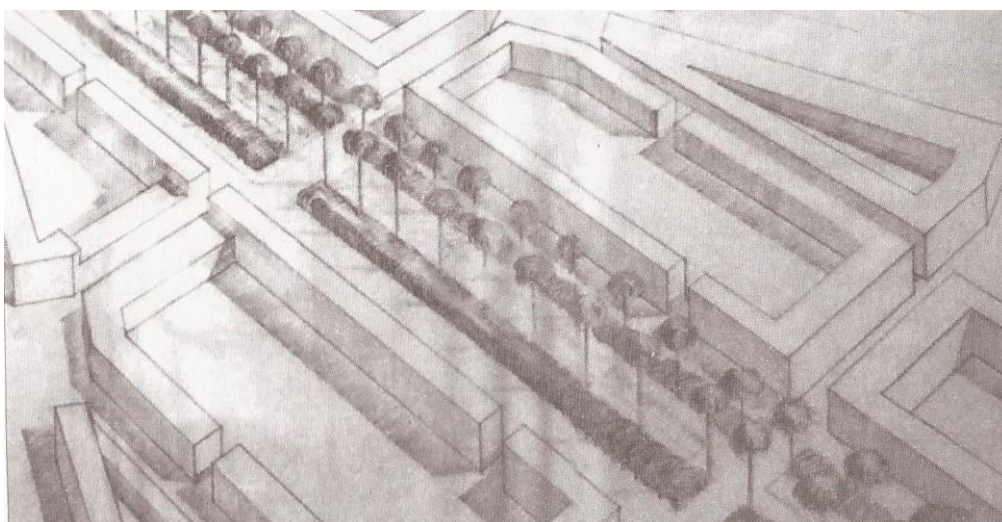
2.2.2. Os becos e os pátios internos das quadras

No Setor Central, outro espaço urbano relevante que retrata a segregação de áreas públicas e as mudanças de uso público é o pátio interno das quadras

ou miolo das quadras, com seus acessos feitos através de becos. Valva (2001) afirma que para as quadras adjacentes à Avenida Anhanguera e à Avenida Goiás, principais eixos de transporte leste – oeste e norte – sul, respectivamente, Atílio em seu plano procurou inovar implantando áreas internas que teriam função pública e serviriam para atender o comércio local, tornando a dinâmica comercial mais eficiente.

Com visão baseada no planejamento higienista, estes espaços serviriam para carga e descarga de mercadoria bem como coleta de lixo, não comprometendo o fluxo da avenida e contribuindo para a higiene e limpeza urbana. Naquele momento este tipo de planejamento que traduzia o zoneamento funcional era o que de mais moderno podia-se pensar para aquela área comercial. Percebe-se a clara influência da ideologia moderna no planejamento urbano, podendo-se fazer ligação com os espaços semi-públicos no interior das quadras, propostos por Cerdà, para o plano de expansão de Barcelona (DINIZ, 2006). Entretanto, nota-se que o espaço livre interno das quadras (figura 36), idealizado por Atílio como espaço público, deveria ser muito maior do que realmente se concretizou na implantação do plano, fato explicado como possível “má interpretação da função determinada para essas áreas” (PIRES, 2009, p. 223).

Figura 36. Pátios internos de quadras originalmente proposto por Atílio Corrêa Lima.

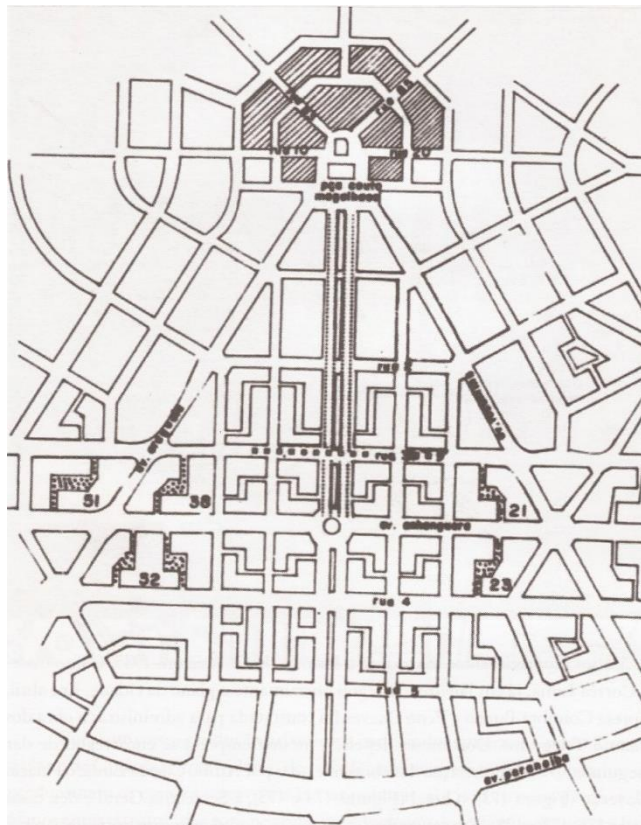


Fonte: PIRES. 2012.

Especificamente para as quadras 21, 23, 32, 38 e 51 (figura 37), além do uso comercial, havia a previsão da permanência de carros de aluguel e o

estacionamento de veículos, anteveendo-se a grande dinâmica de serviços planejados para a área central da cidade.

Figura 37. Os principais pátios internos propostos (hachura pontilhada).



Fonte: PIRES, 2012.

Ao longo do tempo, com a verticalização da área central e o crescente aumento da quantidade de carros e do volume comercial, os pátios internos às quadras passaram a ser insuficiente, em número e em área, para a demanda das atividades comerciais e seus usos originais foram deturpado.

Durante as primeiras décadas da cidade, os espaços funcionaram bem como lugar de carga e descarga [...]. Com o grande desenvolvimento comercial ocorrido na cidade depois dos anos 60, esses locais começaram a se degradar (VALVA, 2001, p. 73).

Como exemplo disto, a quadra 38 abrigou a Boate Lisita, na década de 1970, ilegalmente edificada. Após alguns anos, o DCE da Universidade Federal de Goiás adquiriu o edifício onde encontros e festas de estudantes eram realizados. Desses usos “não sobrou nenhum vestígio desse passado, assim

como nenhum registro iconográfico” (VALVA, 2001, p. 74), fato que comprova a importância da pesquisa sobre as alterações de usos na cidade como fatores determinantes para a consolidação do passado histórico e memória urbana.

Como ruínas restantes de um momento da cidade, os pátios internos residuais das quadras do setor central estão

[...] passíveis de completa eliminação ou *esquecimento* [...] sobre a ação do tempo, quando as funcionalidades específicas não correspondem às necessidades do presente. Como legado, a ruína é preenchida de história e memória, presentes no imaginário do indivíduo ou do coletivo, deste modo, apreende-se a ruína como *ruptura*, embora permaneça no cenário urbano, e sendo passível de ocupação (COSTA, 2014, p. 294 – grifo nosso).

Atualmente a situação destes espaços é bem diferente do proposto inicialmente por Attílio. Invisíveis à dinâmica urbana contemporânea, durante o dia se tornam inacessíveis e labirínticos na malha urbana (figura 38). Alguns são fechados por comerciantes locais servindo como depósito privado e outros como estacionamento particular. Outros, como o que faz ligação entre Avenida Anhanguera e Rua 3, ao cair da noite, revelam espaços degradados com predomínio de bares e mesas de bilhar ao ar livre, atendendo aos trabalhadores da área central da cidade.

Figura 38. Acesso ao Beco da Codorna, Setor Central.



Fonte: Página da internet. Disponível em: < <http://www.blogdobraulio.com/2011/06/expo-deriva-raphaela-boghi.html>>. Acesso em: 17 out. 2015.

Nestes espaços fragmentados do tecido urbano a insegurança se faz presente, seja pela falta de visibilidade ou de manutenção sendo comumente utilizados por moradores em situação de rua ou usuários de drogas. As entradas ou passagens que levam aos interiores das quadras são geralmente sujas e abandonadas, despercebidas pela velocidade dos carros ou pela pressa do pedestre que transita pelo passeio público “regular”. Estes espaços são como buracos-negros na malha urbana que conectam quem os visita a um tempo lento, diferente do tempo da cidade comum.

O sujeito ali perde suas referências ao percorrer as passagens, encontra-se em outros lugares e tempos [...]. Ele está no meio de prédios altos, com suas fachadas lisas, obscuras, que escondem a luz do dia e engolem a solidão da noite (VALVA, 2001, p. 75).

Em resposta a esta situação observada na cidade, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (2014), com o apoio da Prefeitura de Goiânia, lançou em comemoração ao aniversário de 81 anos da capital, sob o tema Ocupa Goiânia: 81 anos, um conjunto de iniciativas culturais que convergiram eventos para a região central da cidade e que tiveram em comum a reflexão e prática da apropriação destes espaços urbanos. Uma das iniciativas foi o “Domingo no Beco”. No Beco da Codorna foi montado um palco aberto para apresentações musicais e para livre sarau. O espaço também foi destinado a práticas de trocas e comércio livre, bem como apropriação dos muros internos por 60 grafiteiros e suas “artes urbanas”.

Apesar da pouca aderência ao movimento por parte da população, provavelmente pela parca divulgação, o movimento deixou algumas marcas através de cores e formas. Nos muros da área degradada do Beco da Codorna, um grafite elaborado pelo artista Wes Gama, chama a atenção por revelar, entre ruínas, uma mensagem contraditória. O painel (figura 39) intitulado Caipira (2014) revive, no espaço urbano esquecido da cidade, um passado histórico de raízes sertanejas também esquecidas. A imagem do sertanejo triste reforça as contradições e rupturas de uma cidade ávida pelo novo onde as lembranças dos tempos antigos já não existem mais.

Figura 39. Caipira, de Wes Gama - 2014, Beco da Codorna.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

2.2.3. A influência do carro e dos shoppings na transformação dos espaços públicos do centro de Goiânia

A partir da década de 1990, as contradições observadas no centro de Goiânia se apresentaram crescentes. As novas configurações sociais no espaço urbano são agravadas pelo surgimento de novos bairros e pelas novas centralidades urbanas, pela facilidade de deslocamento através do transporte privado e pela acentuada e crescente procura, por parte da população, por lugares privados dedicados ao consumo como os shoppings centers. Estes fatos se apresentam como possíveis causas das transformações dos espaços públicos do Setor Central.

Exemplo do exposto é o Shopping Center Flamboyant (1981) que implantado junto à rodovia BR 153 se confirma como uma assustadora construção desconectada da estrutura urbana adjacente. Apresenta-se como um enorme obstáculo, com áridos estacionamentos; como se declarasse ao entorno

que não faz, e nem quer fazer, parte da cidade. Embora tenha sua dinâmica pautada no mercado capital, o shopping mimetiza a cidade na tentativa de recriar os usos e encontros espontâneos que deveriam acontecer no espaço público. Segundo Maciel (2006)

[...] o mall é a simulação da rua, dirigindo as pessoas de “praça” em “praça”: praças que deveriam se firmar com sua excelência no centro urbano. Geralmente com tetos de vidro, sem relógios e com forte iluminação artificial, obliteram a percepção do tempo, distraem para o consumo e forçam os percursos dispondo as “âncoras” atratoras de público – grandes lojas, hipermercados, cinemas, teatros– de tal maneira que forcem o percurso em frente às pequenas lojas, as “satélites”. Tanto seu espaço como a lógica de consumo a ele atrelada fazem do shopping uma cidade sem diversidade, exclusiva para quem pode (MACIEL, 2006, p. 10 – grifo do autor).

Em um âmbito maior, esta condição associa-se aos aspectos da vida pública na contemporaneidade assinalada pela valorização do consumo, do individualismo e da negação do coletivo (SENNETT, 1988). Estes são aspectos que se expressam também no modo de vida do morador de Goiânia e contribuem, por conseguinte, para a redefinição e perda da importância do espaço público compreendido pelas praças, pelos becos e pelas avenidas pioneiras. O relativo abandono desses lugares contribui para o declínio da identidade cívica do tradicional núcleo urbano da cidade, para a desmaterialização e desimportância de seus signos e, conseqüentemente, de seus significados, podendo levar ao comprometimento da memória histórica coletiva.

Barda (2009) reconhece que esse processo pode acarretar perdas significativas para os indivíduos já que, na cidade, a sua formação como cidadão

[...] depende de suas origens, antecedentes, educação e regras; quando esses fatores não estão presentes, foram destruídos ou não fazem parte de suas reminiscências (anamnese), o indivíduo perde parte de si mesmo (BARDA, 2009, p. 24).

Nessa nova dinâmica urbana dos novos tempos, o automóvel também tem um papel especial na transformação do espaço e das transformações no centro de Goiânia. Isto porque o sistema automobilístico contribuiu para a modificação e readequação do desenho urbano onde as ruas foram reestruturadas a favor do transporte individual. Diante de uma nova noção de velocidade e de tempo, os lugares de passagem e de circulação de veículos mudam de significado e passam a ter mais relevância na cidade que os pontos de convivência e de troca de experiências.

Carlos (2007) afirma que na contemporaneidade a paisagem da metrópole é construída e modificada para ser vista em movimento, como alusão à velocidade do mundo contemporâneo, isolando e segregando os espaços antes destinados ao uso público já que a rua

[...] tornou-se um resíduo, engrenagem organizativa e mero segmento do plano metropolitano contínuo, no qual os vestígios do passado enfrentam as infraestruturas do novo em uma inquieta situação de impasse (KOOLHAAS apud BARDA, 2009, p. 97).

Defendendo a articulação entre os espaços públicos da cidade e a população, em contrapartida à influência segregadora que o automóvel imprime no espaço urbano Gehl (2012) afirma que na contemporaneidade

[...] é o ponto de vista dos motoristas que tem determinado os contornos da maioria das cidades modernas. A escala humana, que eu defendo e aplico, é a que valorize espaços menores, praças e fachadas com detalhes que as pessoas podem observar quando andam a pé. Temos de nos desprender da ideia de que tudo gira em torno dos automóveis. O que eu defendo é a necessidade de pensar duas vezes antes de construir avenidas e viadutos, que são um estímulo para que as pessoas usem mais e mais carros. Por outro lado, se erguermos praças e ciclovias boas e seguras, estaremos incentivando as pessoas a andar de bicicleta ou mesmo a pé (GEHL apud JIMENEZ, 2012, p. 20).

Desta forma, percebe-se que o automóvel, como fiel representante do sistema capitalista e como ícone das transformações urbanas do século XX, não

só ocupa o espaço e o tempo da sociedade moderna, mas também penetra nas profundezas da vida cotidiana da cidade, modificando sua paisagem (SCHOR, 1999).

A realidade da cidade de Goiânia, em especial seu centro pioneiro, é profundamente contraditória e equívocos no conhecimento de sua história e de sua memória parecem nunca se suavizar na eterna busca da modernidade em uma capital que mostra nunca estar “pronta”. Assim, o declínio do espaço público se faz presente: o convívio, a vida coletiva e o encontro, que tradicionalmente aconteciam nos espaços públicos do Setor Central passam a acontecer no interior de gigantescos e infinitamente expansíveis centros de compras, derivados de uma cultura de conveniência tipicamente norte-americana e associada ao uso do automóvel.

Ao longo da história da cidade, através da leitura das praças, dos becos e das avenidas do Setor Central, observa-se o processo de transformação de seus espaços com crescente distanciamento, por parte da população, aos locais públicos de lazer, de contemplação e de encontro inicialmente planejados por Atílio Corrêa Lima. Este processo teve suas origens no surgimento de novos bairros na cidade e, concomitantemente, com a verticalização da paisagem do centro e o crescimento das atividades comerciais, contribuiu para que as áreas destinadas ao uso regular fossem substituídas por atividade privadas populares tanto quanto para a apropriação dos espaços pela parcela da população socialmente excluída.

As contradições observadas passam também pelo crescimento do número de automóveis da cidade e como ela se reconfigura através de intervenções viárias a favor deste modelo de transporte individual. Acredita-se que tais fatos contribuam para o declínio dos espaços ditos públicos, incentivando a busca por parte da população, pelos espaços privados alternativos de lazer tais como os shoppings centers. Com esta dinâmica percebe-se, portanto, um importante processo de apropriação da área central através de novos agentes sociais, que (re) significam o espaço urbano tradicional criando novas narrativas decorrentes de seus usos.

3. A APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO CENTRO TRADICIONAL DE GOIÂNIA

3.1. Entre estratégias e táticas

Leite (2007) afirma que a noção de espaço público pode ser construída a partir das interfaces entre os conceitos de *esfera pública* – que segundo Habermas (1984) se relaciona com o ato ou ação política – e de *espaço urbano*, contemplando as relações de reciprocidade causal entre a construção social do espaço e a espacialização das ações sociais. A partir dessa relação entre ação e espaço, as práticas interativas de uso e de apropriação atribuem *sentido* aos lugares que, por sua vez, contribuem para a sua estruturação na cidade, promovendo a confluência entre o espaço urbano e a esfera pública.

Embora o espaço público seja constituído como espaço urbano é possível compreendê-lo como uma categoria sociológica que ultrapassa a rua ou o espaço aberto público, sendo formado pelas práticas que atribuem *sentido* e estruturam os *lugares*. Por esta razão, é mais adequado tratar o espaço público como uma categoria analítica que se estrutura através de um conjunto de práticas identitárias e relacionais (AUGÉ, 2012). Assim, para a discussão sobre as transformações da dimensão social do espaço urbano do centro de Goiânia faz-se necessária a distinção entre o caráter potencialmente público de um espaço urbano aberto e a existência, de fato, de relações sociais que o qualifiquem como público já que a existência desses espaços não garante, *a priori*, o seu sentido público.

Na busca pela compreensão de como ocorre a construção de lugares identitários no contexto urbano contemporâneo da cidade é necessário pensar como os agentes fazem uso do espaço através de suas distintas maneiras de atribuição de sentido. E como essas ações mantem, *ou não*, a potencialidade dos espaços como locais públicos.

Certeau (1994) permite uma análise das ações cotidianas urbanas através das categorias binárias denominadas táticas e estratégias, diferenciando os fortes de fracos e os dominantes de dominados. Sob esta ótica, as estratégias correspondem a um cálculo de relação de forças empreendido por um sujeito –

uma empresa, um exército, a gestão pública – detentor de algum tipo de poder que, por esta via, “[...] postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTEAU, 1994, p. 46). No meio urbano, por estas relações articulam-se espaço e poder onde a estratégia, como algo próprio, impõe uma forçosa estabilidade espacial sobre as efemeridades temporais já que

[...] ao circunscrever um certo lugar, o qual conquista para si, a estratégia se afirma como poder especializado e implica a construção de uma visão totalizante, um panótipo [...], uma *paisagem de poder* (LEITE, 2002, p. 122 – grifo do autor).

As táticas, por sua vez, são apresentadas por Certau (1994) como ações desviacionistas e que geram efeitos imprevisíveis. Em oposição às estratégias – que visam produzir, mapear e impor – as táticas originam diferentes maneiras de fazer. Elas resultam das astúcias dos “consumidores” do meio urbano e de suas capacidades inventivas, possibilitando a estes agentes escaparem às gestões de controle, reivindicando socialmente através da apropriação dos espaços da cidade sua parte no jogo em questão. As táticas habitam o cotidiano da cultura ordinária, instância onde são desenvolvidas as ações e as apropriações socioculturais dos considerados “não produtores” e não pretendem qualquer posição de poder pois remetem à (re) ligação dos “fracos” ao meio urbano. Como que reivindicações, em geral, elas revelam-se como bricolagens que possibilitam sutis vitórias dos fracos sobre os mais fortes, pequenos sucessos ou golpes, que transformam e reconfiguram a cidade no sentido da refundação e ressignificação de seus espaços.

Nesse contexto, as proposições de Certeau (1994) possibilitam compreender o consumo do espaço público da cidade como lócus de produção de sentidos já que no contexto contemporâneo, nota-se nos espaços públicos do centro pioneiro de Goiânia constantes transformações que determinam uma nova ordem socioespacial, ditada pelas classes mais populares. Nessa nova realidade urbana do centro da cidade, os contra-usos nos espaços públicos surgem como resposta ao uso tradicional ou ao uso determinado pelas estratégias da gestão pública, reconfigurando o espaço da cidade através de uma contranarrativa pautada em novas significações, tanto para o local público

quanto para seus agentes. Nessa direção, nota-se que estes contra-usos e suas narrativas contribuem para a construção de novos *lugares* na cidade, repletos de novas articulações sociais as quais muitas vezes passam despercebidas na dinâmica “regular” tradicionalmente importa na cidade. Muito provavelmente, fatores como o crescimento e expansão da cidade, o deslocamento da população do centro para outros bairros ou centralidades bem como as inúmeras transformações do espaço físico, contribuíram significativamente para a popularização e ressignificação dos espaços públicos em estudo, marcados atualmente por contradições sociais já que

[...] o espaço público está sendo reconfigurado por novas linguagens de diferença e de desigualdade, como lugar político que passa a se estruturar mais a partir de enfrentamentos e de pactos *na diferença* (aqui pensada, *lato sensu*, em suas variantes étnicas, regionais, raciais, de classes, etc.) do que pelo tradicional esfumaçamento publicitário de fronteiras simbólicas e políticas, padrão que [...] a cultura política oficial costuma implementar (ARANTES NETO, 2000, p. 151 – grifo do autor).

De fato, o centro pioneiro de Goiânia tem seu espaço social permeado de fronteiras contraditórias que separam as diversas práticas sociais e as distintas visões antagônicas de seus usuários. Nessa complexa arquitetura de territórios, os locais públicos se transformam em suportes físicos de significações, de balizas reconhecidas de novas identidades, de fronteiras de diferenças socioculturais e de marcos de pertencimentos.

Para análise desta nova ordem pública, proponho o uso da metodologia baseada nas contribuições de Benjamin (1994) sobre a dialética da *flânerie* e no conceito *Jane’s Walk*, desenvolvido por Jacobs (2011) e disponível como um “roteiro para a experiência da cidade” no site de sua organização, desde 2007. O pesquisador de campo, como um explorador anônimo na cidade, transforma a experiência do flunar em discurso ao imergir no cotidiano urbano em busca de respostas. Através desta caminhada empírica pela cidade, o percurso revela um espaço em anúncio onde se pode ordenar diferenças, construir sentidos e posicionar-se em relação à complexa dinâmica do Setor Central. Segundo Certeau (1994) o caminhar pode ser comparado com a linguagem já que ele

[...] tem uma tripla função enunciativa: é um processo de *apropriação* do sistema topográfico por parte do pedestre [...]; é uma atuação espacial do lugar [...] e implica relações entre posições diferenciadas, ou seja, entre “contratos” pragmáticos na forma de movimentos (CERTEAU, 1994, p. 98 – grifo do autor).

Nesse sentido, caminhar pela cidade é decifrar aos poucos, e pelo movimento, um palimpsesto ou um discurso em constante (re) construção. Em Goiânia, a área de análise está compreendida dentro dos limites do plano proposto originalmente por Attílio Corrêa Lima (figura 40).

Figura 40. Setor Central e as áreas em estudo.



Fonte: PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2015 (editado pelo autor).

3.2. Os usos e os contra-usos

Como ponto nodal⁶ no plano original para a cidade, a Praça Cívica foi considerada o ponto de partida para o percurso adotado. Em contraponto geográfico a este marco urbano, a localização da Praça dos Trabalhadores cria um eixo importante de análise, a Avenida Goiás. Derivando transversalmente a este eixo de circulação viária, os becos ou miolos de quadras bem como outros espaços públicos como o Mercado Aberto da Avenida Paranaíba contribuem para a compreensão das transformações dos espaços através dos contra-usos ou das táticas populares.

Na Praça Cívica, as transformações de usos no seu espaço decorrem das mudanças nos valores impostos pela contemporaneidade como também das intervenções pelas quais passou, ao longo da história. Na busca pela inovação, as alterações executadas parecem estar descompromissadas com o real uso público deste espaço. Até a última intervenção sofrida, em 2015, determinada pela municipalidade como uma ação de “requalificação” com intenção de “devolver o lugar para as pessoas”, a Praça Cívica durante o dia se mostrava como grande pátio de estacionamento de veículos (figura 41).

Figura 41. Praça Cívica e o espaço público tomado por veículos.



Fonte: GRANDE; BOAVENTURA, 2015.

⁶ Pontos nodais são pontos estratégicos na cidade, onde o observador pode entrar, e que são importantes focos para onde se vai e de onde se vem. Variam em função da escala em que se está analisando a imagem da cidade: podem ser esquinas, praças, bairros, ou mesmo uma cidade inteira, caso a análise seja feita em nível regional (LYNCH, 1982).

Durante o dia, a dinâmica da praça estava fortemente relacionada com o acesso aos vários departamentos administrativos do Estado no local, à constante movimentação de pessoas, às atividades informais como a lavagem e guarda de carros por “flanelinhas” (figura 42) e o comércio ambulante de alimentos com a venda de lanches e frutas.

Figura 42. O espaço público da Praça Cívica e as atividades informais.



Fonte: O POPULAR, 2015.

Durante a noite, a praça apresentava os problemas advindos da ocupação e dos usos pela população em situação de rua. Nesse período, com os órgãos públicos fechados e com a ausência de circulação de pessoas, a falta de iluminação e policiamento contribuía para o pernoite dos moradores itinerantes do centro da cidade.

Após a reforma promovida pela Prefeitura em parceria com o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Caixa Econômica Federal e o Ministério da Cultura, em 2015, novos usos puderam ser observados na praça. O novo projeto contemplou o nivelamento dos passeios públicos da esplanada e com isso, o número aproximado de 1,5 mil vagas para carros e motos diminuiu para pouco menos de 300. O fim do estacionamento no interior da praça modificou a dinâmica das “flanelinhas” que utilizavam o espaço para vigiar e lavar os carros dos servidores públicos. Na época, eram mais 20 vigias, que chegaram a ser catalogados pelo próprio poder público. Os que lá estavam

a mais tempo acabaram ficando com o anel viário externo à praça e o restante teve de se espalhar pelas ruas adjacentes, que não tinham “dono” (PINHEIRO, 2015).

De certo modo, e em busca da revalorização simbólica e social nesta operação de renovação, a reforma da Praça Cívica representa as estratégias de enobrecimento promovidas pelo poder público (SERPA, 2011). Com o discurso de se devolver o espaço público ao cidadão e no sentido de um aumento da visibilidade deste espaço no âmbito da cidade global, a nova praça se consolidou como alegoria do tempo e dos poderes que a concebeu, já que o processo de requalificação

[...] especialmente dos centros urbanos, não passa de uma verdadeira consagração da eternidade da cena – bem polida, limpa, enfeitada, transformada ela mesma em museu (ARANTES, 1998, p. 136).

Após a reforma, nota-se que a praça perdeu grande número de usuários muito embora a intenção do projeto fosse que este espaço “retornasse” à população. Entretanto, a transformação do espaço físico da praça não contemplou as diversas formas anteriores de apropriação desativando inclusive, edifícios públicos como a sede da Prefeitura, deslocada para uma nova centralidade da cidade. A cristalização do espaço como alegoria histórica (figura 43) não contemplou o que Jacobs (2011) afirma ser a força motriz dos espaços de qualidade na cidade: as pessoas e seus afazeres rotineiros.

Figura 43. A Praça Cívica como museu de um passado histórico.



Fonte: O POPULAR, 2015.

Embora esta seja a realidade do lugar no meio de semana, como forma de valorização do feito público, a Prefeitura deu início à ação “Domingo no Centro” (figuras 44 e 45) com o fechamento do anel viário central da praça – bem como parte da Avenida Goiás – destinando estrategicamente este espaço ao uso pela população onde os “amantes dos patins e da bicicleta marcam presença na Avenida Goiás, espaço democrático de diversão e lazer” (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2015).

Figura 44. O espaço público como foco das estratégias do poder público.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 45. O espaço público como foco das estratégias do poder público.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Entretanto, mesmo estando a Praça Cívica e a Avenida Goiás sobre a ação de políticas de reafirmação de poder que almejam usos pré-estabelecidos dentro do modelo estratégico da gestão pública, observa-se uma sobreposição de *outras* ações, aqui consideradas táticas populares ou contra-usos no espaço público, também observadas em outros espaços do Setor Central. Como exemplo de contradição no espaço público *estrategicamente direcionado* ao esporte, a Avenida Goiás e os arredores da Praça Cívica também contemplam as apresentações de rock, os banhos nas fontes públicas e até mesmo o churrasco feito em via pública (figuras 46, 47, 48 e 49). Nesta trama de ações onde os novos lugares sociais são marcados pelo contraste, por novos significados espaciais e novas semânticas, nota-se a solidificação do contra-uso popular através da “exposição pública de domesticidades que se realizam fora das quatro paredes da casa” (ARANTES, 2000, p. 118).

Figura 46. O Rock na Avenida Goiás.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 47. O Rock na Avenida Goiás.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 48. Banho nas fontes da Avenida Goiás.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 49. Churrasco ao ar livre na Praça Cívica.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Nesse amalgama formado pelas práticas populares, é recorrente a presença do comércio informal nas manifestações e apresentações artísticas, oferecendo seus serviços não especializados e servindo de apoio aos usuários, já que, aos finais de semana, o comércio da área central encontra-se fechado. O espaço público passa a concorrer com os pequenos ambulantes que fomentam o caráter popular dos novos usos e apropriações destes lugares centrais (figuras 50 a 53).

Figura 50. Ambulantes na Avenida Goiás.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 51. Ambulantes na Avenida Goiás.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 52. Ambulantes na Avenida Goiás.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 53. Ambulantes na Avenida Goiás.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Nessas zonas limiars entre o que é público e que é privatizado pelas práticas informais de comércio, vende-se de tudo: alimentos, bebidas alcoólicas e água de coco que garantem o conforto dos diversos tipos de frequentadores os quais, às suas maneiras, tomam o local público para si (figura 54).

Figura 54. A espaço público reapropriado.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Ainda na Avenida Goiás, rumo à Praça dos Trabalhadores e esquina com a Rua 3, um importante edifício público também apresenta indícios das contradições surgidas da dialética entre estratégia de poder e táticas populares. O edifício Grande Hotel, integrante do conjunto histórico tombado pelo Iphan em 2003 (IPHAN, 2014), faz parte das ações midiáticas e culturais oferecidas pela Prefeitura e pela Secretaria da Cultura (Secult). Com parca divulgação, os eventos ocorrem na maioria das vezes sem o conhecimento da população geral, atendendo ao pequeno grupo dos artistas envolvidos. Tais ações culturais, de acordo com a página da Secult em uma rede social, são nomeadas de “O Grande Hotel é nosso!” (figura 55) e sugerem a “ocupação” do prédio histórico do Centro de Memória e Referência Grande Hotel, unidade da Secult Goiânia.

Figura 55. Cartaz de divulgação do marketing cultural na cidade.



Fonte: Página da Secult no Facebook. Disponível em: <
<https://www.facebook.com/events/1645763022374234/>> Acesso em ago. 2015.

Os eventos são gratuitos e, segundo a Secretaria de Cultura, têm por objetivo democratizar o acesso aos espaços públicos e à música, além de dar maior visibilidade às expressões artísticas de rua. Nesses eventos percebe-se o caráter popular da adesão bem como a falta de estrutura das apresentações que, de maneira improvisada, contribuem contra a afirmação de manifestações culturais de qualidade no Setor Central. Com ar de improvisação, estas apresentações acontecem na calçada do Grande Hotel (figura 56) ou até mesmo em seu saguão principal, comprometendo a preservação do patrimônio histórico. Os espectadores permanecem no passeio público (figura 57), sem local apropriado para a apreciação das manifestações artísticas. Apesar destas manifestações atraírem o olhar dos passantes, ao mesmo tempo curiosos e desconfiados, eles não permanecem por muito tempo no local.

Figura 56. Apresentação artística – Grande Hotel.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 57. A Avenida Goiás como espaço popular.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Em fevereiro de 2015, o Grande Hotel foi o palco principal da comemoração das festividades de carnaval do Setor Central. Mais uma vez com baixa adesão popular, o evento contou com a apresentação do grupo de samba “Samba GO” (figura 58). Na entrada principal do hotel se concentraram a percussão, o sambista e a passista que encenavam, como que em um simulacro,

um “samba” de notas dissonantes às tradições culturais e às raízes locais (figura 59, 60 e 61).

Figura 58. Grupo Samba GÔ.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 59. Apresentação no carnaval de 2015 – Grande Hotel.



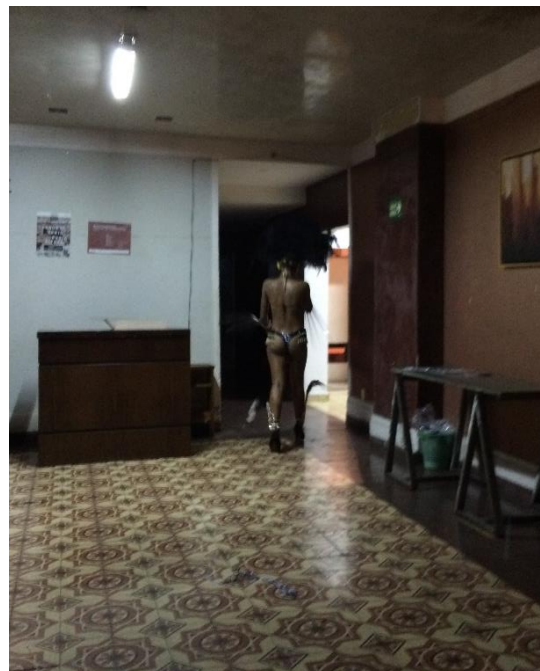
Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 60. Sambistas – Grande Hotel.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 61. A passista – Grande Hotel.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Ao fim da apresentação, um pouco desconcertada por sua exposição em espaço público, a passista se dirigiu para o camarim montado nos salões do hotel. Pouco tempo depois, ela retornou à calçada da Avenida Goiás sem seus improvisados adereços carnavalescos. Visivelmente aliviada e de volta à realidade urbana de uma cidade onde o carnaval não se constitui como bem integrante do universo da cultura local, ela se misturou aos espectadores da apresentação como se, neles, pudesse (re) encontrar sua identidade real.

Neste evento, reafirmando o caráter popular desse modelo de apropriação na Avenida Goiás, mais uma vez a presença de ambulantes se confirmou como uma tática comercial ou contra-uso no espaço público. Com carrinhos de venda de pipoca e barracas de venda de vodca e “batidas”, o canteiro central da avenida oferecia diversas opções que atendiam aos gostos dos espectadores (figura 62 e 63).

Figura 62. A Avenida Goiás e os ambulantes.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 63. Comércio popular.

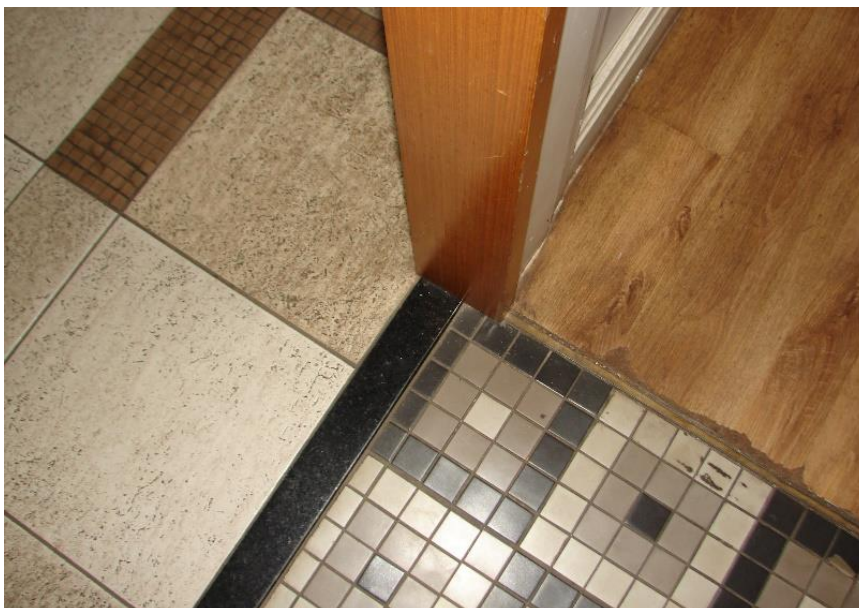


Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Apesar de ser patrimônio histórico tombado, percebe-se no Grande Hotel, importante espaço público na Avenida Goiás, o descaso da gestão administrativa local. As tentativas de transformá-lo em espaço de visibilidade cultural se confirmam como estratégias desestruturadas que resultam em baixa aderência de público. Ademais, a falta de manutenção para a preservação da história e da memória deste espaço está explícita nos espaços internos do prédio e em suas fachadas. Exemplo do exposto, notam-se os vestígios resultantes do evento de

parceria público-privada ocorrido em 2004 que desconfiguram o espaço e que fizeram do patrimônio tombado palco de severas intervenções físicas. A mostra de decoração Casa Cor descaracterizou parte interna do prédio deixando como “herança”, após os 30 dias de evento, os sinais do descompromisso e do poder estratégico das iniciativas privadas de “valorização” do bem público como mercadoria cultural (figuras 64 e 65).

Figura 64. Descaracterização do patrimônio histórico público.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 65. Descaracterização do patrimônio histórico público.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Contraditoriamente, a situação atual do local é muito diferente do que foi proposto pela mostra de decoração Casa Cor, em 2004. Naquele momento, baseando-se em ações de marketing voltadas às classes altas e através das intervenções efêmeras no local, a mostra simulou uma imagem “ideal” do centro da cidade (figura 66) notavelmente desconexa com a realidade e dinâmica real deste relevante espaço público.

Figura 66. Proposta da mostra Casa Cor 2004 para o beco de acesso do Grande Hotel.



Fonte: Página do Arquiteto Urbanista Frederico Adejar na internet. Disponível em: <<http://fredadejar.com.br/projetos/?grade=mostra-vitrine>> Acesso em nov. 2015.

Além da descaracterização física, nota-se também a realidade de usos deturpados ou contra-usos no interior do Grande Hotel, atual sede da Divisão de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura. Em entrevista à servidora pública Sra. M. N. C., foi informado que, por exigência da Secult, o edifício deve manter suas portas abertas inclusive, a de todos os gabinetes, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 22 horas e, aos finais de semana, das 9 horas às 18 horas. Pela falta de fiscalização nos horários pós expediente e aos finais de semana, esta condição atrai usuários que utilizam o espaço não monitorado para práticas sexuais e uso de drogas. Segundo a Sra. M. N. C., é rotineiro nas segundas-feiras encontrar preservativos usados ou restos de entorpecentes nas mesas de trabalho dos

gabinetes e na escadaria principal do hotel. O beco ou viela dos fundos do hotel (figura 67), que faz ligação com a Rua 7, segundo a entrevistada, se torna um local ermo após as 18 horas e aos finais de semana, onde o perigo e insegurança se instalam devido à presença constante de moradores em situação de rua que se apropriam do espaço para consumo de drogas, para pouso noturno e para o uso do espaço como banheiro a céu aberto. Ao se comparar a figura 67 e a figura 68, que tem mesmo ângulo fotográfico, são evidentes as diferenças do cenário proposto pela iniciativa privada e a realidade local da atualidade.

Figura 67. Condição atual do beco de acesso ao Grande Hotel.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Segundo a Sra. M. N. C., o odor de fezes e urina nos fundos do Grande Hotel desmotiva sua atividade profissional, já que este local faz parte do seu caminho de chegada e de partida diariamente.

Atualmente, durante o horário comercial, nota-se que o espaço público de ligação entre a entrada posterior do Grande Hotel e a Rua 7 é utilizado para o estacionamento de veículos (figura 68). Este uso está em consonância com o previsto por Atílio Correa Lima para o plano original da cidade, já que estes becos

serviriam como área de estacionamento, carga, descarga e apoio ao comércio local (VALVA, 2001). Não era previsto, entretanto, que os espaços internos das quadras comerciais se tornariam labirintos desconexos na malha urbana do centro pioneiro. Estes espaços residuais, contemporaneamente, se reafirmam como espaços de exclusão, ocupados por agentes igualmente excluídos da dinâmica socioeconômica regular do Setor Central.

Figura 68. Estacionamento de veículos no beco de acesso ao Grande Hotel.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Ainda sobre a dinâmica de apropriação da Avenida Goiás, sendo o Grande Hotel epicentro das manifestações culturais populares, o movimento “Ocupem as Ruas” tem destaque como sendo uma *contra ação* popular. Este movimento teve início em 2015 e tem a sua quarta edição prevista para ocorrer no dia 21 de fevereiro de 2016. De acordo com a página do movimento em uma rede social, esta tática popular de ocupação dos espaços públicos do Setor Central é apresentada como forma legítima de refundação do espaço público pela população – ou pelo grupo em questão – e se mostra ideologicamente

contra o poder estratégico do poder público (figura 69). Diversas atividades culturais, artísticas e comerciais são previstas e reafirmadas no convite aberto na rede social que informa que os organizadores do movimento estão

[...] conseguindo ser fiéis na proposta de fazer um rolê mensal, gratuito, de qualidade e underground. Queremos continuar promovendo a movimentação da cena e a ocupação de todos espaços públicos da cidade que *pertencem a nós, não a governantes*. Com a cooperação de todos, sem diferenciação de público, bandas e organizadores, esperamos alcançar com isso uma cena forte e unida [...]. Se você tem banda e faz um som massa entre em contato com a gente, pois haverá espaço pra [para] todo mundo tocar no decorrer das próximas edições. Se você não toca, mas faz poesias, zines, malabares, pinta, fotografa, faz vídeos, vende um rango, CD, discos e afins, sintase à vontade em comparecer, pois há espaço pra [para] todo mundo que quiser colar pra [para] somar! [...] SEM DEUSES, SEM MESTRES E SEM TRETAS! (FACEBOOK, 2016, s/p. – grifo nosso).

Contraditoriamente, embora o discurso político promovido pelo movimento seja contra o controle dos governantes e a favor do poder popular, ainda sim, nota-se no folder de divulgação do evento (figura 70) a logomarca da Secullt como apoiadora, já que é através dela que os agendamentos para uso do espaço público do Grande Hotel são feitos.

Figura 69. Táticas populares de apropriação – Grande Hotel.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

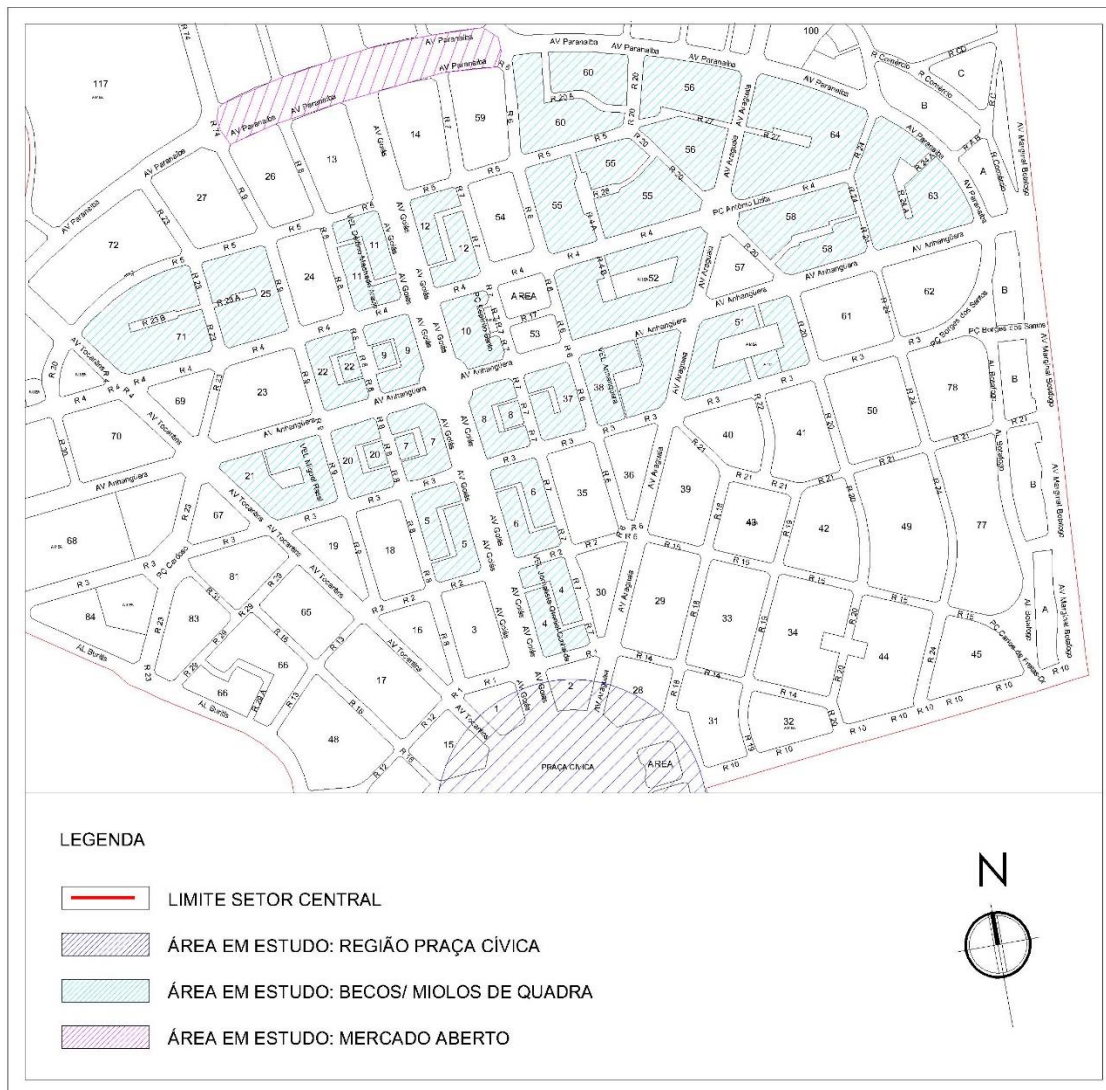
Figura 70. Cartaz de divulgação “Ocupem as Ruas”.



Fonte: Página do movimento no Facebook. Disponível em:<
<https://www.facebook.com/ocupemasruas/?fref=ts>> Acesso em
 nov. 2015.

No plano urbano pioneiro, entre a Praça Cívica e o Mercado Aberto (localizado no cruzamento das avenidas Goiás e Paranaíba), as diversas formas de apropriação ocorridas nos becos ou miolos de quadra compõem a complexidade do quadro socioespacial do Setor Central. Segundo Valva (2001), esses becos são hoje “jardins de pedras em ruínas *sem uso* e sem forma, absolutamente visíveis para quem examina o mapa da cidade, secretamente imerso na realidade urbana” (VALVA, 2001, p. 75 – grifo nosso). Embora de fácil leitura e identificação tipológica destes espaços no mapa abaixo (figura 71), a real condição local sinaliza para os *usos* “não regulares”, muitas vezes indesejados aos “olhos” da cidade global.

Figura 71. Becos - Setor Central.



Fonte: PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2015 (editado pelo autor).

São claras as inúmeras contradições que resultam da tentativa de compreensão destes espaços residuais da malha urbana. O senso comum, provavelmente pelo caráter de abandono, insegurança ou pela falta de investimentos verificados nos becos, classifica estes locais como impróprios para uso e *abandonados*. À primeira vista, estes conceitos se apresentam como verdadeiros. Entretanto, após observação mais apurada, percebe-se que existe uma rotina de frequência e apropriação nestes locais. Ao dizer que os becos são espaços sem uso, se reafirma um sofisma gerado pelo desconhecimento da dinâmica do local e da condição socioeconômica de seus frequentadores.

Percebem-se diversas especificidades nos becos verificados. Alguns deles, apesar de estarem demarcados no mapa digital da cidade, foram

privatizados ilegalmente pela iniciativa dos comerciantes locais. É o caso dos becos mais próximos às avenidas comerciais, como a Avenida Goiás e Avenida Anhanguera, provavelmente pela alta visibilidade dessas vias de caráter comercial.

As quadras 8 e 12 foram apropriadas por edifícios de instituições financeiras – edifício da antiga Caixa e Banco do Brasil, respectivamente – onde a implantação das edificações suprimiram o espaço público interno às quadras. Nas quadras 51 e 52, o espaço público está tomado, atualmente, por dois equipamentos urbanos relacionados ao comércio, o Mercado Municipal de Goiânia e Centro Comercial Popular – camelódromo (figuras 72 e 73). Estes espaços, privatizados pelo comércio popular têm em seus interiores fluxos constantes embora o calor e falta de ventilação os tornem insalubres e claustrofóbicos.

Figura 72. Camelódromo.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 73. Mercado Municipal.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Nas quadras 7 e 20, onde uma parte da Rua 8 é pedestrializada formando a Rua do Lazer, os becos se encontram fechados com portões de acesso controlados pelos comerciantes do local (figuras 74 e 75).

Figura 74. Acesso do beco privatizado.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 75. Acesso do beco privatizado.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

No acesso ao beco interno da quadra 20 existe a entrada da Galeria Póvoa, importante espaço comercial frequentado nas décadas de 1970 e 1980, data de quando ainda não existiam os shoppings centers na cidade e o centro ainda se mantinha como principal espaço comercial. Naquela época, a Rua do Lazer era em um importante ponto de encontro da população, onde também se localizava o antigo Cine Casablanca (posteriormente cinema para adultos e atualmente Igreja Evangélica).

Atualmente, apesar da baixa frequência de usuários, a galeria ainda se mantém em funcionamento com poucos comerciantes. As diversas salas disponíveis para aluguel reafirmam a dinâmica de deslocamento das práticas comerciais especializadas para outras centralidades da cidade. A ainda presença dos comerciantes pioneiros na Galeria Póvoa (figura 76) fornecem pistas que remontam um passado onde este local se apresentava como espaço de grande importância comercial e de alta frequência de público.

Na realidade dos tempos atuais e como outros comércios do local, a relojoaria da galeria (figura 77) com seus relógios à corda, se parece com um espaço cristalizado no tempo e no espaço; um museu, apesar de seu passado urbano não estar tão distante.

Figura 76. Galeria Póvoa.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 77. Comércio pioneiro.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

A quadra 7, em especial, revela como a dinâmica da apropriação não esperada dos becos da cidade acontece imperceptível aos olhos do transeunte mais desapercibido. Nela, existe um teatro e a sede da Escola de Artes Cênicas Carlos Moreira. Nos dias de semana e em horário de almoço, o beco é o local de descanso de garis e tem nas suas paredes internas ao pátio painéis que remontam a história da cidade (figura 78).

Figura 78. Beco utilizado para descanso dos garis.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

No período noturno e aos finais de semana, o beco é frequentado pelos alunos da escola de teatro que ensaiam tanto no palco aberto (figura 79) quanto no teatro que tem infraestrutura completa (figura 80) e desconhecida por parte da maioria dos frequentadores do centro da cidade.

Figura 79. Palco aberto.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 80. Teatro Carlos Moreira.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

As quadras 21 e 38 apresentam uma dinâmica distinta em relação às suas apropriações. O beco da quadra 21, conhecido como Beco da Codorna, faz ligação com a Galeria Ouro e com a Galeria Tocantins e se transformou em um local de constantes encontros e de manifestação da cultura jovem. Na década de 1980, o local era também ponto de encontro para o happy-hour após o horário comercial e frequentado pelos espectadores dos cinemas Cine Capri, Cine Ástor e Cine Ouro, localizados na quadra. Em entrevista ao Sr. J. G., comerciante da Galeria Tocantins entre os anos de 1983 e 1996, os bares do Beco da Codorna eram um grande atrativo local. Principalmente o Bar do Oliveira, que tinha como especialidade da casa a codorna ensopada, tão famosa que deu origem ao nome dado para o beco. Na época, relata o Sr. J.G., não existia insegurança no Beco da Codorna; a insegurança estava nas ruas. Era mais seguro estar nos bares do beco, entre amigos, colegas de trabalho e familiares, que circular entre os “trombadinhas” que cheiravam cola e esmalte em sacos plásticos e que dominavam a Avenida Anhanguera. Ainda segundo o Sr. J.G., aos finais de semana, os cinemas atraíam grande público sendo as galerias Tocantins e Ouro como os shoppings de hoje em dia; nelas, se encontravam as melhores lojas de joias, vestuário, agências de turismo e boas lanchonetes. Também fazia parte desta área de lazer e entretenimento urbano o tradicional Teatro Goiânia, de onde as pessoas saíam após as apresentações e se direcionavam para os bares e restaurantes das intermediações. O entrevistado ainda lembra que, daquela época, os únicos restaurantes ainda em funcionamento são a Pizzaria Scarolla e a Pizzaria 10.

Atualmente o Beco da Codorna, como a maioria dos outros becos, tem seu uso diário relacionado ao estacionamento de veículos. Entretanto, pela iniciativa da UPoint com sede no beco, o espaço vem se transformando em local para expressão da cultura de rua e para o encontro de jovens que fazem parte do movimento da cultura alternativa. A UPoint, como uma galeria de arte urbana, sede seu espaço para a Associação dos Grafiteiros de Goiás (AGG) e os associados tem, nos muros do beco, local de inspiração para a arte do grafite. Atualmente no Beco da Codorna (figuras 81 e 82), a galeria a céu aberto expõe grafites (figuras 83 a 86) que através de suas *contranarrativas* demarcam o território como um local da cidade ocupado ou reconquistado por um grupo

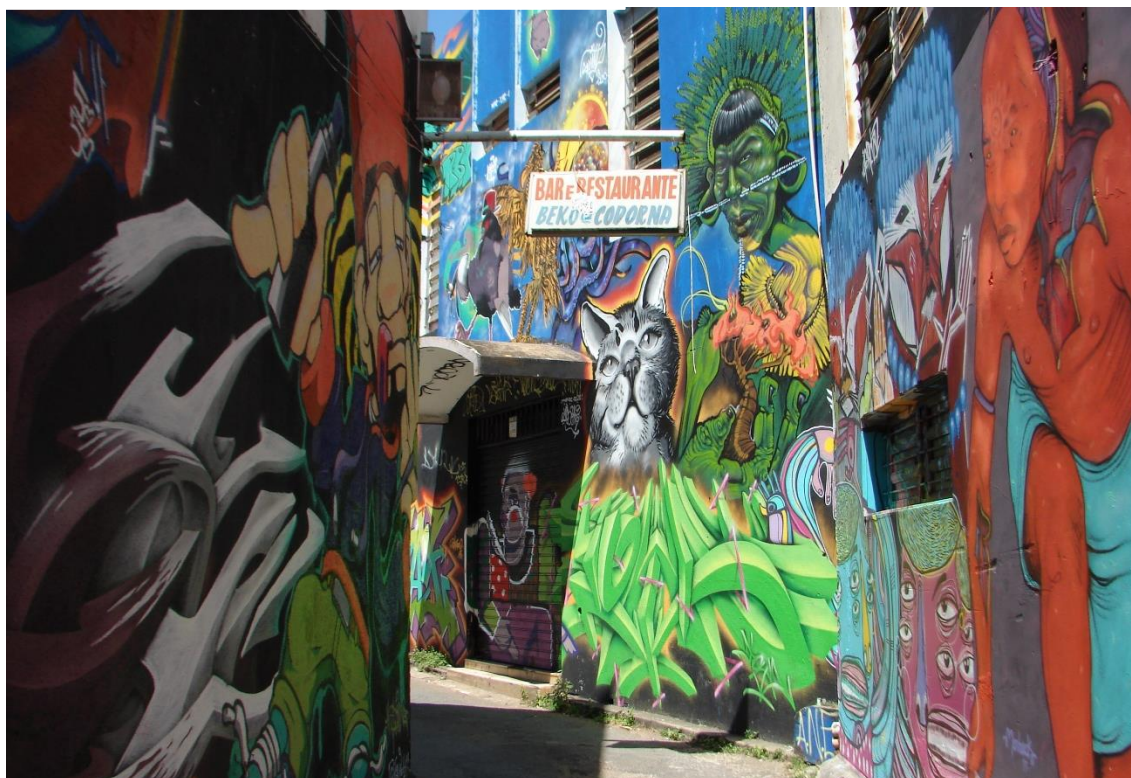
específico. O espaço se mostra como lócus da articulação popular e de suas táticas de apropriação urbana.

Figura 81. Entrada do Beco da Codorna.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 82. Entrada do Beco da Codorna.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 83. Grafite no Beco da Codorna.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 84. Grafite no Beco da Codorna.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 85. Grafite no Beco da Codorna.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 86. Grafite no Beco da Codorna.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Como reafirmação deste local da cidade como *lugar* ou território “pertencente” ao grupo de grafiteiros e à comunidade alternativa, outras manifestações culturais acontecem no Beco da Codorna. Os eventos mensais como o Rock In Rua GO! (figura 87), o Batalha da Codorna (figura 88) e o Sons do Beco (figura 89), entre outros, reúnem um grande número de apreciadores desta contracultura e confirmam que o beco, atualmente, é um lugar de pertencimento; identitário e relacional a este movimento social.

Figura 87. Cartaz do evento Rock in Rua.



Fonte: Página do evento no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/584615425021984/>>. Acesso em: dez. 2015.

Figura 88. Cartaz do evento Batalha da Codorna.



Fonte: Página do evento no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Beco-Da-Codorna/488438481273871?fref=ts>>. Acesso em: dez. 2015.

Figura 89. Cartaz do evento Sons do Beco.



Fonte: Página do evento no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1737881916445625/>>. Acesso em: dez. 2015.

O Sons de Beco, de acordo com a página do evento em uma rede social, é denominado projeto cultural sendo uma iniciativa do coletivo Oz Outros e recebe apoio da Secult de Goiânia. Segundo os organizadores, o beco escolhido para a *ocupação* cultural se justifica pois

[...] nos labirintos da cidade de Goiânia se encontra [encontram] ruas sem saídas e abandonadas pelo tempo, vielas que eram usadas para pontos de carga e descarga das grandes galerias [...] da nossa capital, hoje abandonadas virou [viraram] um grande ponto de usuários de drogas e prostituição (FACEBOOK, 2016, s/p – grifo nosso).

Em um dos eventos realizados em dezembro de 2015, percebe-se grande aderência do público jovem, da irrestrita venda de bebidas alcólicas e do consumo de entorpecentes em local público. No beco, como que em um lugar avesso às regras da cidade regular, os jovens reforçavam através de seus comportamentos uma “liberdade” baseada nas regras próprias do grupo, reafirmando-se como ações de contra-usos neste espaço residual da cidade (figuras 90, 91 e 92). A prática do consumo de drogas, antes dos moradores em situação de rua que habitavam o beco, permanece como prática do novo grupo social composto pelos jovens da classe alternativa. Apesar do apoio da Secult a estes eventos, nenhum policiamento preventivo foi observado no local.

Figura 90. Jovens do movimento alternativo.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 91. Consumo de bebidas no beco.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 92. Apresentação de Rap no Beco da Codorna.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

O Beco da Codorna permanece como uma ruína⁷ urbana, tal qual os outros becos da cidade. Entretanto, no contexto da formação espacial dos *lugares* (AUGÉ, 2012), ele se torna o local de construção de novas

⁷ Segundo Ferrara (2000), os espaços residuais ou ruínas são pedaços da cidade “inacabados que parecem agredir ou subverter a ordem visual e funcional pretendida [...]. Dessa maneira, os espaços residuais surgem como uma descontinuidade, um vazio a preencher de informação e de novos usos (FERRARA, 2000, p. 181).

“sociabilidades que dão novo teto a estes jovens fugitivos dos *lugares antropológicos*” (ARANTES, 2000, p. 125 – grifo do autor).

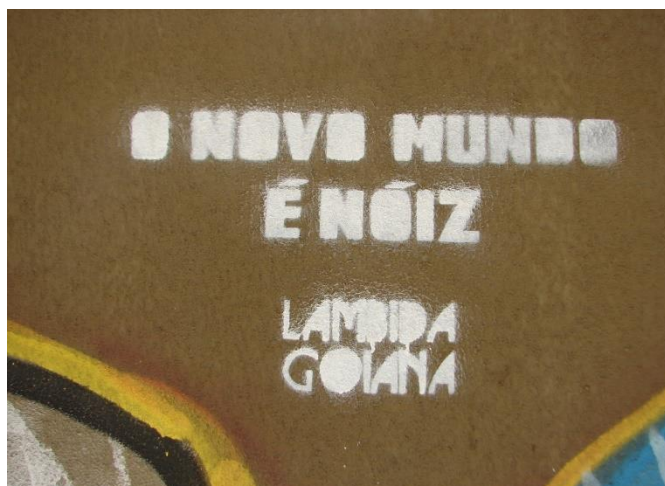
Por todo a área do Setor Central observa-se as marcas das ações de apropriação do espaço urbano pelo grupo de grafiteiros (figuras 93 e 94). Como expressão de sua ideologia, além dos muros do Beco da Codorna, a arte do grafite (re) marca o território e reafirma o poder do grupo que toma o lugar para si.

Figura 93. Grafites pelo Setor Central.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 94. Grafites pelo Setor Central.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Ao que se parece, a expressão gráfica do grupo pela cidade se mostra como uma *contranarrativa* visual dos tempos contemporâneos, se sobrepondo às ações estratégicas instituídas na década dos anos 1980, onde o governo em parceria com renomados artistas plásticos goianos, instituiu o projeto Galeria

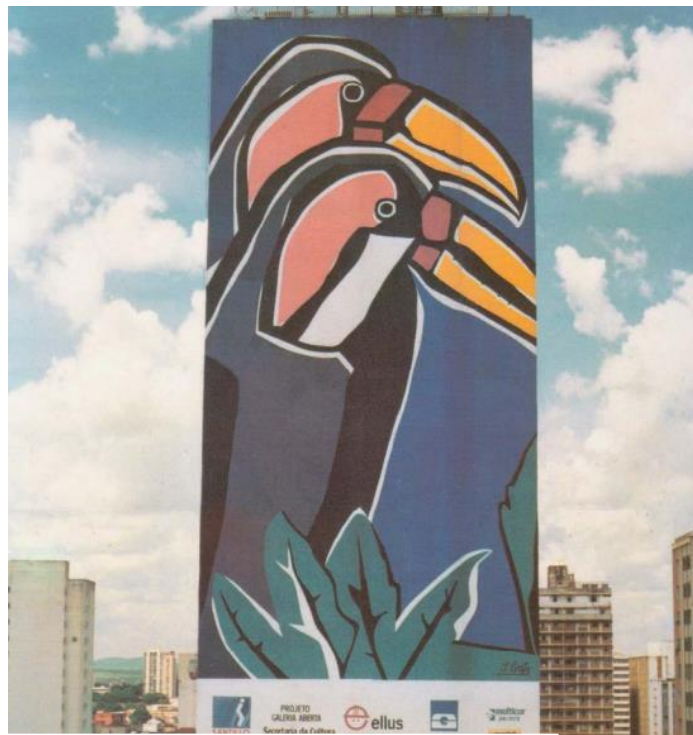
Aberta (figuras 95 e 96), hoje ameaçado pelo tempo e pela nova demarcação da paisagem.

Figura 95. Basta!, de Omar Souto, 1988 – Edifício do extinto Beg, Avenida Goiás.



Fonte: FARIAS, 2005.

Figura 96. Tucanos, de Iza Costa, 1988 – Edifício Brasil Telecom (antiga Telegoiás), Rua 3.



Fonte: FARIAS, 2005.

Segundo Farias (2005), naquele tempo o projeto Galeria Aberta figurou na imprensa como a mais divulgada iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura.

Goiânia já foi uma obra de arte. Implantado no governo Santillo, o projeto Galeria Aberta, que aproveitava alguns prédios como verdadeiras 'telas' para pinturas de artistas goianos [...]. Cleber Gouvêa, Iza Costa, Mauro Ribeiro, Da Cruz e Alcione tiveram seus trabalhos estampados em pontos estratégicos da cidade. Ao contrário do que pregava a ideia original, o projeto não teve sequência e muitas pinturas (na verdade, reproduções de telas dos artistas) desbotam a olho nu. Outras não tiveram a mesma sorte e desapareceram (AESSE *apud* FARIAS, 2005).

Na tentativa do resgate artístico no Setor Central e adequando a expressão gráfica da arte urbana à presença dos novos agentes sociais da cidade, em 2014, a Secult deu início ao Projeto Galeria Noturna que transformou as portas dos estabelecimentos comerciais da Avenida Goiás em grandes painéis pintados por grafiteiros (figuras 97 e 98). O projeto contou com a parceria do Sindilojas, da Fecomércio, da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), do SEBRAE-GO, do SindiPitdog, da Sescon-GO e dos empresários estabelecidos na avenida. As intervenções ocorreram em 25 comércios, totalizando 70 portas.

Figura 97. Grafite do projeto Galeria Noturna.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 98. Grafite do projeto Galeria Noturna.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

De autoria e coordenação do artista plástico Gutto Lemes, a ideia central do projeto almejou a transformação do Setor Central em um grande cartão postal bem como o estabelecimento de um novo corredor cultural que ligaria a Praça Cívica à Praça dos Trabalhadores (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2014).

Entretanto, a tentativa de vincular o espaço público à arte não deixa de ser uma reafirmação do poder estratégico da gestão pública através do marketing urbano (LEITE, 2007) já que seus resultados podem ser encarados apenas como amenidades da real imagem da cidade explícita no caso do Setor Central, por toda a malha urbana. Por entre os becos e fundos de quadra e até mesmo nos edifícios da Avenida Goiás, a realidade urbana vem à tona refletida nas ruínas dos edifícios e na arte urbana espontânea e transgressora às leis de preservação do patrimônio histórico (figuras 99 a 110).

Figura 99. Grande Hotel, Avenida Goiás.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 100. Coreto, Avenida Goiás.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 101. Antiga Caixaego, Avenida Goiás.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 102. Antigo Banco Meridional, Avenida Goiás.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 103. Edifício do atual Banco Itaú. Beco da Quadra 5.



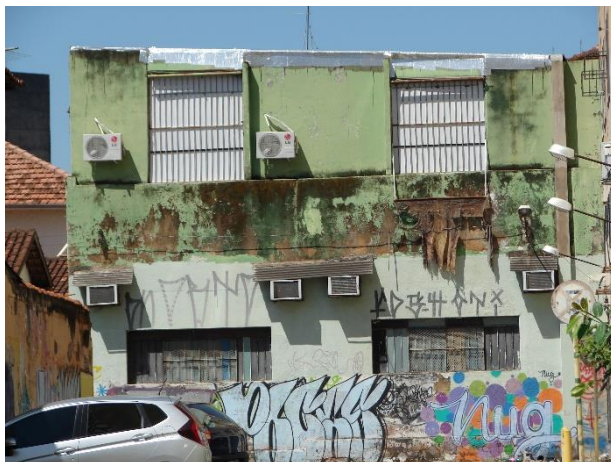
Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 104. Edifício comercial, Avenida Goiás.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 105. Beco da Quadra 4.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 106. Quadra 59, Avenida Paranaíba.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 107. Quadra 105, Rua 58.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 108. Quadra 55, Rua 5.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 109. Quadra 123, Avenida Goiás.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 110. Quadra 55, Rua 4-A.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

O beco da Quadra 38, atualmente, apresenta uma dinâmica de contra-uso do espaço muito próxima à ocorrida na quadra 21, na década de 1980. Ele faz ligação entre a Avenida Anhanguera, a Rua 3 e a Rua 6 e em seu pátio interno se encontram em funcionamento alguns bares. Embora uma parte do espaço público encontre-se apropriada pelo comércio local com coberturas, as mesas de bilhar existentes no pátio interno e de propriedade dos bares, são um atrativo para os frequentadores do local (figura 111).

Figura 111. Quadra 38.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

A dinâmica diurna da área está relacionada à circulação de pedestres que cortam caminho pelas duas entradas principais do beco localizadas na Rua 3 e na Avenida Anhanguera, e pela entrada adjacente à Rua 6 criada pela Galeria Central. Ao que se parece, tal qual na Galeria Póvoa, Galeria Tocantins e Galeria Ouro (Beco da Codorna), a conexão da área pública dos becos com as ruas adjacentes através dos corredores comerciais dessas galerias era recorrente. Essas galerias, atualmente, remontam um tempo passado do qual fizeram parte como local principal do comércio especializado da época e de grande circulação de pedestres. Atualmente, embora exista a concorrência e a grande atratividade gerada pelos shoppings centers localizados em outras centralidades da cidade, percebe-se que a presença do comércio popular nos acessos ao beco da quadra 51 contribui positivamente para a qualidade da área pública (figuras 112 e 113). Essas atividades comerciais imprimem na área uma constante circulação de

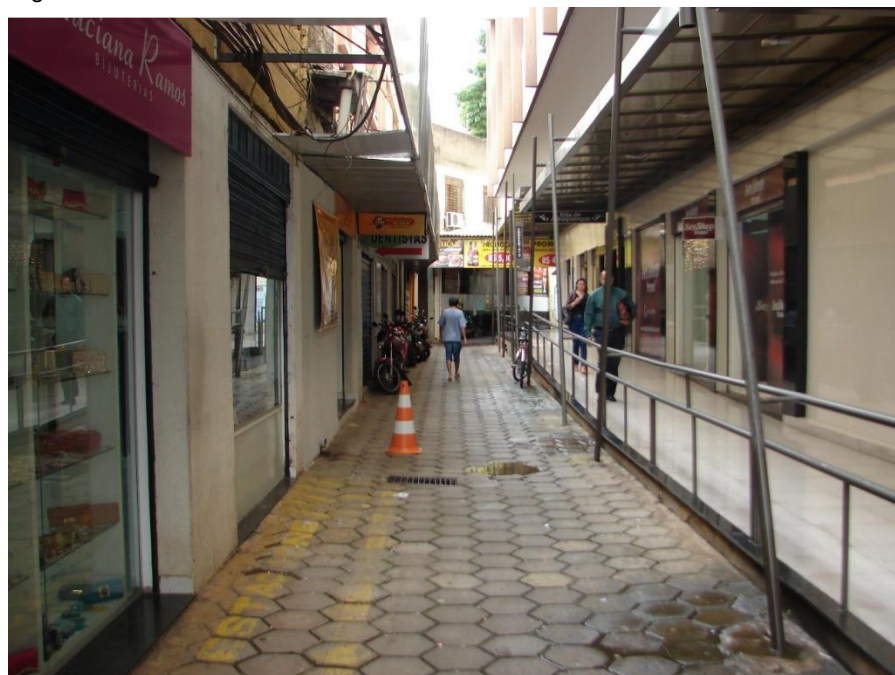
pedestres e a constante manutenção do espaço pelos comerciantes locais contribuindo para o estabelecimento de que Jacobs (2011) afirma ser uma “rede de vizinhança bem-sucedida” (JACOBS, 2011, p. 131).

Figura 112. Galeria Central, Quadra 38.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 113. Comércio da Quadra 38.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Ao cair da noite, o beco da Quadra 38 revela a apropriação da classe popular que tira proveito do espaço para seu lazer noturno (figuras 114 a 117). Em entrevista com o proprietário de um dos bares, o Sr. N. C. relata que em 36 anos o público frequentador de seu comércio mudou bastante. Ele relembra que, anteriormente, o centro era frequentado pela população de alta renda e que muita “gente importante” da política já fechou negócios nas mesas de seu bar. Segundo ele, esse “pessoal” sumiu do centro da cidade e hoje, seu comércio se mantém principalmente pelos clientes que utilizam o transporte público do Eixo Anhanguera. Perguntado sobre a questão da criminalidade no local, o Sr. N. C. foi enfático em dizer que é no beco está seu local de trabalho de onde “tira o sustento familiar” e que, portanto, não permite “baixarias” ou arruaças no local. Disse também que, de modo geral, as pessoas mantem preconceito sobre aquele local. Entretanto, reafirmou que seus clientes são apenas “gente simples”, que saem do trabalho e tem direito de se divertir independente de suas escolhas (em alusão ao grande número de clientes homossexuais e lésbicas). Finalizou dizendo que “que anda com a fé, está sempre protegido” (figura 118).

Figura 114. Apropriação noturna, Quadra 38.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 115. Apropriação noturna, Quadra 38.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 116. Apropriação noturna, Quadra 38.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 117. Apropriação noturna, Quadra 38.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 118. A fé como proteção para o trabalho, Quadra 38.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Ainda sobre os usos e contra-usos nos becos do Setor Central, os observados nas quadras de número 55, 56, 60, 63 e 64 apresentam uma dinâmica relacionada ao constante fluxo de moradores das residências locais. Esta parte do centro é adensada com grande número de habitações familiares e a rotina diária das famílias imprime maior segurança no local bem como maior zelo com o espaço público (figuras 119 e 120).

Pode-se reafirmar através da observação das quadras de caráter mais residencial a teoria de Jacobs (2011) sobre a dinâmica da vida cotidiana dos moradores locais. Ela impede a deterioração da cidade no processo no qual as áreas sem “vida” se transformam em espaços residuais, sendo ocupados pelos moradores em situação de rua, pelo tráfico e consumo de drogas ou pela prostituição.

Figura 119. Quadra 55 e o uso por moradores.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 120. Quadra 55 e o uso por moradores.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

O beco da Quadra 11, tal qual os becos das quadras de números 9, 22, 25, 37 e 71, teve seu acesso de ligação à Avenida Goiás privatizado e transformado em estacionamento particular (figuras 121 e 122). Esse local apresenta apropriação e usos contrários à dinâmica dos becos mais residenciais gerando uma não conformidade no previsto para este espaço público.

Figura 121. Acesso da Quadra 11 privatizado.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 122. Acesso da Quadra 11 privatizado.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Nesses casos, a privatização da área pública e o bloqueio de parte dos acessos dos becos impedem que o pedestre “corte caminho” na malha urbana criando, dentro das quadras, espaços sem saída e desconectados da realidade da cidade. Nesses espaços residuais não existem comércios, acesso às residências ou equipamentos públicos que atrairiam a população com suas ações cotidianas, responsáveis pela salubridade dos lugares da cidade. Assim, a privatização do espaço público atua como forte fator de transformação espacial, contribuindo para a contínua apropriação pelos agentes socialmente desamparados e excluídos da economia global da cidade. Esses guetos emparelhados ao eixo monumental proposto por Atílio – a Avenida Goiás – embora ligados ao tecido urbano se mostram como o avesso da cidade regular; como lugares com uma realidade espaço-temporal própria (figuras 123 a 130).

Figura 123. Situação atual beco Quadra 4.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 124. Vestígio da ocupação Quadra 11.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 125. Situação atual beco Quadra 8.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 126. Situação atual beco Quadra 5.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 127. Situação atual beco Quadra 38.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 128. Situação atual beco Quadra 20.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 129. Situação atual beco Quadra 5.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 130. Situação atual beco Quadra 11.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Em direção à Praça dos Trabalhadores, no cruzamento entre as avenidas Goiás e Paranaíba, o Mercado Aberto também se apresenta como espaço público de grande complexidade onde as contradições sociais da cidade se expõe e engendram um contínuo processo de transformações espaciais. Nele, e de maneira oposta ao processo de enobrecimento derivado da última intervenção de requalificação na Praça Cívica, novas apropriações demarcam novas fronteiras territoriais e sociais num embate que parece não se solucionar.

A dinâmica do local durante o dia está relacionada aos ambulantes e ao comércio popular. Diariamente, as bancas são montadas nas madrugadas e grande parte desmontadas ao cair da noite. Os carrinhos que transportam as ferragens das bancas são “puxados” pela via pública, disputando espaço com veículos e comprometendo a segurança do trânsito no local (figura 131). Esses

carrinhos e ferragens são alojados em lotes subutilizados do entorno da feira (figura 132) e nota-se ao longo de todo o período do dia uma constante movimentação de montagem, desmontagem e circulação de trabalhadores, alguns moradores em situação de rua, que fazem um “bico” através deste serviço informal.

Figura 131. Transporte das bancas da feira.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 132. Espaço subutilizado.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

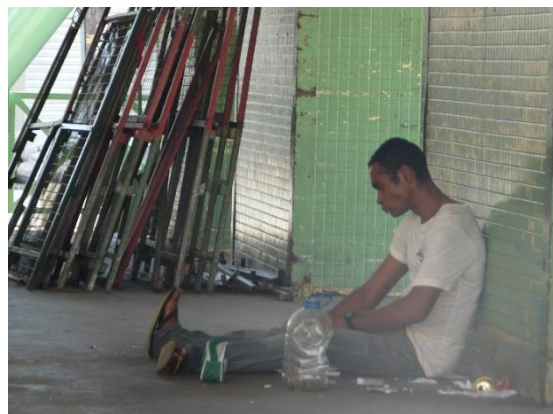
Nos períodos noturnos e aos finais de semana, sem o fluxo de consumidores dos horários comerciais a ocupação do Mercado Aberto pelos moradores em situação de rua e pelo grande número de usuários de drogas se intensifica. Entre as ferragens das bancas não desmontadas, a realidade dessa apropriação faz deste espaço um território impenetrável, inseguro e de leis próprias. Aos finais de semana, mesmo durante o dia, percebem-se os usuários em estado de torpor. Cambaleantes pelo efeito do crack (figuras 133 e 134), eles se embrenham pelos locais ruinosos do Setor Central e retornam ao mercado para a compra de mais entorpecentes ou para a mendicância nas esquinas da Avenida Paranaíba com a Avenida Goiás. Os crimes também são frequentes na área do entorno do Mercado Aberto derivados da condição de exclusão de seus frequentadores nos períodos noturnos. Em reportagem veiculada em janeiro de 2015, uma jovem de 25 anos, usuária de crack e detenta do regime semiaberto foi assassinada no local (figuras 135 e 136) e seu namorado baleado (TV GOIÂNIA, 2015).

Figura 133. Morador de rua sob efeito de drogas.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 134. Morador de rua sob efeito de drogas.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 135. Assassinato no Mercado Aberto.



Fonte: CHUMBO GROSSO, 2015.

Figura 136. Assassinato no Mercado Aberto.



Fonte: CHUMBO GROSSO, 2015.

Ao longo dos dias de semanas e nos horários comerciais, a presença da feira inibe a permanência desses agentes e as fronteiras que foram estabelecidas para o consumo de drogas no local se expandem rumo às áreas menos ocupadas do centro da cidade. Neste momento e à luz do dia, as calçadas do centro (para os que chegaram ao estado total de anestesia), as marquises comerciais, os becos mais próximos à Avenida Paranaíba e os becos em situação de desconexão com a malha urbana, são ocupados e servem como dormitório, banheiro e local recluso que, fora dos “olhos” da cidade são ideais para o consumo de crack (figuras 137 a 146).

Figura 137. Ocupação, Avenida Paranaíba.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 138. Ocupação, Rua 5.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 139. Ocupação, Rua 4-A.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 140. Ocupação, Avenida Araguaia.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 141. Ocupação, Avenida Goiás.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 142. Ocupação, Rua 7.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 143. Ocupação, Avenida Paranaíba.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 144. Ocupação, Rua 6.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 145. Ocupação, Rua 20.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 146. Ocupação, Avenida Paranaíba.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Além do limite geográfico do mercado, percebe-se que as ações sociais que nele se estruturam fazem parte, efetivamente, das modificações da paisagem de todo espaço urbano central. A morfologia social do Mercado Aberto não coincide com sua morfologia física. Logo, as práticas sociais deste local são móveis e efêmeras e, apesar de cotidianas, demarcam uma territorialidade flexível e itinerante na cidade (ARANTES, 2000).

Essa territorialidade flexível também demarca através de contra-usos a área da Praça dos Trabalhadores e reflete a dinâmica da vida dos agentes que socialmente se encontram desamparados. O lugar, no qual está localizado o prédio tombado da Estação Ferroviária, aos finais de semana se encontra privatizado pelo comércio popular da Feira Hippie. A Praça dos Trabalhadores e

o prédio da Estação Ferroviária se encontram em estado de contínua degradação, muito provavelmente pela falta de gestão pública que articule tanto os impactos da feira popular quanto o retorno desses lugares à sua função pública. Atualmente, eles se constituem como território de embate entre as práticas comerciais e o desuso local. Muito embora a praça tenha alto fluxo de visitantes aos finais de semana, durante a semana o espaço se torna ermo (figura 147) e dá suporte aos moradores itinerantes do Setor Central que dele fazem uso para consumo e venda de drogas, já que o Mercado da Paranaíba está em funcionamento. Embora haja repressão policial na área (figura 148), os usuários itinerantes sempre retornam ao local após a saída da polícia.

Figura 147. Praça dos Trabalhadores vazia aos meios de semana.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

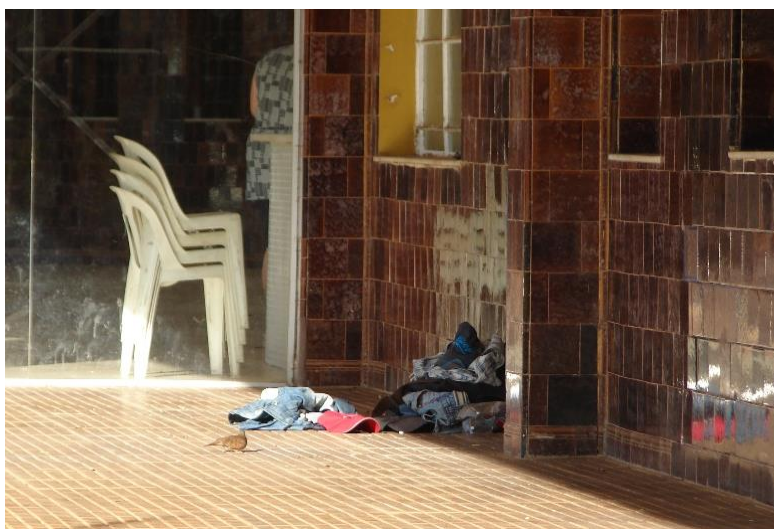
Figura 148. Repressão policial na Praça dos Trabalhadores.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Na Praça dos Trabalhadores, vestígios (figura 149) da ocupação e dos usos não previstos deixados pelos moradores em situação de rua (figura 150) coexistem com os vestígios da apropriação improvisada e de caráter popular da Feira Hippie reafirmando a condição de vulnerabilidade desse espaço público. Os passeios públicos da praça são tomados pelo estacionamento de veículos, pelas barracas e pelo comércio improvisado de alimentos (figuras 151 a 155). A energia pública alimenta o comércio informal de forma clandestina e perigosa (figura 156). Os canteiros mais isolados da centralidade da feira, devido sua à falta de infraestrutura, são usados como banheiro a céu aberto (figuras 157 e 158).

Figura 149. Vestígios da ocupação por moradores em situação de rua.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 150. Morador em situação de rua.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 151. Privatização do espaço público.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 152. Privatização do espaço público.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 153. Privatização do espaço público.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 154. Prática de comércio improvisada.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 155. Prática de comércio improvisada



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 156. Falta de infraestrutura local.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 157. Praça usada como banheiro.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 158. Praça usada como banheiro.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Somando ainda a este cenário, nota-se que a condição do edifício da Estação Ferroviária, patrimônio tombado, se apresenta condizente com a atual degradação da área pública da Praça dos Trabalhadores. Neste edifício, tanto em seu interior quanto em seu exterior, as marcas do desuso e do tempo (figuras 159 a 164) expõe publicamente o abandono e reafirmam o processo da crise dos *lugares* e dos espaços públicos do Setor Central.

Figura 159. Degradação externa do edifício tombado.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 160. Degradação interna do edifício tombado.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 161. Degradação interna do edifício tombado.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 162. Degradação interna do edifício tombado.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 163. Degradação interna do edifício tombado.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

Figura 164. Degradação interna do edifício tombado.



Fonte: IVAN OLIVEIRA DE GRANDE, 2015.

A Praça dos Trabalhadores revela um cenário onde os elementos constitutivos do espaço público *par excellence* estão corrompidos ou mesmo destruídos. No prédio da estação Ferroviária, nem mesmo o painel histórico do artista plástico modernista Frei Nazareno Confaloni (1917-1977), também tombado pelo Iphan e datado de 1953, escapa da falta de ação e do descaso da gestão pública com sua manutenção.

No plano urbano de Goiânia, esta praça se encontra em contraponto geográfico com a Praça Cívica recentemente “requalificada”, e revela que seus usos estão fortemente ligados às apropriações e contra-usos populares que contribuem para o processo de degradação urbana e o surgimento de uma nova condição socioespacial no Setor Central. Pela falta de manutenção e com seu espaço continuamente “inacabado”, a Praça do Trabalhadores – tanto quanto os outros espaços públicos aqui analisados – se apresenta como sendo um espaço residual ou “uma descontinuidade, um vazio a preencher de novos usos” (FERRARA, 2000, p. 182). Ela permanece no cenário urbano como um fragmento delator de um passado histórico sob a forma de ruínas, e representa a atual condição de transformação do espaço público da cidade de Goiânia, cada dia mais popularizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a cidade enquanto aglomeração significa defini-la, enquanto locus da produção, como espaço de reprodução da sociedade. Portanto, para se compreender a cidade como condição, meio e produto social faz-se necessário compreender como o homem e ela estão inseridos na metamorfose dos acontecimentos do tempo atual, da pós-modernidade.

Ao se atentar especificamente para os desafios intrínsecos ao crescimento de Goiânia, é comum afastar-se das questões que tratam a cidade como *espaço de convívio*, pois, afinal, estar na cidade - e particularmente no espaço público - é assinar de forma tácita um contrato de convivência entre pessoas/ cidadãos (ao menos, deveria ser). Sabe-se que ao longo da história das cidades, os espaços destinados ao uso público como praças, passeios e avenidas, sempre se apresentaram como locais importantes para as articulações políticas, para as manifestações sociais e para o exercício da cidadania. Entretanto, em Goiânia, esta questão relativa à cidade e à sua realidade urbana ainda não está plenamente consolidada ou reconhecida. Ela ainda não foi encarada politicamente com sua devida importância dado que seu tecido urbano, palco das transformações sociais, está em constante mudança tal qual um ecossistema autônomo. Nele, a sociedade urbana modifica a cidade, e é modificada por ela, numa relação simbiótica contínua de novos arranjos que dificultam sua leitura e interpretação.

Sabe-se que o espaço público urbano deveria significar um lugar privilegiado do exercício da cidadania e da expressão dos direitos civis já que uma cidade que depende exclusivamente do automóvel e vive de edificações especializadas e fechadas tende à segmentação, ao individualismo e à exclusão. Tais condições se encontram presentes no núcleo urbano pioneiro de Goiânia, representado pelo Setor Central, como características derivadas de seu passado histórico e intrínsecas aos tempos atuais nos quais a dinâmica da cidade se propõe a uma nova - e questionável - missão: atender a uma *ideologia da felicidade através do consumo*. A cidade passou a ser local do consumo e consumo do local, na qual o surgimento de novas centralidades contribuiu significativamente para o processo de popularização e transformação da área pioneira central. Neste modelo, também largamente observado em outras

idades, a materialidade assumiu uma função quase geopolítica, gerando uma nova identidade hegemônica caracterizada pelo individualismo e pela quebra de tradições.

Portanto, a compreensão do espaço público do Setor Central contempla as transformações físicas urbanas, a análise sobre o papel desempenhado pelo “homem público” ao longo da história das cidades e o legado destas relações para a contemporaneidade onde o processo de retraimento da vida pública – e conseqüentemente dos espaços públicos – está diretamente relacionado ao surgimento da individualidade personalista nos habitantes das cidades. Ao longo dos tempos históricos, fatores socioeconômicos como a ascensão da classe burguesa, as novas formas de comércio e a “fetichização” da mercadoria contribuíram para a modificação dessas personalidades individuais e para o estabelecimento de novas maneiras de apropriação dos espaços das cidades pela população. A personalidade individual passou a sobrepor a concepção de sociedade, no sentido etimológico do termo, se tornando elemento principal de uma nova concepção social na qual o *agrupamento de personalidades* passou a se articular no espaço urbano em detrimento ao posicionamento político de cada cidadão.

Além do mais, a concepção de lugar e de espaço sofreram, a partir da pós-modernidade, mudanças promovidas pelo progresso, pela tecnologia da informação e pela comunicação. O tempo histórico e sua dimensão primária se desmontaram pela derrubada das barreiras espaciais, transformando o espaço público através das “tirantias” de um novo período no qual não poderiam ser mais fortes as angústias geradas por tais transformações espaciotemporais. Sofreu assim, também a cidade com seus espaços construídos e seus habitantes. O espaço vernacular, histórico, relacional, passou a se apresentar em descompasso com a superposição do excesso de informações atuais, onde a velocidade imprimida (a física – pelo o aumento da velocidade de deslocamento nas vias – e a virtual – pelo aumento da velocidade da transferência de dados e informações) alterou a relação entre o indivíduo e o espaço, criando novas experiências de transitoriedade nos espaços físicos urbanos.

Nessa nova realidade, inclusive a observada no centro de Goiânia, percebe-se a transmutação dos espaços outrora “públicos” em apenas locais de passagem. Em suas ruas e avenidas principais ocorre a desmaterialização da

espacialidade física que anteriormente incentivava o encontro, as relações sociais e as trocas de experiências, hoje reclusas em becos ou em territórios socialmente impenetráveis. Portanto, não se pode dizer que estes espaços se encontram em desuso ou estão “mortos”. Ao que se parece, a sociedade de massa apenas perdeu, literalmente, a força de juntar a imensa quantidade de indivíduos, dialeticamente relacionando-os e separando-os, na dinâmica diária da vida urbana.

Neste jogo de novas interpretações, o centro de Goiânia passou a ser palco de articulação dessa sociedade intimista, formando comunidades compostas de grupos sociais que se encerram em si mesmos: o grupo dos grafiteiros, dos moradores local, dos usuários de drogas, dos moradores em situação de rua, dos comerciantes ambulantes, dos transeuntes, dos que buscam o comércio mais popular ou os que buscam o lazer noturno na região e o da administração pública. Neste contexto, os espaços públicos do Setor Central compreendidos nos espaços abertos como ruas e avenidas, praças e becos não são mais um teatro coletivo onde algo acontece, já que o *coletivo* passa por tais transformações ideológicas. Nele, articulam-se grupos específicos que atuam com suas táticas próprias na tentativa de ressignificação do espaço urbano, muitas das vezes com narrativas e ações (contranarrativas e contra-usos) contrárias às propostas estratégicas do poder público.

Nesta “batalha” para a edificação de novos *lugares*, que ocorre entre a psique do indivíduo (que pertence a um determinado grupo), a gestão pública e a sociedade, o conceito do que é *público* e do que é *privado* passou a se confundir, rumo à uma contínua desfragmentação social e territorial. Pode-se dizer que o indivíduo perdeu a capacidade de um bom desempenho na construção de laços sociais para além do grupo do qual faz parte. E corrompido pela crença da ideologia da intimidade ou da reclusão em seu grupo social, o indivíduo perdeu a possibilidade de uma formulação identitária coesa com o espaço público tradicional – que deixa de ser público – perdendo, por fim, a sua relação identitária com a cidade.

Percebe-se a necessidade de retrocesso no processo de planejamento de ideologia modernista onde a concentração de serviços em centros de compras privados e o incentivo constante ao uso do automóvel contribuem definitivamente para o estabelecimento de novas centralidades e para a desimportância das

regiões mais centrais das cidades. Tal qual o Setor Central, estas áreas se apresentam em contínuo estado de degradação, popularização e apropriação por agentes socialmente desamparados. Espera-se que as estratégias do poder público possam priorizar as práticas de planejamento que priorizem maior quantidade e qualidade do espaço aberto nas cidades, já que nelas, a maior atração são as próprias pessoas. Logo, com estas medidas, ter-se-ia a própria cidade como ponto de encontro. De modo geral, a vida na cidade e a consideração pelas pessoas no espaço urbano deve ser um papel-chave no planejamento urbano e das áreas edificadas, já que cuidar das pessoas na cidade é o fator essencial para a obtenção de espaços públicos mais vivos, mais seguros, mais sustentáveis e saudáveis.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (AMMA). **Parques e bosques**.

Goiânia, 2015. Disponível em:

<<http://www.goiania.go.gov.br/shtml/amma/parquesebosques.shtml#>>. Acesso em: 18 set. 2015.

ALEX, Sun. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. 2 ed.

São Paulo: Editora Senac, 2011.

ALVES, Cileide. Referências históricas. **O Popular**, Goiânia, editorial, 19 out.

2015.

ARENDT, Hanna. **A condição humana**, trad. Riberto Raposo. São Paulo:

Editora Universidade de São Paulo, 1981.

ARAÚJO, Abelardo Bento. Resenha. In: **Educação e Filosofia**, v. 26, n. 52, p.

677-681, jul./ dez. 2102. Uberlândia: CEFET/ MG, 2012.

ARANTES NETO, Antônio Augusto. **Paisagens paulistanas: transformações**

do espaço público. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia de

supermodernidade. 9. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

BARDA, Marisa. **Espaço (meta) vernacular na cidade contemporânea**. São

Paulo: Perspectiva, 2009.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 4 ed. São Paulo: Editora

Perspectiva S.A., 2001.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III**: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOAVENTURA, Carolina Rodrigues. **Encontro e memória: o centro de Goiânia e o Jockey Clube**. 2014. 281 f. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

_____. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, Gisélia Lima [et al]. O impacto da feira hippie no setor turístico-hoteleiro de Goiânia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 27, n. 3, 2. sem. 2007. Goiânia: UFG, 2007.

CASTELLAN, Gláucia Rodrigues. A Ágora de Atenas: aspectos políticos, sociais e econômicos. **Revista Klepsidra**, São Paulo, ano VI, número 26, out. 2005. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra26/agora.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

CASTRO, Luis Guilherme Rivera. O que é espaço público? **Revista AU**, São Paulo, 232 ed., jul. 2013. Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

CAÚLA E SILVA, Adriana Mattos de. **Trilogia das Utopias Urbanas: Urbanismo, HQ's e Cinema**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: Ed. UFG, 2001.

CRISTINA, Silvana. **Cidade e utopia**: novos modelos sociais e espaciais. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://portalarquitetonico.com.br/cidade-e-utopia-novos-modelos-sociais-e-espaciais/>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

CHOAY, Françoise. **Urbanismo, utopias e realidades** – uma antologia. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave na Geografia. In: CASTRO, I. [et al.] (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, Lucas Felício. Entre peças: sobre ruínas, rugosidades e opacidade. Ensaio sobre as ruínas urbanas do centro de Goiânia. In: Forma Urbana: rupturas continuidades. **Anais do Seminário Internacional de Arquitetura, Tecnologia e Projeto**, v. 1, n. 1. Goiânia, 2014. Disponível em: <<http://www.anais.ueg.br/index.php/siarq/issue/view/134/showToc>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

DIAS, Elder. A verdade sobre o Mutirama. **Jornal Opção**, Goiânia, ed. 1912, 26 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/a-verdade-sobre-o-mutirama>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

DINIZ, Ana Maria. **Goiânia**: modernismo sertanejo. In: KOTHE, Flávio (Org.) Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo, n.2. Brasília: UnB, 2006.

FARIAS, Salvio Juliano Peixoto. **Galeria Aberta: uma história por múltiplos atores**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Artes Visuais: UFG, 2005.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FERNANDES, Ludmila Dias. Quatro capitais, quatro praças cívicas. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, v.11, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1318>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Os significados urbanos**. São Paulo: FAPESP/ EDUSP, 2000.

FERREIRA, William Rodrigues. **O espaço público nas áreas centrais**: a rua como referência, um estudo de caso em Uberlândia – MG. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2012.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia**: uma modernidade possível. Brasília: Ministério da Integração Social, 2002.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa, tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-Jardins de amanhã**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec LTDA, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do senso demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Goiânia (GO)**. Brasil, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/361/>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

JIMENEZ, Gabriele. Tamanho e beleza não são tudo. **Revista Veja**, São Paulo, v. 2284, p. 17-21, 29 ago. 2012.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LAMAS, José M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Calouste Gulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1992.

LE CORBUSIER. **A carta de Atenas** - versão de Le Corbusier: tradução Rebeca Scherer. São Paulo: EDUSP, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2 ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. **Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown***. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, v. 17, n. 49, jun. 2002.

LIMA FILHO, Manoel Ferreira e MACHADO, Laís Aparecida (Org.). **Formas e tempos da cidade**. Goiânia: Editora UCG, Cãnone Editorial, 2007.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1982.

MAAS, Vanessa. Sobre o vazio: as esquinas Cerdà, os bulevares parisienses e as *squares* londrinenses. **Revista Pós**, São Paulo, v. 18, n. 29, p. 80 – 94, jun. 2011. Disponível em: <www.revistas.usp.br/posfau/article/viewFile/43727/47349>. Acesso em: 23 jul. 2015.

MACIEL, Carlos Alberto. Shopping Center = Espaço Público? **Jornal Hoje em Dia**, Belo Horizonte, n.29, out. 2006. Disponível em: <<http://www.arquitetosassociados.arq.br/?artigo=shopping-center-espaco-publico>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia**: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar. Goiânia: Edição do autor, 2001.

_____. Paisagem e o plano da cidade. In: **Revista de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás**, Anápolis: UEG, ano I, v. 1, n. 1, 2 sem. 2001.

MARTINS JUNIOR, Osmar Pires. **Arborização urbana & qualidade de vida** – classificação dos espaços livres e áreas verdes. Goiânia: Editora Kelps, 2007.

MATOS, Olgária Chain Féres. Transparência. In: AVRITZER, Leonardo ... [*et al.*] (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MENDES, Lucas. Ressureição do Faraó Moses. **BBC Brasil.com**. São Paulo: BBC Report, 15 fev. 2007. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/02/070214_lucasmendes.shtml>. Acesso em: 23 set. 2015.

MOTA, Ana Flávia Rêgo. Bosque dos Buritis: uma investigação sobre a vivência do espaço público em Goiânia. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro [*et al.*]

(Org.). Tempos e escalas da cidade e do urbanismo. **Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Brasília, DF: Universidade Brasília-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/bosque-dos-buritis-investigacao-vivencia-do-espaco-publico-em-goiania>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia**: metrópole não planejada. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

OCUPEM AS RUAS IV. [página em rede social]. **Facebook**. 22 fevereiro 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1031495216922143/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. A Reprodução do Espaço Urbano de Goiânia: Uma Cidade para o Capital. In: MOYSÉS, Aristides (Org.). **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: UCG, 2005.

OLIVEIRA, Hélio de. **Eu vi Goiânia crescer**. Goiânia: Do Autor, 2012.

PIAZZALUNGA, Renata. **A virtualização da arquitetura**. Campinas, SP: Papirus, 2005.

PINHEIRO, Eduardo. Vale tudo para estacionar o carro. **O Popular**, Goiânia, Caderno Cidades, 17 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/vale-tudo-para-estacionar-o-carro-1.829885>>. Acesso em: 25 abr. 2015

PIRES, Jacira Rosa. **Goiânia** – cidade pré-moderna do cerrado 1922-1938. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2009.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. **Programa Goiânia digital**: conheça Goiânia. Goiânia, 2015. Disponível em: <<http://www.goiania.go.gov.br/shtml/estacaodigital/conheca.shtml>>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. **Domingo no centro**. Goiânia, 2015. Disponível em: <
<https://www.instagram.com/prefeituradegoiania/>>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. **Avenida Goiás terá galeria noturna a céu aberto**. Goiânia, 2014. Disponível em: <
<http://www.goiania.go.gov.br/portal/pagina/?pagina=noticias&s=1&tt=not&cd=2988&fn=true>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

REGATTI, Décio. Apropriação social do espaço público – um estudo comparativo. **Paisagens e Ambientes: ensaios**, n. 7. São Paulo: FAUUSP, 1995.

REGO, Renato Leão. Forma urbana e arborização no século 20. As distintas abordagens na cidade jardim, na cidade bela e na cidade funcional.

Arquitextos, ano 15, n. 177. 02, Vitruvius, fev. 2015. São Paulo, 2015

Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.177/5477>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

RIBEIRO, M. E. J. **Goiânia**: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes. Goiânia: Editora UCG, 2004.

_____. Paisagem Ambiente. **Ensaio**...São Paulo, n. 24, p. 147 – 156, 2007. Disponível em: <
<http://www.revistas.usp.br/paam/article/viewFile/85789/88548>>. Acesso em: 24 out. 2014.

SCALISE, Walnyce. Parques Urbanos – evolução, projeto, funções e uso.

Revista Assentamentos Humanos. Marília, v.4 n. 1, 2002. Disponível em:

<http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm>. Acesso em: 15 mai. 2015.

SCHOR, Tatiana. **O automóvel e o desgaste social**. São Paulo em

Perspectiva. São Paulo, v. 13, n. 3, 1999.

SCHORSKE, Carl Emil. **Viena fin-de-siècle**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (SEMMA). **Regaste do berço ecológico de Goiânia** – atuação da SEMMA no período de 1993 a 1996. Goiânia: Editora Kelps, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL (SEMDUS). **Anuário estatístico de Goiânia 2013**. Goiânia, 2013. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/anuario2013/_html/fotos.html>. Acesso em: 13 set. 2015.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Editora Schwarcz, 1988.

SILVA, Clarinda Aparecida. **Goiânia (s)**: representações sociais e identidades. 2012. 331 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia - PPPGG, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

SIMPICH, Frederick. *Spin your globe to long island*. **The National Geographic Magazine. Whashington**: vol. 75, n. 4. Abr. 1939. Disponível em: <http://citynoise.org/article/10980/in/long_island_1939>. Acesso em: 23 mai. 2015.

SONS DE BECO V EDIÇÃO. [página em rede social]. **Facebook**. 29 janeiro 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1737881916445625/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

SOUZA, Welton Ferreira de. **O êxodo rural e o desafio urbano de Goiânia** (1960-1990). Dissertação de mestrado. Departamento de História - PPGH. Goiânia: UFG, 1995.

CHUMBO GROSSO. **Região central: mulher é morta à tiros e namorado é baleado**. Goiânia: TV GOIÂNIA, 25 jan. 2016. Programa de TV.

VALVA, Milena D'ayla. Paisagens da memória: algumas ruínas em Goiânia. In: **Revista de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás**, Anápolis: UEG, ano I, v. 1, n. 1, 2 sem. 2001.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luíza Howard. **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri, São Paulo: Manole, 2006.